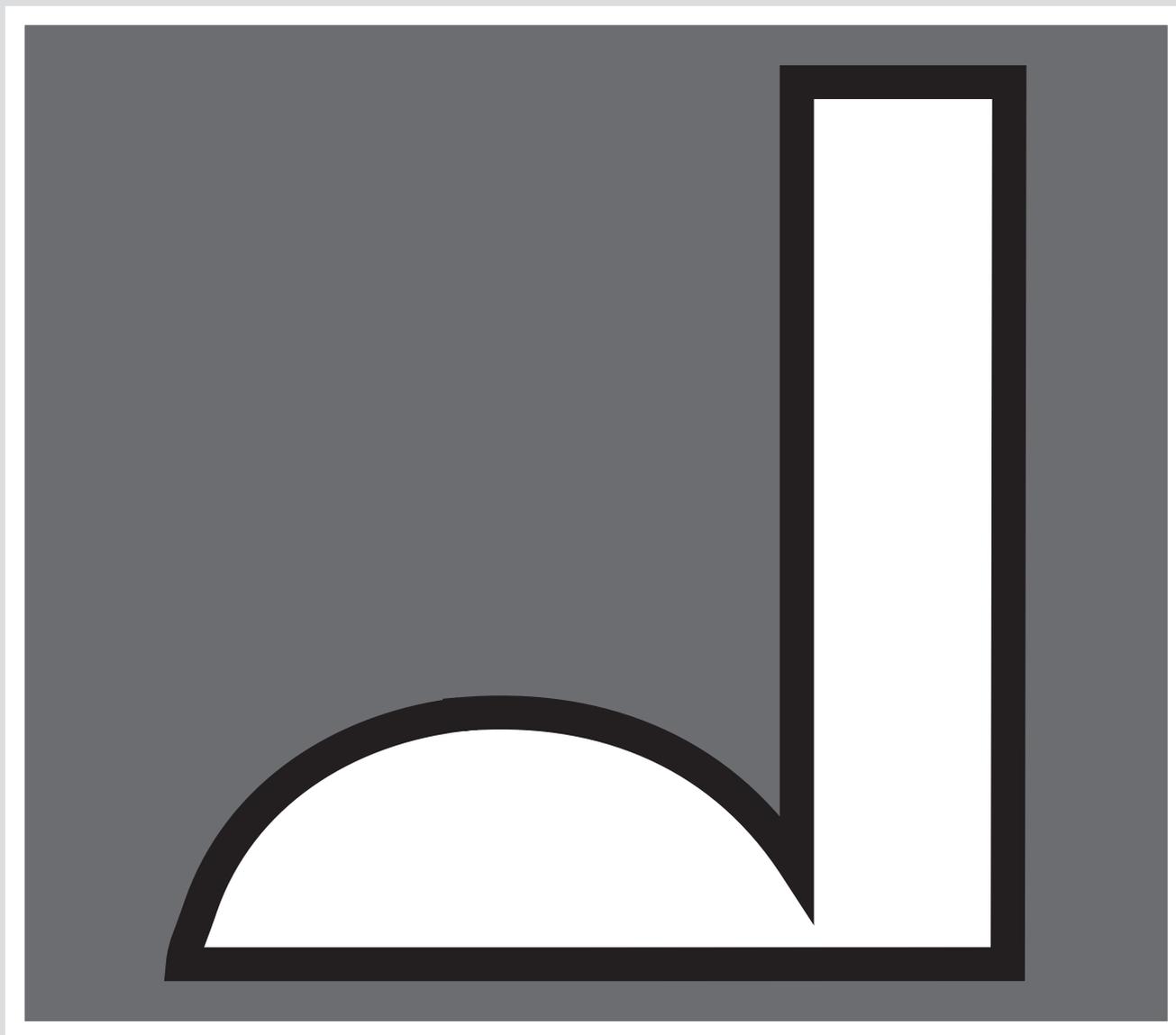




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 091 - TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
 Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
 Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
 Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
 Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - César Borges - (PR-BA)
 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<p align="center"> Maioria (PMDB/PP) - 19 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles </p>	<p align="center"> Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 4 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda </p>	<p align="center"> Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes </p>
<p align="center"> PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma </p>	<p align="center"> PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL </p>	<p align="center"> Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma </p>
<p align="center"> PV - 1 Líder Marina Silva - PV </p>	<p align="center"> PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC </p>	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
9. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
10. Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
11. Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.

EXPEDIENTE

<p align="center"> Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial </p>	<p align="center"> Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia </p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 98ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE JUNHO DE 2010	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
Nº 16, de 2010, tendo como primeira signatária a Senadora Rosalba Ciarlini, que <i>altera o art. 193 da Constituição Federal para incluir a educação como base da ordem social</i>	28901
1.2.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 157, de 2010 (nº 301/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Almirante-de-Esquadra Marcos Martins Torres para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo.....	28905
Nº 158, de 2010 (nº 302/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do General-de-Exército Fernando Sérgio Galvão para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Ernesto Alves Conforto.....	28914
1.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise dos problemas por que passa o Estado de Roraima, que registra corrupção na esfera governamental e dificuldades nas áreas da saúde, da educação e da segurança, pontuando cronologicamente a participação de S. Ex ^a na vida política desde a época em que Roraima era território federal.	28920
SENADOR RENAN CALHEIROS , como Líder – Comemoração pela decisão do PMDB, tomada em convenção nacional do partido realizada no fim de semana, de oficializar a aliança com o PT para a eleição presidencial deste ano, confirmando o nome do Deputado Michel Temer a vice na chapa de Dilma Rousseff.	28926
SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre matéria publicada no jornal O Liberal , intitulada "Greenpeace vai reagir a Belo Monte". Manifestação acerca de nota acerca do plano de carreira dos servidores do Senado Federal, divulgada pelo Sindicato da	
categoria. Posicionamento sobre a questão da retroatividade da lei conhecida como "Ficha Limpa".	28928
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa de que os candidatos a cargos públicos tenham "contas limpas", com a estipulação de limites legais aos gastos de campanha, a obrigatoriedade de abertura do sigilo bancário dos candidatos a cargos públicos, a divulgação <i>on-line</i> dos gastos de campanha e dos seus doadores, e a transparência permanente da evolução patrimonial dos que tenham vida pública.	28934
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa) – Registrando o falecimento da Sra. Maria do Amparo Medeiros Parente, servidora aposentada do Senado Federal.	28938
1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR VALTER PEREIRA – Considerações a respeito da realização da Convenção Nacional do PMDB, no último sábado.....	28939
SENADOR ALVARO DIAS , como Líder – Relato da participação de S. Ex ^a em algumas convenções partidárias durante o último fim de semana. Comentários a declarações do Presidente Lula. ..	28940
SENADOR MÃO SANTA – Registro da participação de S.Ex ^a em caminhada cristã pela fraternidade no último domingo, no Piauí.....	28945
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Defesa de projeto, de autoria de S. Ex ^a , que altera o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituindo a obrigatoriedade da realização de plebiscito com a população do estado onde se pretenda criar unidades federais de conservação da natureza, como forma de garantir o equilíbrio da Federação e de impedir que uma imensa região brasileira seja condenada a permanente atraso.....	28949
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Considerações sobre a importância da realização da Copa do Mundo na África do Sul, para a interação entre os povos brancos e negros. Saudação aos jogadores da seleção brasileira de futebol. Solicitação à Mesa do Senado para que divulgue o plano de cargos e salários dos servidores da Casa, antes de sua votação. Registro do editorial da Folha de S.Paulo , edição do dia 13 do corrente, intitulado "Paixão Nacional". Destaque para o discurso da	

candidata do PT, Dilma Rousseff, proferido ontem, na convenção do partido..... 28950

1.2.6 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa) – Convite a todos para a cerimônia de entrega da Medalha-Prêmio em homenagem e reconhecimento pelos 50 anos de dedicação e compromisso com o serviço público e, em especial, com o Senado Federal, aos servidores Sarah Abrahão e Antônio de Araújo Costa..... 28958

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RENAN CALHEIROS – Comemoração pela sanção da Medida Provisória 472, de 2009, transformada na Lei 12.249, de 2010, destacando-se a possibilidade da renegociação das dívidas agrícolas dos pequenos e médios agricultores do nordeste. Registro do êxito do leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, arrematado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Chesf, que permitirá a instalação de novas linhas de transmissão de energia elétrica em Arapiraca/AL..... 28958

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Comemoração do resultado da convenção do PMDB realizada no final de semana, em Brasília. Anúncio de reunião que será realizada amanhã, em Porto Velho/RO, para discutir a regulamentação, vetada parcialmente, da emenda constitucional referente aos servidores do então Território de Rondônia.... 28960

1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Reflexão sobre a necessidade de uma imprensa livre para o funcionamento do sistema democrático, especialmente com a proximidade das eleições, uma excelente oportunidade para que os meios de comunicação exercitem a autocritica e evitem os excessos que tanto prejudicam a relação de confiança que deve existir com seus leitores, ouvintes e telespectadores..... 28962

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Justificação pela apresentação de voto de aplauso pelo transcurso dos 75 anos de existência dos Alcoólicos Anônimos, irmandade que tem origem num movimento religioso criado no início do século passado por estudantes da Universidade de Oxford, Inglaterra..... 28963

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA

2.1 – Comissão Diretora

Reunião realizada em 8 de abril de 2010 28965

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – Atos do Presidente

Nºs 192 a 198, de 2010 28966

3.2 – Atos da Comissão Diretora

Nºs 4 a 12, de 2010 28970

3.3 – Portarias do Presidente

Nºs 8 e 9, de 2010 29015

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 98ª Sessão, Não Deliberativa em 14 de junho de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos, e encerra-se às 18 horas 28 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, Capital da República do Brasil. Estamos no plenário do Senado Federal da República.

Hoje é segunda-feira, 14 de junho de 2010, 14 horas e 2 minutos.

Represento a Mesa Diretora do Senado da República, que tem como Presidente o Senador José Sarney, Senador pelo Estado do Amapá.

Vivemos a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. É a 98ª sessão não deliberativa.

Todas as deliberações legislativas estão sobrestadas.

Há número legal, de acordo com o Regimento Interno da Casa, para abriremos esta sessão não deliberativa. Declaramos, portanto, aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2010

Altera o art. 193 da Constituição Federal para incluir a educação como base da ordem social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 69 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 193 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193 A ordem social tem como base o primado da educação e do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.” (NR)

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 193 da Constituição Federal, cuja redação pretendemos modificar, faz parte do Capítulo I, do Título VIII, que dispõe sobre a Ordem Social. De acordo com a redação atual, a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Ou seja, para o constituinte de 1988, o trabalho constitui a base primordial da ordem social, visando garantir aos cidadãos o bem-estar e a justiça.

Nossa proposta consiste em dar à educação prioridade semelhante à que se deu ao trabalho nessa estrutura da ordem social. Não necessitamos de muitos argumentos para demonstrar que a educação, hoje mais do que nunca, constitui o instrumento propulsor e dinamizador não apenas da ordem social, mas também do desenvolvimento econômico e social sustentável de qualquer nação.

Ninguém – pobre ou rico – pode, atualmente, ignorar as imposições, demandas e manifestações das sociedades abrigadas nas malhas dos processos de globalização que se desenvolvem em todas as áreas de nossas vidas. Em um ritmo nunca antes observado, a complexidade de tais processos, associada às desenfreadas transformações tecnológicas, centradas na evolução da comunicação de massa e da informática, determinaram o surgimento da era da informação e do conhecimento.

Lançando mão de imagem utilizada no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, elaborado para a UNESCO, pode-se dizer que, nesse contexto, a educação representa a *bússola* indispensável para se transitar no mundo digital e globalizado em que vivemos.

Enquanto tal, a educação não pode se limitar ao aprendizado de uma profissão. Muito mais do que isso, hoje, a educação tem que ser multifuncional, permitindo a construção de mentes e intelectos flexíveis e criativos, capazes de enfrentar sem grandes transtornos os desafios propostos diariamente. Tornou-se lugar comum afirmar que a educação no século XXI deve, sobretudo, visar o *aprender a aprender*.

Concluindo, utilizamos novamente o texto do Relatório acima mencionado ao enfatizar que:

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos Senadores e Senadoras para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2010.

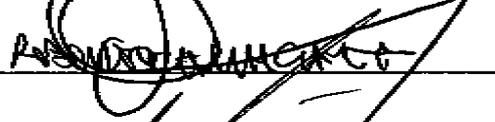
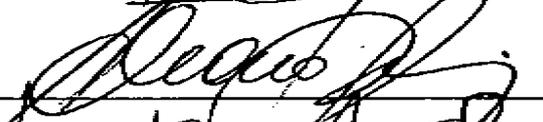
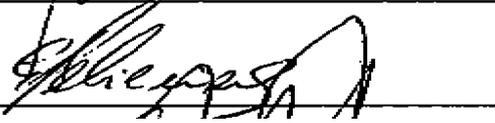
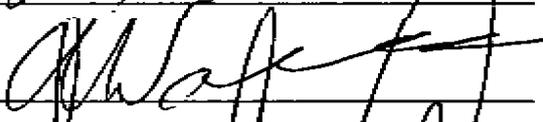
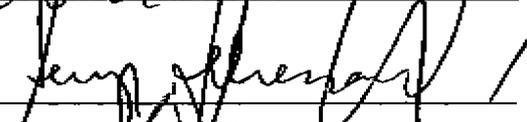

Senadora ROSALBA CIARLINA

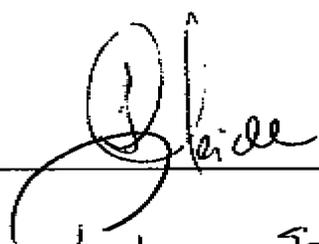
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

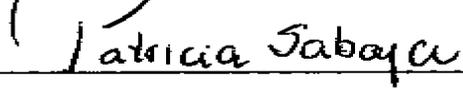
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

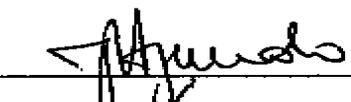
TÍTULO VIII
Da Ordem Social
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

1.  MIZANILDO
2.  AUGUSTO Botelho
3.  Heraclito Fortes
4.  ROBERTO GUMMERT ROBERTO GUMMERT
5.  ADELMI SANTANA
6.  Alvaro Dias
7.  (MARCO MACIEL)
8.  ROMEO TUMA
9.  Vagner Pereira
10.  PEDRO SIMON.
11.  FLEXS RIBEIRO
12.  ANTONIO CARLOS SUMOR
13.  ANTONIO CARLOS VALADARES
14.  SUIYS SHRESSARENKO
15.  VALDIR PEREIRA
16.  MARCONI BELO

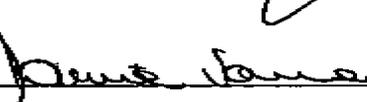
17.  Cleide Fátima Cleide

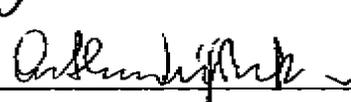
18.  Patricia Saboya Patricia Saboya

19.  Aguedo JOSÉ NERY

20.  Gilvan Borges Gilvan Borges

21.  Cicero Lucena Cicero Lucena

22.  Jansen Jansen Jansen Jansen

23.  Arthur Virbilo Arthur Virbilo

24.  Inácio Araujo Inácio Araujo

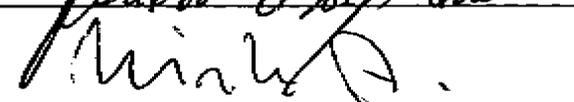
25.  Goumro Azeredo GOUMRO AZEREDO

26.  Neto De Costa Neto De Costa

27.  José Agripino José Agripino

28.  Renato de Casagrande Renato de Casagrande

29.  Cristiano Cristiano

30.  Cristiano Cristiano

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

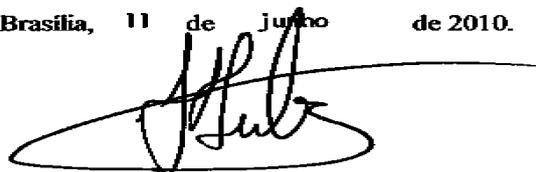
O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, as seguintes Mensagens:

MENSAGEM
Nº 157, DE 2010
(nº 301/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, a partir de 25 de agosto de 2010.

Brasília, 11 de junho de 2010.



MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

De acordo com o inciso I, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, apresenta seu Curriculum Vitae para o exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar:

Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES
CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nascimento	- 05AGO1946
Naturalidade	- Rio de Janeiro
Filiação	- Pai – ÁUREO DANTAS TORRES - Mãe – CLEONICE MARTINS TORRES
Identidade	- 201906 MB – expedida em 30/03/2007
CPF	- 099.632.437-20
Estado Civil	- Casado
Nome da Esposa	- HELENA ALICE FINAMORE TORRES
Filhos	- TATIANA COSTA TORRES - GISELA COSTA TORRES

2. CARREIRA

Praça Aspirante	- 01MAR1965
Guarda-Marinha	- 13DEZ1968
Segundo-Tenente	- 21AGO1969
Primeiro-Tenente	- 31AGO1971
Capitão-Tenente	- 31AGO1974
Capitão-de-Corveta	- 31AGO1979
Capitão-de-Fragata	- 30ABR1985

Capitão-de-Mar-e-Guerra	- 25DEZ1991
Contra-Almirante	- 31MAR1999
Vice-Almirante	- 31MAR2003
Almirante-de-Esquadra	- 31MAR2007

3. COMISSÕES

Navio-Varredor JURUENA	- Encarregado de Divisão
Cruzador-Ligeiro BARROSO	- Encarregado de Divisão
Contratorpedeiro SERGIPE	- Encarregado de Comunicações
Contratorpedeiro SANTA CATARINA	- Chefe do Departamento de Operações
Primeiro Esquadrão de Contratorpedeiros	- Oficial de Estado-Maior (Adestramento e Operações)
Comando da Força de Contratorpedeiros	- Oficial de Estado-Maior (Ajudante de Operações e Adestramento)
Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão	- Encarregado da Escola de Guerra Anti-Submarino
Navio-Aeródromo Ligeiro MINAS GERAIS	- Chefe do Departamento de Operações
Secretaria-Geral da Marinha	- Oficial de Gabinete
Comando do Primeiro Distrito Naval	- Oficial de Estado-Maior
Contratorpedeiro ALAGOAS	- Comandante
Diretoria de Pessoal Militar da Marinha	- Chefe do Departamento de Oficiais
Capitania dos Portos do Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima	- Capitão dos Portos
Adido Naval na África do Sul	- Adido
Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul	- Capitão dos Portos
Comando de Operações Navais	- Subchefe de Operações
Comando da 1ª Divisão da Esquadra	- Comandante
Comissão de Desportos da Marinha / Centro de Instrução Almirante Alexandrino	- Presidente/Comandante
Diretoria do Pessoal Civil da Marinha	- Diretor
Ministério da Defesa	- Subchefe de Comando e Controle do Estado-Maior de Defesa
Ministério da Defesa	- Vice-Chefe do Estado-Maior de Defesa
Diretoria de Portos e Costas	- Diretor
Ministério da Defesa	- Secretário de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia
Ministério da Defesa	- Chefe do Estado-Maior de Defesa
Secretaria-Geral da Marinha	- Secretário-Geral
Estado-Maior da Armada / Comissão de Promoções de Oficiais	- Chefe do Estado-Maior da Armada / Presidente

4. CURSOS

Escola Naval

Curso de Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais

Curso Básico da Escola de Guerra Naval

Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval

Curso Superior de Guerra Naval

Curso de Tática para Comandantes e Imediatos

Curso de Instrutoria e Manutenção de Equipamentos de Guerra Eletrônica (Inglaterra)

Curso de Tática Anti-Submarino para Oficiais

Curso de Controle do Tráfego Naval Marítimo

Curso de Guerra de Minas para Oficiais

Curso de Política e Estratégia e Alta Administração do Exército

5. CONDECORAÇÕES

Ordem do Mérito da Defesa (Grau de Grã-Cruz)

Ordem do Mérito Naval (Grau de Grã-Cruz)

Ordem do Mérito Militar (Grau de Grande-Oficial)

Ordem do Mérito Aeronáutico (Grau de Grande-Oficial)

Medalha da Ordem de Rio Branco (Grau de Grã-Cruz)

Ordem do Mérito Judiciário Militar (Grau de Alta Distinção do Quadro Especial)

Medalha da Vitória

Ordem do Mérito Ministério Público Militar

Medalha do Serviço Militar e Passador de Platina – 4 decênio

Medalha do Mérito Tamandaré

Medalha do Mérito Marinheiro (4 âncoras)

Medalha do Pacificador

Medalha do Mérito Santos Dumont

Ordem do Mérito Cartográfico (Grau de Grande-Oficial)

Intendente Honorário

6. EMBARQUE EM NAVIOS DE MARINHAS ESTRANGEIRAS

Marinha dos Estados Unidos da América

Marinha da França

Marinha da Inglaterra

Marinha do Japão

Marinha da África do Sul

Brasília, em 12 de abril de 2010.



MARCOS MARTINS TORRES
Almirante-de-Esquadra



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL**



ESTADO-MAIOR DA ARMADA

De acordo com o inciso II, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, apresenta sua Declaração de Indicado para o exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar:

II – APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO INDICADO:

a) De que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos:

Resposta: ÁUREO DANTAS TORRES - Vice-Almirante (Pai já falecido);
MAURÍCIO DANTAS TORRES - Almirante-de-Esquadra (Tio já falecido); e
FERNANDO DO AMARAL TORRES - Capitão-de-Mar-e-Guerra da Reserva Remunerada (Primo).

b) De que participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos:

Resposta: NÃO participo e nunca participei.

c) De regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal:

Resposta: Em anexo, apresento a Declaração de Imposta de Renda do Exercício de 2010, ano base 2009, a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão de Dívida Ativa-Negativa do Distrito Federal.

d) De ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual:

Resposta: NÃO possuo qualquer ação judicial, seja como autor ou réu.

e) De juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contatos retroativamente ao ano em que se deu sua indicação.

Resposta: NÃO atuei nos últimos cinco anos em juízos ou tribunais.

Brasília, DF, em 12 de abril de 2010.


MARCOS MARTINS TORRES
Almirante-de-Esquadra
Chefe do Estado-Maior da Armada



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL**



ESTADO-MAIOR DA ARMADA

De acordo com o inciso III, do art. 1º, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, o Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, apresenta sua Argumentação Escrita para o exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar:

III – ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, APRESENTADA DE FORMA SUCINTA, EM QUE O INDICADO DEMONSTRE TER EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, FORMAÇÃO TÉCNICA ADEQUADA E AFINIDADE INTELLECTUAL E MORAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE:

Quarenta e cinco anos separam o aluno da Escola Naval do Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, Chefe do Estado-Maior da Armada.

No início eram sonhos e expectativas. Assim, tive o privilégio e a honra de ocupar os mais almejados cargos que um marinheiro pode desejar. Hoje os sonhos ainda estão presentes, frente à realidade e à dinâmica da Chefia que ora exerço.

Foram dezessete anos embarcados em nossos navios e Comandos operativos.

Neste período destaco os 1.049 dias de mar que passei navegando em nossa Amazônia Azul, contribuindo para a defesa de nossas riquezas e mostrando a presença da Marinha na Zona Econômica Exclusiva do nosso País.

A bordo e longe de casa, construímos uma nova família onde a união em torno dos objetivos comuns faz com que os trabalhos executados por comandantes e comandados resultem no cumprimento da nossa Missão.

A minha formação acadêmica na Escola Naval levou quatro anos. Seguiram-se durante a carreira o Curso de Aperfeiçoamento de Eletrônica, Curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Guerra Naval, Curso de Instrutoria e Manutenção de Equipamentos de Guerra Eletrônica na Inglaterra, Curso de Tática Anti-Submarino, Curso de Controle do Tráfego Naval Marítimo, Curso de Guerra de Minas para Oficiais e o Curso de Política e Estratégia e Alta Administração do Exército Brasileiro.

O aprendizado diversificado me proporcionou uma excelente base, não somente dos assuntos ligados à área militar, como também nas áreas das ciências exatas e humanas, como noções de Estatística, Física, História, Psicologia, Direito Constitucional e Direito Penal Militar.

A experiência adquirida ao longo da carreira, os ensinamentos colhidos dos excelentes Mestres, Chefes Navais, Comandantes, Oficiais e Praças com quem tive oportunidade de conviver, construíram o alicerce da minha carreira.

Dentre as diversas comissões que tive o privilégio de servir, exerci os cargos de Comandante do Contratorpedeiro Alagoas, Capitão dos Portos do Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, Adido Naval na África do Sul, Capitão dos Portos do Rio Grande do Sul, Comandante da 1ª Divisão da Esquadra, Comandante do Centro de Instrução Almirante Alexandrino, Presidente da Comissão de Desportos da Marinha, Diretor do Pessoal Civil da Marinha, Diretor de Portos e Costas e, no atual posto, fui Secretário de Ensino de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa, Chefe do Estado-Maior de Defesa, Secretário-Geral da Marinha e atualmente como Chefe do Estado-Maior da Armada.

Ao longo dos anos participei de todas as áreas de atuação da Marinha, ou seja: a Operativa, a Financeira, a Administrativa, do Pessoal e do Material.

Sinto-me honrado, orgulhoso e privilegiado, como marinheiro e brasileiro, ao constatar nesta minha viagem, o reconhecimento, respeito e o profissionalismo como que a MARINHA e o BRASIL são vistos no concerto das Nações.

Os valores morais e intelectuais, bem como a lealdade, o caráter e a coerência de atitudes são atributos que permanentemente são avaliados pelos nossos comandantes, desde que somos nomeados segundos-tenentes até o último posto da carreira.

Finalmente, dirijo-me ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Excelentíssimo Senhor Senador Demóstenes Torres e aos Excelentíssimos Senhores Senadores que compõem tão significativa e importante Comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação desta casa para desempenhar o Cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas, com o mesmo entusiasmo e conduta que tive ao me dedicar ao serviço da nossa Marinha.

Brasília, DF, em 12 de abril de 2010.



MARCOS MARTINS TORRES
Almirante-de-Esquadra
Chefe do Estado-Maior da Armada

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MARCOS MARTINS TORRES
CPF: 099.632.437-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:00:59 do dia 12/04/2010 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/10/2010.

Código de controle da certidão: **50FB.4CEC.F771.427A**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº	: 118-00.342.172/2010
INSC IMÓVEL	: 03110222
ENDEREÇO	: SH/S QL 12 CJ 16 LT 3
CIDADE	: BRASÍLIA
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos imobiliários de competência do Distrito Federal para o imóvel acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 11 de Julho de 2010.

Brasília, 12 de Abril de 2010.

Certidão emitida via internet às 13:51:43 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

Aviso nº 363 - C. Civil.

Em 11 de junho de 2010.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal**

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Almirante-de-Esquadra MARCOS MARTINS TORRES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, a partir de 25 de agosto de 2010.

Atenciosamente,



**ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República**

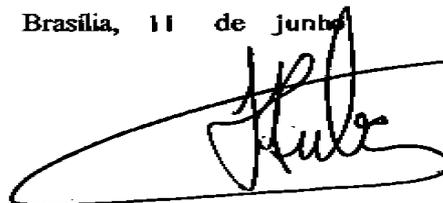
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

MENSAGEM
Nº 158, DE 2010
(nº 302/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 123 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do General-de-Exército FERNANDO SÉRGIO GALVÃO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto, a partir de 31 de agosto de 2010.

Brasília, 11 de junho de 2010.



CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Nome: FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
Posto: General-de-Exército
Data de Nascimento: 10 Jan 47
Local de Nascimento: Rio de Janeiro – RJ
Filiação: Francisco Augusto Galvão e Mercedes D'Avila Galvão
Data de Praça: 06 Mar 65
Estado Civil: Casado com a Srª JUDITE QUINTEIRO GALVÃO
Identidade: 012118711-6 – MD/EX
CPF: 181.515.150-15

2. PROMOÇÕES

POSTOS:	Data da Promoção	Critério
- Aspirante-a-Oficial	21/12/1968	Declaração
- 2º Tenente	25/08/1969	Antiguidade
- 1º Tenente	25/08/1971	Antiguidade
- Capitão	31/08/1974	Antiguidade
- Major	31/08/1981	Merecimento
- Tenente-Coronel	30/04/1987	Merecimento
- Coronel	25/12/1991	Merecimento
- General-de-Brigada	25/11/1998	Escolha
- General-de-Divisão	31/03/2003	Escolha
- General-de-Exército	31/03/2007	Escolha

3. CURSOS

a. Curso Superior – Graduação

1. Bacharel em Ciências Militares, ao realizar o Curso da Arma de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), concluído em 1968. Classificou-se em 11º lugar na Arma de Cavalaria.

Por ocasião da formatura, assinou o livro “Estímulo ao Exemplo” por não ter sofrido qualquer punição disciplinar durante o curso naquela Academia.

2. Bacharel em Administração, ao realizar o Curso de Administração de Empresas na Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta, do Rio de Janeiro - RJ, concluído em 1981.

b. Cursos e Estágios no Brasil

1. Curso de Instrução de Equitação, realizado na Escola de Equitação do Exército, em 1972.

2. Curso de Gestão Estratégica da Informação, realizado na Fundação Getúlio Vargas, em 1998.

c. Curso de Pós-Graduação – Mestrado no Brasil

- Mestre em Ciências Militares, ao realizar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1978, requisito indispensável para o acesso ao posto de Oficial Superior.

d. Curso de Pós-Graduação – Doutorado no Brasil

1) Doutor em Ciências Militares, ao realizar o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, nos anos de 1985 e 1986, requisitos indispensáveis para concorrer ao Generalato e integrar os estados-maiores de Grandes Unidades e Grandes Comandos da Força Terrestre.

2) Pós-Doutorado em Ciências Militares, ao realizar o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, no ano de 1994, que também habilita à ascensão ao Generalato.

e. Curso de Pós-Graduação – Doutorado no Exterior

- Curso de Comando e Estado-Maior, realizado no Uruguai no ano de 1990.

4. FUNÇÕES DESEMPENHADAS

a. Nos postos de Oficial Subalterno e Intermediário

- 1) 6º Regimento de Cavalaria: Comandante de Pelotão Hipomóvel.
- 2) Colégio Militar do Rio de Janeiro: Instrutor.
- 3) 5º Regimento de Cavalaria: Comandante de Esquadrão Hipomóvel.
- 4) Academia Militar das Agulhas Negras: Instrutor.
- 5) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: Aluno
- 6) 3º Regimento de Carros de Combate: Comandante do Esquadrão de Carros de Combate.
- 7) Colégio Militar do Rio de Janeiro: Instrutor.

b. Nos postos de Oficial Superior

- 1) 6º Regimento de Cavalaria Blindada: Subcomandante.
- 2) Gabinete Militar da Presidência da República: Chefe do Serviço de Pessoal da Diretoria Administrativa.

- 3) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: aluno.
- 4) Comando da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada: Oficial de Operações.
- 5) Estado-Maior de Exército: Adjunto da 5ª Subchefia.
- 6) Gabinete do Ministro do Exército: Adjunto da Assessoria 3.
- 7) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Uruguai: aluno.
- 8) 3º Regimento de Cavalaria de Guarda: Comandante.
- 9) Comando Militar do Sul: Adjunto da Seção de Planejamento.
- 10) Comando Militar do Sul: Assistente Secretário do Comandante.
- 11) Departamento de Material Bélico: Chefe de Gabinete.

c. Nos postos de Oficial-General

- 1) 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada: Comandante.
- 2) Comando Militar do Leste: Chefe do Estado-Maior.
- 3) Diretoria de Assistência Social: Diretor
- 4) 3ª Divisão de Exército: Comandante.
- 5) Secretaria de Economia e Finanças: Secretário.
- 6) Estado-Maior do Exército: Chefe do Estado-Maior.

d. Funções desempenhadas na área da Justiça Militar (diversos postos)

- 1) Encarregado de Inquérito Policiais Militares (IPM) e Sindicâncias em diversas Organizações Militares de Corpo de Tropa.
- 2) Integrante de Conselho de Justiça de Corpo de Tropa no 5º Regimento de Cavalaria, em Quaraí - RS.
- 3) Presidente do Conselho de Justiça de Corpo de Tropa no 5º Regimento de Cavalaria, em Quaraí - RS.
- 4) Presidente do Conselho de Justiça do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro - RJ.
- 5) Integrante do Conselho Permanente de Justiça no Estado-Maior do Exército, em Brasília -DF.

5. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES RELEVANTES

a. Como integrante da Equipe da Comissão de Desportos do Exército (CDE), na modalidade de hipismo, representou o Exército em torneio nacionais e internacionais, conquistando, em 1988, o prêmio de “Melhor Cavaleiro Estrangeiro” no torneio realizado na Argentina.

b. Como Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste, participou ativamente do preparo e do acompanhamento de contingente brasileiro de missão de paz do 1º Batalhão de Polícia do Exército enviado, em 2001, para a “Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste” (UNIMET).

c. Como Comandante da 3ª Divisão de Exército, coordenou as ações de seleção, preparo e adestramento do 7º Contingente do Batalhão Brasileiro para a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

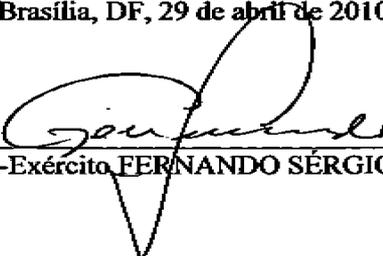
d. Como Secretário de Economia e Finanças, implantou o Sistema Gerencial de Acompanhamento e Controle Patrimonial e o Sistema Gerencial de Custos, no âmbito do Exército.

e. Como Chefe do Estado-Maior do Exército, conduziu medidas emergenciais face ao terremoto que atingiu o Haiti, em janeiro de 2010, coordenando no âmbito do Exército e em ligação com o Ministério da Defesa e as demais Forças Singulares, a organização, preparo e envio de cerca de 900 (novecentos) militares, em caráter de urgência e em curto espaço de tempo, como reforço do contingente brasileiro, em apoio à MINUSTAH.

6. MEDALHAS E CONDECORAÇÕES

- Ordem do Mérito Militar Grã-Cruz (Brasil).
- Ordem Nacional do Mérito Grande Oficial (Brasil).
- Ordem do Rio Branco Cavaleiro (Brasil).
- Ordem do Mérito da Defesa Grande Oficial (Brasil).
- Ordem do Mérito Naval Grande Oficial (Brasil).
- Ordem do Mérito Aeronáutico Grande Oficial (Brasil).
- Ordem do Mérito Judiciário Militar Alta Distinção (Brasil).
- Medalha da Vitória.
- Medalha Militar Ouro com Passador de Platina (Brasil).
- Medalha do Pacificador (Brasil).
- Medalha Mérito Tamandaré (Brasil).
- Medalha Mérito Santos Dumont (Brasil).
- Medalha Marechal Osório - O Legendário (Brasil).
- Ordem do Mérito Policial-Militar Grande Oficial (Brasil).
- Medalha General Plínio Pitaluga (Brasil).
- Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes (Brasil).
- Medalha do Mérito do Ex-Combatente do Brasil (Brasil).
- Distintivo de Comando Dourado (Brasil).
- Medalha Sangue de Heróis (Brasil).
- Medalha Jubileu de Ouro da Vitória na II Guerra Mundial (Brasil).
- Medalha Marechal Zenóbio da Costa (Brasil).
- Medalha Marechal Falconière (Brasil).
- Medalha do Bicentenário Dragões da Independência (Brasil).
- Medalha Brigadeiro Andrade Neves "Barão do Triunfo" (Brasil).

Brasília, DF, 29 de abril de 2010.



General-de-Exército FERNANDO SÉRGIO GALVÃO

Aviso nº 364 - C. Civil.

Em 11 de junho de 2010.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal**

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do General-de-Exército FERNANDO SÉRGIO GALVÃO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto, a partir de 31 de agosto de 2010.

Atenciosamente,



**ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador por Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou inscrito como orador normal. Se, porventura, eu puder falar como orador, prefiro. Senão, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, salientando que antes de mim...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu também estou inscrito. V. Ex^a é o nono, e eu sou o primeiro. Cedo o lugar, com muito honra, a V. Ex^a, que representa, com muita grandeza, o Estado de Roraima...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – ...a Amazônia, os médicos e a Maçonaria do Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem.) – Em termos técnicos médicos, qual o prognóstico da hora da minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é o sétimo inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sou o sétimo no papel. Quero saber em seu coração.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aqui, V. Ex^a é o segundo. E o nosso Cristovam Buarque não está inscrito no livro, mas está no meu coração e no do povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso vale mais do que inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a quer inscrever-se?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero me inscrever para uma comunicação inadiável, agradecendo o Senador Mozarildo Cavalcanti por ter me cedido o primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pois sim.

Dr. José Roberto, Secretário-Executivo, amanhã a sessão será às 10 horas?

Comunicado da Secretaria, que represento: amanhã, haverá o jogo do Brasil. Este Senado da República – compete a nós, só a nós, darmos o exemplo e

ensinar o País – funcionará. Nós apenas vamos mudar de horário.

Papaléo Paes, Cristovam Buarque, Mozarildo, em 1967, eu estava no Maracanãzinho. Flávio Cavalcanti fazia concurso de músicas. As cinco finalistas iam para lá. Eu sei que deu uma confusão! Eu estava lá. Deus me permitiu. Ganhara Sabiá. Devia ser muito bom, negócio de Tom Jobim, com Chico Buarque. Eu não entendo muito de música. Mas aquela do Geraldo Vandré... Olhe, foi uma confusão! O povo pedindo que o Geraldo Vandré tirasse o primeiro lugar. Eles quiseram quebrar o Maracanãzinho. Todas as outras músicas – eu estava lá – eram muito boas. Mas ele, sozinho, pegou um tamborete, uma cadeira de pau, um violão – e o povo querendo quebrar, insatisfeito com o primeiro lugar de Sabiá, que entendo ser muito boa; Chico Buarque e Tom Jobim já traduzem –, ele botou uma cadeira de pau, o pé na cadeira e o violão. Está ouvindo, Cristovam? E fez o melhor discurso que eu já ouvi. O povo querendo quebrar, insatisfeito, querendo bater em gente. Aí, ele disse: “Minha gente, a vida não se resume a festivais. O júri está ali para julgar, e eu estou aqui para cantar e os convido: vamos cantar juntos! “Vem, vamos embora, esperar não é saber; quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

A mesma coisa: a vida não se resume a futebol. Este Senado vai funcionar amanhã normalmente. Só aquele expedientezinho. Tem um telão bem aí. Todo mundo pode assistir. Acabou esse negócio de... A vida não se resume a festivais. O Senado existe para isto: para dar o exemplo, para ser a luz, para ser o rumo. Assim foi criado e assim está sendo. Nós somos a melhor instituição que funciona neste Brasil.

Hoje é segunda-feira e estamos aqui. Como está no Livro de Deus: “Muitos são os chamados, poucos são os escolhidos”. Nós fomos escolhidos pelo povo do Brasil para sermos pais desta Pátria. Assim é a história da civilização e de sua mais bela construção: a democracia representativa. Nós somos o povo. Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Nós podemos dizer: o Senado e o povo do Brasil.

Então, apenas trocamos o horário. Amanhã, a sessão será às 10 horas. Está ouvindo, Professor Cristovam Buarque? Quem quiser se inscrever, será às 10 horas. Depois, vamos torcer. Tem televisão aí e tal. Vamos torcer e vamos ganhar.

Há oradores inscritos. O primeiro seria Mão Santa, mas já cedi o meu tempo a Mozarildo Cavalcanti. O povo de Roraima o espera ansiosamente, lá onde começa o Brasil. Não é mais no Oiapoque, mas em outro lugar que descobriram.

V. Ex^a vai dizer que na Geografia era do Oiapoque ao Chuí.

V. Ex^a poderá usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, aproveitando a deixa de V. Ex^a, quero dizer que realmente Roraima é o extremo norte do País, lá no Monte Caburaí. Portanto, aquilo que se aprendeu na escola, que o extremo norte era o Oiapoque, do nosso companheiro Senador Papaléo Paes, hoje, com os métodos modernos, GPS e outras tecnologias e até se olharmos o mapa direitinho, se verá que a ponta, lá onde está o Monte Caburaí, está bem acima do Oiapoque do Senador do Amapá. E é pena que isso continue sendo repetido. Embora no livro de Geografia já tenha sido retificado, Senador Papaléo Paes, continua sendo repetido pela imprensa e por pessoas ilustres que continuam dizendo que o Brasil vai do Oiapoque ao Chuí.

Mas, Sr. Presidente, estou nesta tribuna hoje, mais uma vez, infelizmente, para fazer um pouco da análise sobre Roraima.

Primeiramente, quero dizer que nasci em Roraima. Meu pai, que era cearense, foi para lá trabalhar, como se dizia antigamente, como mata-mosquito. Ele era técnico de enfermagem e foi pelo Serviço Especial de Saúde Pública, Senador Papaléo Paes. Lá, conheceu minha mãe, que já tinha nascido em Roraima, mas filha de paraibanos que tinham ido para lá na década de 30, e se casou. Assim, todos, tanto eu como meus irmãos, nascemos lá. Portanto, eu conheço a história de Roraima – nasci em 1944 –; Roraima tinha passado, como o Amapá, a Território Federal, desmembrando-se, portanto, do Amazonas em 1943. Mas só foi implantada em 1944. Portanto, eu já tive a honra de nascer no antigo Território Federal do Rio Branco, que, depois, mudou de nome para Território Federal de Roraima.

Pois bem. Acompanhei, Senador Mão Santa, toda a trajetória, desde quando passei a entender das coisas, da vida política do Território Federal. Nós tínhamos o quê? Governadores nomeados que, com exceção de dois, foram pessoas que não moravam em Roraima, que não conheciam Roraima, mas chegavam a Roraima governadores e que, não era de se admirar, não conhecendo Roraima e chegando lá, portanto, governadores, mais interventores do que governadores, na verdade, levavam toda a sua equipe de secretários etc.

E sempre digo que tivemos duas fases, não é, Senador Papaléo Paes? Imagino que lá foi a mesma coisa: a primeira fase... O primeiro governador foi nomeado por uma escolha pessoal do Presidente Getúlio Vargas, que foi o Governador Ene Garcez dos Reis. Inclusive, era um Tenente da Guarda de Getúlio

Vargas, portanto, um homem da extrema confiança e que, digamos assim, traçou os primeiros momentos da vida do Território. A planta da cidade de Boa Vista foi encomendada por ele a um arquiteto mineiro. Assim, Boa Vista é uma das poucas cidades planejadas deste País. Depois, houve uma sequência de governadores que foram nomeados por indicação de um Senador do Maranhão, Senador Vitorino Freire. Aí veio o regime militar, e os Territórios Federais foram divididos pelas três Forças Armadas: o Amapá passou a ter a indicação de oficiais da Marinha; Rondônia, de oficiais do Exército; e Roraima, de oficiais da Aeronáutica.

Analisando principalmente essas fases, antes do regime militar, posso ressaltar alguns governadores e depois, no regime militar, posso citar aqui dois que, de fato, incorporaram a tarefa de governar Roraima: o Governador Hélio Campos – que depois foi Senador da República – e o ex-Governador Ottomar Pinto – que foi Deputado constituinte e que morreu no exercício do seu quarto mandato de Governador de Roraima. Os demais já iam para lá contrariados, Senador Mão Santa. Alguns eram mandados como uma espécie de castigo, eles iam para lá numa espécie de missão; numa missão militar, não em uma missão cívica de servir ao povo.

Por isso decidi entrar na vida pública, Senador Mão Santa. Fui Deputado Federal em 1982, quando apresentei um projeto de lei complementar para transformar Roraima de Território em Estado. Evidentemente que não consegui porque havia má vontade, primeiro do Governo Federal, que não queria abrir mão de ter um território como uma espécie de capitania hereditária, para nomear os seus amigos, companheiros etc.; segundo, porque também os outros Estados ricos do País não queriam nem pensar que um lugar como Roraima virasse Estado. Batalhei por isso, mas consegui, nesse primeiro mandato, criar duas coisas importantes para Roraima: a Universidade Federal de Roraima e a escola Técnica de Roraima, leis sancionadas pelo Presidente Sarney e implantadas por ele, inclusive na época do Governador Getúlio Cruz, que foi um dos Governadores no período, vamos dizer assim, pós-militar.

Depois, em 1986, Constituinte, mobilizamos os Estados de Amapá e também o Tocantins e trabalhamos pela transformação de Roraima em Estado.

E qual era a coisa mais importante que nós achávamos em ser Estado, entre outras coisas? Era que nós íamos poder eleger governadores; nós íamos eleger oito deputados federais, que é o mínimo que uma Unidade da Federação pode ter; nós íamos ter representação no Senado, que não tínhamos; mas, principalmente, nós íamos gozar de democracia, já que antes, no mo-

delo de Território Federal, não tínhamos democracia. Era um governador nomeado. Não havia Assembleia Legislativa, não havia Tribunal de Contas, não havia Tribunal de Justiça, até porque o Tribunal de Justiça dos Territórios era daqui, do Distrito Federal. Vez por outra, nós tínhamos juízes lá.

Então, de fato, quando se criou o Estado, passamos a ter um Tribunal de Justiça composto por sete desembargadores – até hoje é por sete desembargadores. Passamos a ter juízes de Primeira Instância, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas. Portanto, passamos a ter um modelo democrático onde se podia viver, efetivamente, a democracia.

Agora, infelizmente, é verdade, e temos exemplo pelo Brasil afora, mas lá no meu Estado agora, por exemplo, há um caso absurdamente lamentável. Por quê? Temos um Governador, que era Vice-Governador, portanto não foi nem votado pela população, que virou Governador porque o Governador eleito com 62% dos votos morreu. E esse Governador se juntou com o adversário de campanha que, inclusive, processou o Governador Ottomar para cassar o seu mandato, atacou aqui da tribuna do Senado o ex-Governador, chamando-o de bandido... Esse governador assumiu e se juntou com o adversário que perdeu a eleição, loteou o governo com esse adversário e como controlam juntos quatro emissoras de televisão, duas de rádio, inclusive uma oficial, estão não só praticando absurdos em termos de coação de funcionários públicos, de corrupção de pessoas, mas o que é pior, calando os jornalistas, usando inclusive escritórios de advocacia cujos membros pertencem à administração do Estado para processar os jornalistas.

E, no meu caso, que tenho um programa de rádio que é um informativo do que faço durante a semana no Senado, um programa apenas de prestação de contas do que eu faço, pois bem, como eu deixei de apoiar esse Governador porque não podia, como um Senador de Roraima, concordar com esses desmandos, ele mandou tirar o meu programa de rádio do ar. E o meu programa não tinha horário específico, ia ao ar dentro de um programa de um radialista que encaixava, nas suas duas horas de programa. Pois bem, mandou tirar do ar. Depois, para justificar, disse que eu não estava pagando à rádio. Eu nunca paguei a rádio nenhuma para divulgar o meu programa de prestação de contas, porque acho que é um dever de todo homem público prestar contas ao seu eleitor do que ele está fazendo. E eu tenho um programa semanal, que vai ao ar no final de semana, em que digo o que eu fiz nas comissões, o que eu fiz no plenário, onde eu fui em audiên-

cia, enfim, prestando conta, semanalmente, do que eu faço. Ele retirou do ar.

Não contente, ele vem processando jornalistas. Já tem pelo menos meia dúzia de jornalistas processados, porque fazem crítica a ele no Twitter, no seu blog etc. E ele entra com um sofisma de uma ação dizendo que é propaganda negativa antecipada. E tem conseguido, com esse argumento, proibir jornalista de mencionar o nome dele ou de fazer qualquer tipo de comentário verdadeiro sobre o desmando que ele vem fazendo. Aí até me lembro da frase do nosso presidenciável José Serra: “Quanto mais mentiras eles falarem sobre nós, mais verdades falaremos sobre eles”.

O Governador não quer ouvir verdades sobre o que ele está fazendo no Estado. Isso porque, realmente, Senador Papaléo, o nosso Estado está num estado de calamidade real, em relação a alguns Municípios vítimas das chuvas que estamos atravessando, que estão até isolados. Os prefeitos decretaram, e o Governador confirmou, estado de calamidade. O meu medo – aí eu chamo a atenção do Tribunal de Contas do Estado – é que, quando o Governo do Estado reconhece o estado de calamidade pública, ele está autorizado a fazer certas ações sem licitação. Se até com licitação esse Governador já faz coisas absurdas! Por exemplo, em uma cidade como Boa Vista, onde não se leva dez minutos da casa oficial, onde o Governador mora – aliás, ele ocupa duas casas –, até a sede do governo, ele vai de helicóptero. Para o trajeto que, de carro, não leva dez minutos, ele vai de helicóptero. Ele tem um heliponto dentro dessa área chamada conjunto dos executivos.

Então, gastar com festa, com esnobação, o Governador sabe gastar muito. Agora, olhem o que diz o jornal *Folha de Boa Vista*: “Falta de ambulância preocupa a população da Caracará”. Senador Renan, os dois primeiros Municípios que existiam em Roraima eram Boa Vista e Caracará. Caracará é um dos Municípios mais antigos e mais populosos de lá. Falta ambulância, mas não falta helicóptero para o Governador! Falta ambulância, mas não falta jatinho para o Governador ir para onde ele quiser, até para Miami.

Mais sério, Senador Papaléo: “Paralisia infantil. Roraima não atinge meta de vacinação!” Então, realmente, a saúde... E falo como médico. Já fui Secretário da Saúde de Roraima por duas vezes. Lamento o descaso com a saúde, com a educação, com a segurança. Já tivemos greve dos profissionais da saúde, dos professores, dos policiais militares. Mas o descaso é geral!

O Governador está preocupado só em fazer campanha, e é uma campanha em que ele quer amordaçar aqueles que falam contra ele. Recentemente, ele usou

uma rádio chamada Rádio Equatorial, que, teoricamente, não pertence ao Líder do Governo, mas procuração foi feita pelo proprietário para o irmão da Sr^a Teresa Jucá, que, parece, depois substabeleceu para outro. O certo é que essa rádio só faz elogiar o Governador e o Líder do Governo aqui. E, num programa popular, um ouvinte ousou telefonar e comentar alguma coisa. O Governador entrou no ar, por telefone, e disse uma série de novas agressões a minha pessoa, porque ele já tinha feito outras em novembro num evento público – e estou processando-o no Tribunal de Justiça e no Juizado em Roraima. Ele disse uma série de palavrórios sem sentido, como que eu sou um Senador de meia-tigela, meia-sola, e outras coisas mais tristes, as quais não ousou dizer aqui desta tribuna. E eu, de novo, vou processá-lo.

Então, como não tenho espaço lá para dizer claramente o que penso do Governador, estou dizendo aqui da tribuna. E temos sim, nós de Roraima, nós que lá vivemos, nós que temos compromisso com o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, que erradicar esse mal. E faltam 110 dias para a eleição. Portanto, quero conchamar o eleitorado de Roraima a não permitir que esse estado de opressão, de coação, de corrupção, que impera hoje em nosso Estado, permaneça.

Queria fazer esse registro, mas, ao mesmo tempo, quero ouvir, primeiramente, o Senador Cristovam Buarque, que me pediu, e depois o Senador Papaléo Paes.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mozarildo, sem entrar nos detalhes da política de Roraima, apenas manifestando minha admiração por sua pessoa, quero aproveitar uma coisa que o senhor falou que permite uma reflexão para todo o Brasil: é a diferença entre o que é modernidade técnica e o que é modernidade ética. O Senador Papaléo Paes, e devo a ele até, rindo ironicamente, disse que helicóptero é uma modernidade. De fato, helicóptero é uma modernidade técnica. Ambulância na rua, a serviço do povo, é uma modernidade ética. Se fosse helicóptero para transportar um doente em emergência, seria modernidade ética. A gente precisa começar a consolidar a ideia de que o que nós buscamos é uma modernidade ética. A técnica é o meio, é o caminho. E isso se espalha no Brasil, na visão de que, se a gente tem o melhor equipamento, a gente é moderno. Não, não somos modernos, a não ser que melhorem as condições de vida da população. Cada vez que aumenta a produção de automóveis, todo mundo diz que o Brasil fica moderno. Moderno seria se não tivesse engarrafamento. Se de ônibus se vai mais depressa – que não é a verdade de hoje –, seríamos mais moderno. A gente precisa começar a colocar nos governantes brasileiros

a ideia de que eles devem buscar a modernidade ética a serviço do seu povo. Menos helicóptero a serviço de governador e mais ambulâncias nas ruas a serviço do povo. Essa, sim, que é a modernidade ética.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Cristovam Buarque, eu agradeço muito a V. Ex^a o aparte, porque puxou exatamente para um ponto que talvez eu tenha deixado de explorar. É um absurdo ver isso. Quer dizer, qual é a população que mais precisa disso? É a população pobre. Não tem ambulância. Falta ambulância, mas não falta jatinho, helicóptero e carros de última geração para o Governador. Não faltam, por exemplo, ocasiões em que o Governador manda buscar ou deixar cantores no Rio de Janeiro para irem para as festas particulares dele. Isso, realmente, é uma falta de ética. Eu prefiro dizer que é uma corrupção e um descaso com o povo do meu Estado.

Senador Papaléo Paes, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Mozarildo, realmente, ainda há pouco, até em tom de ironia, falei ao Senador Cristovam sobre a questão do helicóptero. Não duvido de nada do que V. Ex^a fala. Conhecemos V. Ex^a. Temos a sua referência de um homem competente, um guardião deste mandato que o seu Estado tem aqui no Senado Federal. Jamais colocaríamos qualquer dúvida sobre as suas palavras, pelo seu equilíbrio, pelo seu bom senso e pela forma como V. Ex^a até abrandava muito o que deveria falar aqui da tribuna. É lamentável! Sofremos muito na época dos nossos então Territórios. Parecia que não tínhamos muita liberdade. Até pelo fato de os governadores serem indicados, tínhamos um certo limite da nossa liberdade, principalmente na área política, que coincidia com o período militar. Mas, só naquela época, ouvi e vi algo que se assemelha um pouco, apesar de o Governador não ter a liberdade que tinham aqueles daquela época. Um dia, o Governador militar não estava gostando de uma entrevista que estava sendo dada na rádio oficial do Governo. Aí ele ligou, e o rapaz que atendeu disse assim: “Olha, mas o senhor não pode interferir na programação da rádio”. Aí ele perguntou: “O senhor sabe com quem está falando?” Ele disse: “Não”. E veio a resposta: “É com o Governador”. E o rapaz da rádio perguntou: “E o senhor sabe com quem está falando?” O Governador disse: “Não”. Ele disse: “Graças a Deus”. Então, isso era o que realmente se passava naquela época, o que não cabe agora. Senador, V. Ex^a quer conhecer o cidadão, o homem? Dê-lhe o poder. É lamentável que, no seu Estado, como seria lamentável no meu, um governador se locomova dez, quinze minutos por

meio de helicóptero. Isso é uma afronta à sociedade, uma afronta à falta de ambulância, uma afronta à falta de atendimento às pessoas da periferia das nossas cidades. Isso é uma afronta. Realmente, eu quero me solidarizar com V. Ex^a, dizer que V. Ex^a é Senador da República, pelo Estado de Roraima, e precisa prestar contas sim às pessoas moradoras, eleitoras ou não de V. Ex^a; precisa prestar contas. Também quero fazer um registro: quando da minha viagem a Macapá, encontrei um cidadão que conhece muito a política de Roraima, e a conversa, metade do tempo, foi sobre V. Ex^a. Eu quero, aqui e agora – acho que é a primeira vez que faço isso, a não ser pessoalmente – realmente reconhecer sua grande vitória na sua reeleição para o Senado Federal. Foi uma vitória brilhante, uma vitória reconhecimento do povo de Roraima, que venceu várias barreiras antidemocráticas e colocou V. Ex^a de volta aqui no Senado, ganhando, assim, o Estado de Roraima. Parabéns a V. Ex^a, porque esse cidadão me deu detalhes de como V. Ex^a é respeitado e querido pelo seu Estado. Parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Obrigado, Senador Papaléo. Fico muito feliz com o aparte de V. Ex^a, principalmente porque V. Ex^a, que é também de um ex-Território, o Amapá, conhece muito bem essa realidade. Sei que o resto do Brasil nem imagina como funciona um Território Federal.

Naquela época, era uma ditadura, onde o governador tinha esse tipo de conduta. Lá, em Roraima, quem resolvia fazer oposição aos governadores de plantão era mandado para uma cidade chamada Santa Maria do Boiaçu, no extremo sul de Roraima. O cidadão era jogado lá de teco-teco, um avião monomotor, ou mandado de barco e não tinha como sair de lá. Era uma espécie de exílio ou prisão. Isso existia! Então, na verdade, aquele clima de terror está sendo reeditado

agora por esse Governador, amedrontando os funcionários, amedrontando os empresários, ameaçando não comprar, não contratar obras etc., e, além disso, fazendo uma corrupção desenfreada para ganhar a eleição a qualquer custo.

Mas tenho certeza, porque confio no povo de Roraima e o conheço, de que o povo de Roraima vai dar a resposta a esse estado de perseguição, de corrupção, no dia da eleição, daqui a 110 dias. Por isso, quero fazer esse registro, Senador Mão Santa, que preside a sessão, e pedir a transcrição dessas duas matérias que citei, do jornal *Folha de Boa Vista*: “Falta de ambulância preocupa a população de Caracaraí” e “Paralisia infantil. Roraima não atinge meta de vacinação”. Isso, só para mostrar como o Governo não está empenhado em cuidar da saúde das pessoas.

Ora, se não cuida da saúde, não cuida da educação e não cuida da segurança, realmente não cuida de nada lá no Estado. Ele está cuidando só de uma coisa: de ganhar a eleição. Mas tenho certeza de que ele vai perder, e nós vamos ter um novo caminho a partir de 1º de janeiro de 2011, quando completaremos 20 anos de institucionalização do Estado. Isso se deu com a posse do primeiro Governador eleito, que foi justamente o Governador Ottomar Pinto, que há havia sido Governador do Território.

Então, encerro as minhas palavras e peço, mais uma vez, a transcrição dessas duas matérias, que mostram como realmente esse Governador não tem competência nem compostura para dirigir a minha terra.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Saúde
Falta de ambulância preocupa população de Caracarái

Aproximadamente 80 quilômetros é a distância entre os municípios de Caracarái e Mucajai. Esta foi a extensão percorrida por um rapaz esta semana, vítima de acidente, na carroceria de uma pick-up 5-10 rumo à Boa Vista em busca de atendimento médico.

Devido a falta de ambulância em Caracarái, o rapaz teve que ser removido para o Hospital Geral de Roraima (HGR), onde recebeu tratamento de alta complexidade, na caminhonete cedida pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ao município para atender a demanda.

Formada com um colchão, a informação é de que o rapaz veio junto com técnicos de enfermagem na carroceria do veículo, expostos à chuva, até o Município de Mucajai, onde o paciente foi removido para uma ambulância e deslocado até a capital. Um balão de oxigênio foi utilizado durante a remoção.

Conforme denúncias, entre as lesões sofridas, o rapaz teria fraturado a clavícula. "Não é a primeira vez que acontece isso. Os pacientes que precisam de remoção deitados vão todos na carroceria, inclusive mulheres grávidas que estão prestes a dar a luz", disse um morador que prefere anonimato.

Moradores dizem que a ambulância do município está a cerca de dois meses quebrada. "É uma calamidade, o problema de transporte no município é muito sério. Os colonos são transportados em carros de lixo aqui. Os pacientes são transportados pegando sol e chuva por falta de ambulância. Quando não tem carro, quem auxilia na remoção é a Polícia Militar", destacou o morador.

Um servidor do local denunciou ainda que há cerca de uma semana a unidade de saúde central do município está sem autoclave – aparelho utilizado para esterilizar artigos utilizados no hospital.

CARACARÁI – O prefeito do município, Odilon Filho, disse à Folha que existem três ambulâncias no local, mas todas estão sucateadas. Uma destas, o prefeito garantiu que já está em funcionamento desde a quinta-feira, 09.

"Tem duas caminhonetes dando suporte na ausência das ambulâncias. Temos a promessa de receber duas ambulâncias, uma normal e uma semi UTI", informou o prefeito.

SESAU - A Secretaria Estadual de Saúde (Secsau), por meio da Assessoria de Comunicação, informa que aguarda a chegada de 16 ambulâncias que estão sendo enviadas pelo Ministério da Saúde (MS), e que foram adquiridas pelo Governo Federal.

As ambulâncias serão utilizadas em todo o estado, por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional, serviço este que será estendido aos demais municípios.

Assim, toda a demanda de urgência do estado que surgir, poderá ser atendida, independente do município que se encontra o paciente, ou seja, aumentará a cobertura de assistência de urgência prestada em Roraima, beneficiando ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS). "Informamos que no Município de Caracarái a administração é de responsabilidade da prefeitura e não do governo do estado", disse, em nota.

Não é a primeira vez que pacientes vítimas de acidentes tem de ser transportado em carros abertos, em Janeiro deste ano, passei por situação semelhante, onde se consegui apoio do SAMU por influencia política, pois segundo informacoes o SAMU so atende o município de Boa Vista, ainda assim consegui que mandassem uma ambulancia com um medico e um enfermeiro que encontrou o paciente no meio do caminho entre CCI e BV tendo em vista a gravidade do acidentado, que so sobreviveu gracias ao empenho da equipe de Tec. de enfermagem de CCI que se dispôs a vir em cima de um carro ate encontrar a equipe do SAMU pois se dependesse da prefeitura de CCI o pior teria acontecido!!!

PARALISIA INFANTIL
Roraima não atinge meta de vacinação

NAIRA SOUSA

A primeira etapa da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite 2010, que aconteceu neste sábado, não alcançou a meta estipulada, que era vacinar 95% das crianças de Roraima de 0 a 5 anos. Por isso, a campanha foi prorrogada até sexta-feira, 18.

Em Roraima foram vacinadas somente 57,69% das crianças. Em Boa Vista há uma população de 30.542 crianças menores de 5 anos. A meta não foi atingida, sendo que pouco mais de 20 mil crianças foram vacinadas. A diretora da Coordenação Municipal de Imunização, Érika Carvalho, disse que, embora tenha havido bastante sensibilização para que os pais levassem os filhos para tomarem a vacina, muitos devem ter ficado em dúvida, devido ao grande número de crianças estarem com as doenças ocasionadas pelo inverno como gripe, febre e diarreia.

“As crianças que estão gripadas podem tomar a vacina, porque nesse caso não há nenhuma contraindicação. A única ressalva é para as que estão com diarreia ou febre acima de 38°”, disse Érika.

Em Mucajaí, 89,40% das crianças foram vacinadas, o município que registrou o maior número de vacinados. Já Normandia registrou o menor índice. Foram 8,59% das crianças, o que corresponde a 115 das 1.339 que deveriam ter sido imunizadas.

No Município de Uiramutã foram 10,47% das crianças vacinadas; Amajari, 11,17%; Pacaraima, 21,20%; Cantá, 30,48%; Alto Alegre, 32,64%; Bonfim, 36,15%; Iracema 36,45%; Rorainópolis, 56,16%; Caracarái, 56,87%; São João da Baliza, 62,20%; São Luiz do Anauá, 77,89%; e Caroebe, com 86,82% das crianças vacinadas.

Erika espera, com a prorrogação da campanha, que os pais levem os filhos a um dos postos de saúde, pois, embora a doença esteja erradicada no Brasil, é necessário se prevenir.

Foram 104 postos de vacinação em toda a cidade que disponibilizaram a vacina. Os pais que não levaram os filhos para tomar a gotinha podem levá-los a um posto de saúde próximo a sua casa.

A mãe de Luiz Guilherme e de Luiz Gustavo não perdeu a oportunidade e vacinou as crianças. “É a primeira vez que eles estão tomando a vacina contra a poliomielite, pois ambos têm seis meses. Antes procurei saber a importância da vacina, para assim ter certeza que eles estão protegidos”, afirmou Juliana Souza.

Anja Felipa, de 1 ano e 8 meses, também tomou as gotinhas. “Sei que a vacina é de grande importância para a saúde dela, por isso nunca deixo de vacinar nas campanhas”, comentou sua mãe, Niraxza Bonfim.

A DOENÇA – O Brasil está livre do vírus causador da pólio desde 1989, quando o último caso da doença foi registrado, na Paraíba. Em 1994, o país recebeu da Organização Mundial de Saúde (OMS) o certificado de eliminação da poliomielite. No entanto, enquanto houver circulação do vírus em qualquer região do mundo, é necessário continuar com a vacinação, pois há o risco de importação de casos provenientes de países que ainda registram casos da doença, como Paquistão, Índia, Afeganistão e Nigéria.

GRIPE H1N1 – Os profissionais da saúde aproveitaram a primeira etapa da campanha contra pólio para imunizar as crianças que ainda não se vacinaram contra a gripe H1N1. Para garantir uma imunização completa contra o vírus da influenza A, as crianças devem tomar a segunda dose 21 dias depois da primeira.

Além das crianças, as grávidas, mulheres de 20 a 29 e as crianças menores de cinco anos também puderam tomar a vacina contra a influenza A. De acordo com Érika Carvalho, o número de vacinados ainda não atingiu a meta estabelecida e as pessoas podem procurar os postos de saúde para tomar a dose e também para atualizar o cartão de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Quero lembrar aos Senadores que chegaram agora que a sessão de amanhã será às 10 horas. A vida não se resume a futebol. Esta Casa funciona. Esta Casa é a mais perfeita instituição do Brasil, nós. Então, amanhã, será às 10 horas a sessão que seria às 14 horas, mas funcionará.

Está inscrito, como Líder, o Senador Renan Calheiros. Renan Calheiros é o Líder do PMDB e representa, com muita grandeza, o Estado de Alagoas, que já deu um montão de Presidentes da República. A vida do Renan reflete a vida dos políticos. Se quiser ver, estude Abraham Lincoln!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu tenho uma gratidão a V. Ex^a, porque, quando eu governei o Estado do Piauí, V. Ex^a foi Ministro da Justiça. Extraordinário Ministro da Justiça! Isso, todo o Brasil tem que saber. Mas, em particular, o que tem de correto e de sério... Hoje mesmo, eu vi o Deputado Themístocles Sampaio, que era Secretário de Justiça em Picos. Eu tenho maioria em Picos. V. Ex^a reformou todo o sistema penitenciário. A bem da verdade, quiseram até levar o Beira-Mar para lá. Eu pulei fora. V. Ex^a ajudou muito o povo do Piauí, tanto é verdade que, traduzindo o respeito do povo do Piauí e a gratidão, nós colocamos, no seu peito, a comenda maior, a Grã-Cruz Renascença.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como Líder do PMDB, gostaria de transmitir ao plenário e ao País a histórica decisão da Convenção do PMDB neste final de semana em Brasília.

O partido, Sr. Presidente e Srs. Senadores, sacramentou, por ampla maioria, a aliança com o Partido dos Trabalhadores para a campanha à Presidência da República. Dos mais de 660 votos válidos, 560 votos convalidaram a aliança e a chapa Dilma para Presidente e Michel para Vice-Presidente. Isso representou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, mais de 85% do partido.

A partir da convenção, o PMDB se integra e se entrega na formulação da campanha, na elaboração do programa de governo – concluído na última semana –, e também como parte da aliança programática que disputará a Presidência da República.

Nosso Michel Temer é um homem que dispensa apresentações, e as inúmeras distinções que recebeu em sua carreira são todas, absolutamente todas, me-

recidas. Temer, Sr. Presidente, é um homem honrado, trabalhador, competente, aglutinador, jurista respeitado e experiente. É um dos melhores quadros do PMDB, e por isso foi escolhido como o candidato do PMDB à Vice-Presidência da República.

É uma simbiose rara na arena política: a combinação de um especialista em Direito Constitucional e um político muito hábil. Michel Temer encarna uma harmonia entre o universo político e a Ciência do Direito. Sabe que elas são instâncias complementares e que, Sr. Presidente, não se sobrepõem.

Estou certo de que Michel Temer, por seus méritos, por seu conhecimento, discernimento e ponderação – sua maior virtude –, vai agregar muito na campanha e no futuro governo.

O apoio do PMDB é firme, Sr. Presidente, desassombrado e apaga as ambiguidades e antagonismos de um passado recente.

A decisão da convenção é um desdobramento do apoio que o PMDB vem dando ao Presidente Lula, tanto no Congresso quanto na formulação de políticas públicas nos Ministérios que o partido teve, tem e terá a honra de comandar. Não é, portanto, o apoio da conveniência, é uma aliança que vem de longe.

Alianças não se constroem a fórceps. Elas têm um amadurecimento natural, no qual se constroem afinidades, compatibilizando programas e meios institucionais para concretizar os projetos nascidos da união de partidos.

A aliança de agora é a consequência natural e lógica da coalizão firmada no Governo Lula. A formalização da aliança é a renovação da coerência de quem ajudou a votar, propor e implementar as políticas hoje vitoriosas e copiadas pelo planeta.

O caminho oposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seria ir de encontro ao que a sociedade vem apoiando e aprovando de maneira superlativa e histórica. Não é qualquer dirigente que atinge as marcas de aprovação que o Presidente Lula tem. Além da aprovação popular, o Presidente Lula agregou outro conceito muito raro: o da confiabilidade, que está dois degraus acima da mera aprovação.

O brasileiro, hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se sente seguro, confia em quem está no comando da Nação, especialmente depois de termos superado uma crise econômica que devastou grandes potências e pulverizou conglomerados financeiros. Aqui, para frustração de poucos, a disritmia do capitalismo não trouxe o apocalipse, quebradeiras, nem aumento dos tributos ou pânico. Pelo contrário, Sr. Presidente. Desafiando o dogma do Estado mínimo, investimos com dinheiro público, houve provisão maciça de créditos estatais e intervenções pontuais do Governo no mercado.

Fizemos nosso dever de casa e, por isso, desenvolvemos as vacinas, a maioria delas no Congresso Nacional, com o apoio e iniciativas do PMDB.

Com austeridade, responsabilidade fiscal, aprimoramentos legais e desonerações pontuais de tributos, saímos rapidamente da recessão. Isso, graças a um mercado interno que ganhou musculatura com o aumento real do salário mínimo, com programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e crescimento da massa salarial.

Hoje, Sr. Presidente, temos um crescimento invejável – 9% ao ano –, a indústria avança, o emprego se expande, a inadimplência cai, a confiança dos empresários e consumidores está em alta e o crédito também. O Brasil voltou a ser a oitava economia do mundo e, em breve, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seremos a quinta potência mundial.

Os resultados socioeconômicos são muitos, a sociedade aprova e o mundo reconhece. Não somos mais o inconfiável Brasil de outrora, com sua débil economia. Aos olhos do mundo, não somos mais um elo perdido, nem um gigante adormecido. Já demos os primeiros passos de gigante com esse PIB estupendo. O Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, decolou.

O PMDB se orgulha de ter podido contribuir com números tão positivos. Eles não são poucos e, por isso, me permitam citar alguns que considero relevantes: 13 milhões de novos empregos; 24 milhões de brasileiros deixaram a linha da pobreza; 31 milhões ingressaram na classe média; e 11 milhões de cidadãos estão no Luz para Todos.

Houve, Sr. Presidente e Srs. Senadores, distribuição de renda de fato. Essa é uma distribuição clara, não é discurso, não é retórica. É mais uma revolução silenciosa que os brasileiros vivenciaram e que vai, sem dúvida nenhuma, continuar.

Fomos governo o tempo todo, aprovamos e implementamos políticas vitoriosas. O eleitor não aceitaria outra posição que não a de dar continuidade ao projeto que está dando certo e que conquistou o respeito mundial.

A trajetória do PMDB se confunde com a história do Brasil. O PMDB tem sido o pilar da governabilidade e da responsabilidade. O PMDB, frustrando as profecias que a toda eleição insistem em nos empurrar para papéis secundários, vem recebendo mais votos a cada eleição que disputa e vem conquistando mais cadeiras a cada pleito, inclusive com a reinserção do partido em grandes centros, com alta densidade eleitoral. A sociedade vem concordando com a postura coerente e responsável do PMDB. Estamos tendo, Sr. Presidente, um crescimento permanente no número de Deputados

Federais, Estaduais, Senadores, Governadores, Prefeitos, Vereadores, no número absoluto e total de votos. O PMDB é, portanto, uma legenda que, a despeito dos oráculos, mantém a credibilidade da população.

Os números mostram a coerência e os acertos da atual direção do PMDB. Essa direção devolveu ao PMDB o protagonismo que lhe cabe na história brasileira.

O PMDB, Sr. Presidente, nasceu como uma frente partidária e albergou vários matizes ideológicos: conservadores, liberais, comunistas, maoístas, socialistas e até aqueles sem ideologia nenhuma. Esse código genético ultrapassou a convivência e chegou até nossos estatutos, sendo o partido que garante o direito de discordar.

Mas, como dizia Tancredo Neves: “Não são os homens, mas as ideias que brigam”. Por isso, eu gostaria de homenagear este ilustre e talentoso Governador Roberto Requião, que abrilhantou a convenção do PMDB com a sua candidatura e com as suas ideias.

No processo de consultas internas, não ambicionamos a unanimidade, mas a unidade. O partido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, majoritariamente, apoia e apoiou as ideias do Governo Lula, e dará continuidade ao projeto apoiando a Ministra Dilma como Presidente do Brasil.

O permanente interesse em estimular conflito no PMDB é natural. É consequência do tamanho, da credibilidade, da aceitação e capilaridade do Partido. Afinal, temos o maior número de governadores, as maiores bancadas do Congresso e, na eleição para as prefeituras, a votação histórica de 19,4 milhões de votos, 1.203 prefeituras, entre elas seis capitais, e 8.481 Vereadores.

Temos muito zelo por esse patrimônio e sabemos honrá-lo, Sr. Presidente, e multiplicá-lo. Esse é um patrimônio que traz responsabilidade. Por isso, o PMDB defende um salto de qualidade nas relações políticas para priorizar projetos, programas e a aprovação deles. Para quem, Sr. Presidente, ainda não percebeu, a sociedade já deu esse salto.

O PMDB quer trabalhar. Quer dar continuidade ao que está dando certo, quer acelerar o crescimento. Quer prosseguir com o aumento da renda, com o crescimento do salário mínimo, com os programas sociais, com a estabilidade econômica, com o aumento da massa salarial, com o emprego, com os aprimoramentos legais, com a diminuição das desigualdades, com o aumento de oportunidades.

Afinal, Sr. Presidente e Srs. Senadores, democracia não é só o voto; democracia não é só o direito de ir e vir, mas, sobretudo, igualdade de oportunidades. E isto é o que nós estamos fazendo: transformando,

aqui, no Parlamento e no Governo, potencialidades em realidades.

Era isso, Sr. Presidente, que, agradecidamente a V. Ex^a, eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o belo pronunciamento do Senador Renan Calheiros, que representa o Estado de Alagoas e que é Líder do PMDB, voltamos à lista de oradores inscritos.

O próximo orador inscrito é o Senador Papaléo Paes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E as comunicações?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, é um inscrito. V. Ex^a será o próximo. É que se alterna com um orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, foram dois inscritos seguidos?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não. Falou um orador inscrito e um Líder.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – S. Ex^a falou como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Volta-se a palavra para um orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está bom. Perfeito. Entendi. Está certo. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Aí, entra V. Ex^a para fazer uma comunicação inadiável. E é bom fazermos o anúncio prévio, para todo o Distrito Federal e o Brasil, de que V. Ex^a vai suceder o Senador Papaléo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Além de dizer da satisfação de ouvir o Sr. Senador Papaléo, quero dizer que, realmente, o senhor está correto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a vai começar seu discurso no horário do jogo das 15 horas. Essa é uma maneira de concorrer.

Tem a palavra Papaléo Paes, que é Senador do PSDB e que representa o Amapá, o melhor de sua gente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna é um assunto muito importante que se refere à questão dos mototaxistas. Mas, antes, quero fazer dois registros aqui de matérias que li hoje. Uma delas está no jornal *O Liberal*: “Greenpeace vai reagir a Belo Monte”. É matéria da Sucursal de Brasília, assinada pelo jornalista Thiago Vilarins. E se diz o seguinte:

O aproveitamento da energia hidrelétrica pode ser extremamente eficaz para suprir a demanda de energia elétrica do País. O problema é utilizar a região frágil da Amazônia

para a construção de hidrelétricas. O grande empreendimento da usina hidrelétrica de Belo Monte representa justamente isso: destruição da floresta, deslocamento de populações tradicionais, desperdício de dinheiro, impactos sociais, entre outros problemas. E, mesmo assim, ainda não será capaz de produzir ao longo de todo ano a energia prometida pelo governo. As críticas são do responsável pela Campanha de Energia do Greenpeace, Ricardo Baitelo. Em entrevista exclusiva a *O LIBERAL*, o técnico afirmou que a ONG internacional irá reagir a qualquer empreendimento dessa ordem na região amazônica. Baitelo ainda confronta a energia hidrelétrica produzida por Belo Monte com a de outras fontes, como a eólica e a de biomassa. Crítico à postura do presidente Lula, de “enfiar goela abaixo” o projeto, o ambientalista aponta também o interesse político por trás dessa ação. “Fica clara aí a finalidade da construção da hidrelétrica: para conseguir catapultar a sucessão presidencial dentro desse acordo, que seria de oferecer a energia para alguns grupos econômicos e industriais a preços vantajosos”.

Depois, pede-se para o leitor conferir a entrevista do presidente da ONG relacionada com a energia.

Faço apenas uma observação. Não sei, sinceramente, se não estou sabendo procurar na imprensa ou se realmente está muito arrefecida ou empanada a questão desse gravíssimo acidente ecológico que, até hoje, está acontecendo no mar próximo aos Estados Unidos. Ainda não vi uma notícia firme e determinada sobre essa questão pelo Greenpeace, que é uma ONG extremamente respeitada por todos nós.

Muitos daqueles por quem temos muito respeito também têm seus subterfúgios, e queremos saber qual é o subterfúgio no caso relacionado à usina de Belo Monte.

Há outro assunto de que quero tratar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores servidores da Casa. É que, na página Notícias Sindilegis do dia 14 de junho, li o seguinte conteúdo:

Plano de Carreira do Senado.

Sindicato é surpreendido com nova proposta de plano de carreira apresentada pela Mesa Diretora do Senado.

O Sindilegis foi surpreendido com o texto do plano de carreira encaminhado pela Mesa Diretora do Senado Federal na última semana. A minuta não coincide, na íntegra, com a proposta originária consensuada entre os se-

tores da Casa que beneficiava todos de forma igualitária.

É claro que isso é incontestável! Não temos de fazer discriminação de servidor dentro desta Casa. Todos têm de ser beneficiados de forma igualitária. Ninguém é melhor do que ninguém aqui. Todos são servidores, e cada um na sua função, desempenhando sua função, é que faz esta Casa ser grande e grandiosa como é. Continuo a leitura:

A nota técnica datada de 9 de junho de 2010, na qual figura o Sindicato como apoiador do plano de carreira, diz respeito a uma situação de fato anterior à reunião da Mesa. O texto se refere ao momento em que o Sindilegis defendeu o seu entendimento perante a subcomissão de Reforma Administrativa, ocasião em que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também se manifestou quanto ao teor do plano de carreira encaminhado pelo Sindicato de forma favorável.

Não é, portanto, verdadeira a informação de que o Sindilegis é um dos responsáveis pela fórmula apresentada pela Mesa. Isso porque, na proposta de consenso, os percentuais de Gratificação e Desempenho eram outros (45%, 60% e 80%), bem como, mantinha o Adicional de Especialização para aplicação imediata com a aprovação do Plano.

Na Câmara, há esse Adicional de Especialização. E, aqui, querem tirá-lo? Que história é essa?

Dessa forma, ante a existência da proposta da Mesa Diretora, o Sindilegis soma-se a diversos setores da Casa no sentido de aprimorá-la e que, aos olhos do Sindicato, deverá ser estendida à totalidade dos servidores.

Nesse sentido, a entidade está efetuando contato com senadores e membros da Mesa pleiteando as correções necessárias.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, vejo que ficamos caladinhos, caladinhos, e, de repente, alguém puxa o assunto sobre esse Plano de Carreira dos Servidores. Aí, já começa uma discussão aqui que nos traz a nítida impressão de que essa discussão é puramente política e de que, nessa discussão política, não podemos deixar de lado a visão técnica.

Senador Mão Santa, este ano, 54 Senadores vão à reeleição. Os servidores desta Casa não podem ficar prejudicados por uma crise pela qual o Senado passou. Aquela foi uma crise política. Foi briga de poder mesmo, briga de grandes personagens deste País, que são Senadores. Foram brigas de pessoas que realmente

relacionavam as questões partidárias, questões de poder na Casa. Mas os servidores da Casa não podem sofrer consequências.

Este aqui é um dos três Poderes da República, tem o mesmo poder do Executivo e do Judiciário. É um dos Poderes: o Poder Legislativo. Não nos podemos apegar. A maioria fica com medo, porque vai submeter-se a uma eleição agora, e, no final, quer votar aquilo que realmente venha até a desmerecer o valor dos nossos servidores.

Peço a todo e qualquer servidor da Casa que lute pelos seus direitos e peço também a todos os Senadores que tenham orgulho do Senado Federal, que tenham orgulho do Congresso Nacional. Quanto àqueles poucos que envergonham o Senado e a Câmara, teremos agora a oportunidade de tirá-los daqui, pois, no voto, é a vontade do povo que prevalece.

Senador Cristovam Buarque, no sábado, eu estava fazendo compras no comércio – ando pelo comércio normalmente, como sempre fiz na cidade –, e uma senhora recém-chegada no Amapá que fez um comércio lá disse assim: “Eu estou reconhecendo o senhor. Como é seu nome?” “Papaléo.” “Mas o senhor não é o Senador Papaléo?” “Sou.” “Como é que o senhor anda sozinho por aqui?” “Não, minha senhora. Eu sempre andei por aqui. Nasci aqui, vivo aqui no meio do povo e tal.” “O senhor vai se candidatar?” Eu disse: “Vou. Preste atenção: se eu merecer, quero seu voto”. Aí, ela me respondeu: “Vou ouvir, primeiro, as propostas”. Aí respondi: “Mais importante que as propostas é você saber quem está apresentando aquelas propostas. É o mais importante. Quem vai se candidatar, subir no palanque e apresentar propostas inadequadas a quem ele vai pedir o voto?”. Então, Senador, nossa campanha tem de ser a seguinte: “Conheça quem está fazendo as propostas, para, depois, você analisar as propostas”. Eu disse isso, e ela respondeu: “Senador, o senhor tem razão. Realmente, vemos tanta coisa boa durante a campanha. Durante a campanha, este é o país das maravilhas, vão resolver todos os problemas dos Municípios, dos Estados, do País. Ninguém diz algo que não agrade às pessoas que estão ouvindo. Agora, depois que passa, como se diz lá para o nosso lado: babau! Até a próxima! Vamos esperar as próximas ilusões”.

Então, senhores, temos de ter responsabilidade, não nos vamos preocupar com nada além de fazermos justiça com os servidores desta Casa. Não nos podemos apegar. Vejo que, nos três Poderes, deveria haver salários equitativos, não deveria haver diferenciações. Vejo que os salários do Poder Judiciário estão extremamente além dos do Senado Federal. Vejo questões relacionadas a nós, que estamos expostos.

Dei até uma entrevista em que disse: “Infelizmente ou felizmente, dos Três Poderes, somos os únicos que damos a cara a tapa. É por isso que a crítica vem toda em cima de nós”. Eles se esquecem de que o Governo Lula, por exemplo, criou quase quarenta mil cargos de confiança – esquecem isso ou, então, não falam nisso –, cargos que não precisam de concurso público. E, quando vamos fazer justiça aos servidores do Senado Federal, começam a tentar passar para a opinião pública que os salários desses servidores estão acima da média dos salários verificados nos outros Poderes. Não admito isso, não gosto de injustiças. Eu já disse que posso ficar sozinho aqui, defendendo uma pessoa, seja ela quem for, e todo mundo virar as costas para essa pessoa. Mas, se na minha consciência eu achar que essa pessoa está sendo injustiçada, vamos ficar eu e ela abraçados aqui. Vou até o fim”.

Senador Cristovam Buarque, por favor, ouço V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Papaléo, fico satisfeito em ver que o senhor está fazendo justiça, corretíssima, ao chamar a atenção do Brasil inteiro para o fato de que a crise que a gente vê no Senado é uma crise criada e provocada por nós, os 81 Senadores, não pelos servidores desta Casa. Fico muito feliz em escutá-lo falar isso, porque, de repente, a crise que criamos – e, aqui, não excluo nenhum de nós, somos 81 – espalha-se na credibilidade, na maneira como os servidores podem ser vistos, por um equívoco das pessoas que confundem os Senadores com os servidores. O interessante é que tudo de bom fica só como bônus dos Senadores. As leis que criamos aqui não levam o nome dos servidores: é lei Senador fulano, é lei Senador sicrano. Nenhum de nós seria capaz de elaborar, com detalhes, um projeto de lei sem a ajuda da nossa consultoria e dos outros servidores. Essa é a verdade. E alguém, se fosse capaz disso, não teria tempo, porque, para fazer isso, deixaria de fazer muitas outras coisas necessárias para aprovar o projeto de lei. Aliás, vivi isso esta semana. Conseguimos, eu e o Senador Tasso Jereissati, que um conjunto de assessores e de consultores elaborasse um excelente projeto de lei para o uso dos recursos do pré-sal, e nós dois, Tasso Jereissati e eu, não fizemos a parte que era nossa, de ir atrás dos votos dos Senadores, de conseguir que o projeto passasse e entrasse na pauta. Nós falhamos. Se tivesse dado certo, o mérito seria de nós dois. Mas os servidores o prepararam, obviamente por sugestão, por instrução nossa. Então, fico satisfeito que o senhor esteja trazendo isso. Não podemos deixar que os servidores paguem o preço dos nossos erros. Lembro que nenhum médico salva um doente se o motorista da ambulância for ruim e

se o doente chegar morto ao hospital. Não há médico que cure a morte provocada por um motorista ruim, e a gente se esquece do motorista na hora de falar das vantagens da cura. Então, a gente precisa descobrir aqueles que, de maneira discreta, fazem o trabalho que leva ao resultado geral. E esta Casa tem, entre seus servidores, os melhores quadros que já conheci em todos os lugares por onde passei. Por isso, eles merecem um tratamento de acordo com a competência e a dedicação deles, que são bastante elevadas. Fico feliz de escutá-lo defendendo nossos servidores e fazendo a diferença: quando há crise, somos nós quem a estamos provocando; e, quando há vitórias nossas, isso foi graças, pode ficar certo, aos inúmeros servidores que nos ajudaram.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Fico extremamente feliz em ouvir de V. Ex^a esse reconhecimento, como sempre V. Ex^a fez, ao quadro de servidores, que dá exatamente a sustentação técnica para o nosso trabalho. Muito obrigado. Incorporo, com muita honra, suas palavras ao meu discurso.

Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR. *Fora do microfone*) – Eles falarão antes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Ouço o Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a estava puxando o assunto da eleitora que falou com V. Ex^a, que queria ouvir as propostas. Realmente, fazem propostas mirabolantes e também usam muito aquela frasezinha: “Ah, o Fulano rouba, mas faz”. Essa é uma frase que ouvimos tanto na nossa região! É uma vergonha! Sabemos que eles compram votos. E, quando vão comprar votos – gosto de frisar bem isto –, o eleitor deve olhar bem para o rosto do cara que vai dar o dinheiro para ele. Ele não está comprando, ele está devolvendo o dinheiro que roubou dele. É dinheiro que roubou! E ainda digo mais: pegue o dinheiro e não vote, nem fique com raiva daquele que lhe está dando dinheiro, não, porque aquele ali é um preposto. É um intermediário dele que está ganhando dinheirinho também para comprar sua honra”. Por incrível que pareça, dizem: “Mas um voto não vale nada”. Vale, sim! É o voto que coloca uma pessoa aqui dentro; é o voto que tira a pessoa daqui de dentro. A hora do voto é a hora de o eleitor escolher a pessoa que tenha compromisso com ela. Além do mais, o que devolveu o dinheiro – que roubou e devolveu um pouquinho – acha que já pagou o voto e que nada mais tem a fazer por aquele eleitor. Então, é muito importante que as pessoas tomem consciência de que vender voto não é o correto. Mas acho correto

pegar o dinheiro do que está querendo vender o voto, porque está devolvendo o dinheiro, é dinheiro roubado. Não sei se, no seu Estado, há essa história de “rouba, mas faz”.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Há, sim.

O Sr Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – No meu Estado, é muito famosa essa frase. É comum eles dizerem: “Fulano roubou, mas ele fez”. Os cabos eleitorais dizerem: “Fulano rouba, mas faz”. Não existe ladrão bom. Ser bandido é uma opção. Quem leu aquela reportagem sobre Fernandinho Beira-Mar sabe que ele era de uma turma de quarenta alunos na favela e que só ele virou bandido. Por quê? Porque ele optou por ser bandido. Não há bandido bom. Não há ladrão bonzinho. Quem é ladrão é ladrão. Digo para os meus eleitores, para os meus amigos de Roraima, que corrupto é um apelido, um sinônimo de ladrão. Como não querem chamar de ladrão, chamam de corrupto. Mas quem é corrupto, quem pega 1%, 2% ou 10% de emenda parlamentar, de obra do Governo, quem rouba dinheiro da merenda escolar e dos medicamentos é ladrão da pior espécie.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Botelho. Acredito que nós, por nossa formação de médico – e, aqui, há quatro médicos –, temos uma doutrinação que nos diferencia na questão social. Não é que sejamos melhores do que os outros, mas é que, fundamentalmente, lidamos, desde o nosso início na Medicina, principalmente com os pobres, com as pessoas mais pobres, com as pessoas que sofrem as maiores injustiças sociais, que moram em condições desumanas, que sofrem com a falta de alimentos, que sofrem com um maior número de doenças.

Então, realmente, essa questão é muito séria, esse “rouba mas faz”. Isso aí parece que está entranhado. Isso aí é um ensinamento, um costume que se faz, para as pessoas dizerem: “Pelo menos, esse rouba, mas faz”. Quer dizer, aquele que é honesto e que não teve oportunidade de fazer mais do que o que roubou acaba ficando para trás. É muito triste vermos nossa sociedade dizer: “Olha, pelo menos esse me deu alguma coisa”. Isso a gente ouve muito, não é, Senador?

Então, somos responsáveis em tentar esclarecer as pessoas. Temos de mostrar para as pessoas que vivemos de salário. Quando alguém, um assalariado, como somos, apresentar uma... Como é que a gente diz? Apresentação de riqueza. Como é que a gente diz, Senador? Quando houver uma aparente riqueza, vejam que está acontecendo alguma coisa de anormal ali, porque não ganhamos hora extra aqui, não ganhamos por trabalho executado, não ganhamos por projeto

que apresentamos, ganhamos só nosso salário. Então, não adianta, o salário não pode passar daquilo.

O que eu quis dizer para essa senhora foi exatamente isto: “Minha senhora, veja quem está fazendo a proposta. Primeiro, tente conhecer a pessoa. Esta é uma cidade pequena. Conheça-a! Pergunte: ‘Quem é esse fulano aí? Quem é esse Dr. Papaléo? Você sabe algo sobre a vida dele? Diga-me um pouquinho da vida dele’. Vão lhe dizer: ‘Ele foi Prefeito’. E você pergunta: ‘Que foi que ele fez na Prefeitura? Ele foi Secretário de Saúde? O que foi que ele andou fazendo por lá?’ Pergunte mesmo e, depois, veja se a proposta é boa ou não”.

Antes da proposta, analiso, primeiro, o caráter daquela pessoa, a personalidade daquela pessoa, o passado daquela pessoa, porque o político, quando assume sua função, não se transforma dentro do Senado, da Câmara, de uma Câmara Municipal, de uma Assembleia Legislativa. Não! Ele não passa a ser corrupto lá dentro. Ele já tem a intenção da corrupção quando ele passa a ser político.

Por isso, é deplorável quando ouvimos dizer essa questão de querer colocar os políticos num baixo nível só.

Não admito isso, aqui, na nossa Casa, temos qualidade, pessoas de respeito. Por isso, sempre defendendo os bons e, logicamente, o povo saberá punir os maus.

Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Papaléo, pronunciamentos como o de V. Ex^a deveriam ser realmente bastante ouvidos e se deveria refletir sobre eles, porque é importante que, agora, a 110 dias da eleição – apenas 110 dias nos separam do dia 3 de outubro – que o eleitor esteja muito atento, porque, como disse essa sua amiga de Macapá, deve ouvir as propostas. O programa eleitoral da televisão, do rádio é feito, a maioria deles – é verdade, não são todos – por grandes especialistas de publicidade, de *marketing*, de forma que não aparece ninguém que não seja com propostas muito bem elaboradas, fruto de pesquisa que se faz inclusive para ver o que a população mais quer. Então, vender essa imagem na hora da política é muito fácil. Por isso, a observação de V. Ex^a é muito pertinente e muito oportuna para que o eleitor pense e vote realmente em função das propostas. Agora, vamos olhar se essa pessoa, caso esteja se candidatando pela primeira vez, vivia, como era a vida dela, que tipo de credibilidade ela tem. Se é candidata pela segunda, terceira ou quarta vez, como é que tem sido a trajetória dela? O que, de fato, ela tem sido? V. Ex^a colocou aí. Conheço lá em Roraima políticos que, por exemplo, só exercendo cargo

público, não tendo nenhum outro tipo de renda, têm duas televisões, rádios, fazendas, aviões etc. Como? Evidentemente não foi de maneira honesta. Então, é muito importante que o eleitor faça essa separação, essa peneira, neste momento, olhando não só, repito, as propostas e idéias – seria muito interessante se fosse somente um debate de propostas, de idéias – mas indo fundo para ver. Quem está fazendo essa proposta merece fé? Quem está defendendo essa tese? Como é a sua vida? Como diz o Senador Augusto Botelho: quando uma pessoa é corrupta é porque fez uma opção de ser ladrão, de ser desonesto, fez uma opção. Porque não conheço nenhuma escola de formação de bandidos não. A pessoa é bandido por uma questão de falha de caráter, por opção, porque quer enriquecer de maneira rápida, ilícita, às custas da população. Então, é importante mesmo que haja essa análise. E é bom que o debate seja nesse rumo. Quer dizer, muito bem, uma pessoa já tem uma administração, fez boas obras, etc. O outro só diz que fez, alardeia, às vezes, coisas que não fez ou que vai fazer, vende uma imagem que não tem. E essa é a questão do voto consciente, quero repetir aqui. Eu queria ver a mobilização que fez a CNBB, que fez a OAB, que fez a AMB, que espero outras instituições façam para de fato ir de bairro em bairro, esclarecendo à população que o voto é contado um a um. Portanto, o voto dela é muito importante para mudar a realidade. A população, de um modo geral, diz hoje que todo administrador, seja o Prefeito, seja o Governador, seja o Vereador, seja o Deputado Estadual, seja o Deputado Federal ou o Senador, o Presidente da República, são corruptos. Então, por que estão assim? Porque o eleitor está colaborando para que isso aconteça. Então, o eleitor tem que mudar isso. Só quem pode mudar é o eleitor. Porque não adianta, Senador Papaléo. Lei não adianta; Polícia Federal, não adianta; Ministério Público, não adianta; Justiça Eleitoral, não adianta se o eleitor não quiser mudar. O eleitor tem que querer mudar. É por isso que eu tenho dito, me dirigindo ao eleitorado de Roraima, que a hora é de mudança. E nós não podemos entrar o ano de 2011 da mesma maneira que estamos lá hoje. Nós temos que mudar, realmente, para melhor, para que nós possamos todos, toda gente que lá vive, viver melhor, com mais dignidade e com mais respeito.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Eu concordo, plenamente, com suas sábias palavras.

E essa questão que nós festejamos outro dia aqui, Ficha Limpa. Ah, fizemos uma festa. Muito bonito. É simbólico? No momento é simbólico. Mas é de um simbolismo muito forte. Porque a Igreja Católica fez uma carta à população do Amapá, muito bem feita,

muito bonita. Agora, não pode deixar essa carta circular só na elite. Tem que circular em toda a população, para esclarecer, chamar a atenção para a questão do voto comprado, que já tirou mandato de muitos parlamentares; há a questão do “rouba, mas faz”, que é muito séria.

O Ficha Limpa. Só vai valer depois da promulgação? Só vai valer para crimes a partir daquela data, da promulgação? Mas para isso nós não precisamos de lei Senador Cristovam, não precisamos de lei. Precisamos que a imprensa principalmente, que os religiosos, que os católicos, os evangélicos, façam pregações em suas igrejas chamando atenção para o fato de que a lei é uma formalidade de um processo e que o povo é que é responsável por isso. Então, o passado pode não servir para a lei, para amparar a lei, porque esses crimes só passam a vigor a partir da promulgação. Mas o passado serve para chamar a atenção da lei do povo, da vontade do povo. Não é isso que o povo quer? Não eleger pessoas que foram condenadas já pela justiça, por um colegiado? Não é isso que o povo quer? Então, não precisa ser de agora. Mande o povo buscar o passado dessas pessoas e ver se merece ou não ser votado e seleciona por aí.

Senador Alvaro com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, esse tema é essencial no processo eleitoral. Há algum tempo o Presidente Lula disse que a oposição faria o discurso da moralidade e que esse discurso não leva a lugar algum. Nós pensamos diferente. Achamos que esse é um discurso fundamental num País como o nosso, comprometido pelo excesso de corrupção. Já repeti inúmeras vezes que a renda *per capita* do povo brasileiro seria 70% maior se tivéssemos o mesmo índice de corrupção que tem a Dinamarca, por exemplo. É um dado da Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha. Então, é muito importante. Há a história do “rouba, mas faz”. Ocorre que quem não rouba faz muito mais. Quem rouba pode fazer, mas quem não rouba faz muito mais, porque o produto do roubo é investido em obras, ações, realizações. O Projeto Ficha Limpa promoveu esse debate, conferiu-lhe a importância necessária. A desimportância que quiseram conferir ao tema ficou num segundo plano, porque a sociedade empalmou a bandeira do Projeto Ficha Limpa, e essa discussão ganhou espaço. Portanto, mais importante do que o projeto, disse V. Ex^a, são as ações dos partidos, por exemplo, que anunciam, muitas vezes, que não permitirão candidatos “fichas sujas”, mas eles são inscritos e disputam as eleições, e fica apenas na promessa; e da Justiça, que tem de oferecer celeridade, preferência, prioridade ao julgamento daqueles que disputam eleições, para que a

população tenha a exata noção do que se trata antes do voto, para evitar o risco de eleger e de o eleito ser cassado posteriormente. Portanto, essa celeridade... Quando vejo campanhas, a OAB organizando, por exemplo, no meu Estado, o Paraná, manifestação de rua – aliás, muito bem-sucedida essa manifestação na Boca Maldita, Senador Mão Santa, com muita gente –, observo que a principal pregação deveria ser esta: um apelo ao Poder Judiciário, para julgar com celeridade e impedir que alguém que venha a ser condenado depois se eleja e crie um vazio, um vácuo, como ocorreu, inclusive, nas últimas eleições, em várias localidades do País, com o eleito sendo cassado, gerando-se o impasse, porque não se sabia se haveria nova eleição ou se assumiria o segundo colocado. Enfim, é essencial que esse tema seja colocado, como V. Ex^a coloca, com simplicidade, pedagogicamente, fazendo com que as pessoas entendam a importância dele. Que ele seja colocado e que as ações sejam consequência do debate, especialmente as do Poder Judiciário. Parabéns a V. Ex^a pelo enfoque.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pelas suas palavras, que incorporo ao meu discurso e que realmente engrandecem o nosso raciocínio.

Quero deixar bem claro o seguinte, Senador Mão Santa: o apelo que faço ao povo brasileiro, que passou meses e meses... e que apresentou, na primeira coleta, mais de 1,5 milhão de assinaturas pelo projeto Ficha Limpa – depois houve assinaturas virtuais, que chegaram a cinco milhões, sobre o Ficha Limpa.

O Congresso votou a favor, mas o povo é que vai fazer esse projeto ser executado. Se formos levar ao pé da letra da lei, só vai valer a não permissão de candidatura para aqueles que cometeram o crime a partir da data de promulgação da lei. Muito bem, é uma anistia que a lei dá para o passado. Essa anistia o povo é que tem de resgatar.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Papaléo, parece-me que o TSE responderá a essa indagação nesta semana, o alcance da Lei Ficha Limpa.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O TSE já diz que a lei vigora neste ano. Agora, se vai ser retroativa a questão dos crimes...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É uma decisão de agora, desta semana.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O TSE, o Tribunal Superior Eleitoral já deu que vigora este ano. Agora, quanto às penalidades...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Quanto à retroatividade, a decisão ocorrerá nessa semana.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É, mas já vi o Ministro Marco Aurélio Mello dar o parecer de

que retroatividade para prejudicar a lei não permite. Mas não vai prejudicar ninguém, porque não vai tirar emprego de ninguém. Então não vai prejudicar: realmente vai favorecer o povo no sentido de que vote em pessoas de bem, nas quais realmente possa dedicar sua confiança.

Então, agradeço a todos. O tema de que eu ia falar, Senador Augusto Botelho, era o da regulamentação dos mototaxistas. Mas quero avisar ao Alex Bitencourt, que é um dos dirigentes lutadores dos mototaxistas do meu Estado, que amanhã vai haver sessão às 10 horas da manhã, Senador Mão Santa, que sou o primeiro inscrito e que falarei sobre esse tema, que é o dos mototaxistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, estava atentamente ouvindo, e quis Deus que eu estivesse na Presidência.

Senador Papaléo, ouça: se o Papaléo Paes não tivesse feito nadinha nesses sete anos de Senador, esse pronunciamento o colocaria entre os grandes homens de visão do aperfeiçoamento da democracia.

Ninguém, estamos todos acompanhando – atente bem, Senador Alvaro Dias... Alvaro Dias, atenção! Estou acompanhando. Nem a OAB, nem a ABI, nem a CNBB, nem o TSE foram de uma felicidade e de uma coragem como V. Ex^a. Atentai bem. Esse negócio aí, somos nós que fazemos a democracia. Eu sou cirurgião e um homem prático, e às vezes dá certo. Juscelino era como eu e deu certo.

Mas quero dizer que faltam 80 para as eleições. Eu considero eleição como um jogo de futebol, Valter Pereira – 90 dias, 90 minutos. Então, já se têm 10 minutos jogados. Não vai haver tempo para os processos judiciais. Papaléo se tornou neste instante um dos homens de melhor visão deste País no aperfeiçoamento democrático. A palavra eu estava atentamente ouvindo. Não tem negócio de CNBB, de ABI, da OAB, do TSE, ouviu, Professor Cristovam? A universidade... Ele resumiu aqui: história familiar. Esses processos não vão ser julgados. Isso é como um jogo de futebol: 90 dias, cada dia é um minuto. Já correram 10 dias para as eleições – 10 minutos. Ouviu, Cristovam? Vamos para a prática. Eu sou cirurgião e estou aqui como Juscelino. Então, faltam 80 minutos de jogo – 80 dias. Cada dia é um minuto.

É o povo que sabe; o povo que é soberano; o povo que é sábio; o povo que é o poder; o povo é que tem a competência de julgar. Ele sintetizou, Cristovam. V. Ex^a foi feliz, quando fez o Bolsa Escola. Modificaram, mas está aí. Ninguém, ninguém, ninguém – nem Fernando Henrique Cardoso, nem Luiz Inácio, nem Rui

Barbosa. O eleitor tem de ver a história de vida, e eu resumi. É a história de vida. É você, eleitor! É você que tem de corresponder àqueles que foram às ruas, que gritaram “Liberdade, igualdade e fraternidade!” e que fizeram caírem os reis. História de vida!

Dr. José Roberto, publique na íntegra esse pronunciamento. Sintetize – estou falando para o jornal, como Presidente desta Casa neste instante – o pronunciamento e coloque a manchete: “História de vida”. É simples.

Acorda, povo brasileiro! A democracia é sua! Foi o povo que a criou! É o Governo do povo, pelo povo. Se você não tiver capacidade, competência, dignidade, estoicismo e coragem, brasileiro, de ver a história de vida de cada candidato, está tudo perdido. Não é a Justiça.

Papaléo, V. Ex^a se tornou um estadista! Ninguém falou mais direto do que você. Ô Alvaro Dias, é o eleitor que tem de ver. Como é simples! Quer dizer que o eleitor só quer dar uma de malandro, pedir as coisas, não sei o quê e depois vir dizer que os políticos são corruptos? Não! O eleitor é que tem de ver o mínimo. O mínimo, o *minimum minimorum*, ver a história de vida. O que vale na pessoa é a história de sua vida: onde nasceu, a família, o que fez, a sua profissão.

Então, isso está nas mãos dos eleitores. Ninguém falou mais direto do que Papaléo. E estou resumindo – ouviu, Cristovam? –: história de vida. Brasileiros e brasileiras, tenham esta humildade que estou tendo.

O Papaléo deu o sinal da moralização. É cada eleitor, ninguém vai fazer a democracia; é do povo. Não vai fazer se é TSE, se é a imprensa. Os eleitores vão atrás dos pneus de bicicleta, do cimento. Agora têm que ir atrás é da história de vida.

É isso, Papaléo, parabênize V. Ex^a. E determino aqui, que dê ênfase no noticiário da televisão: Papaléo acordou o Brasil; Papaléo contribui para a democracia. Como o Professor Cristovam Buarque, reverenciado, contribuiu para a Justiça social com a luz do Bolsa Escola, mesmo ele sendo... mas ficou a idéia.

Está ouvindo Papaléo? Ninguém se humilhe, TSE, AMB, CNBB e tudo; é a história de vida, está na mão do eleitor brasileiro. Como é simples! Cada um faça isso, busque no seu candidato a história de vida. Não terá erro. A democracia é a escolha dos melhores. Se vierem para o Executivo os melhores, para o Legislativo os melhores, ela está salva.

Papaléo, V. Ex^a acorda Amapá. O Brasil quer o Papaléo. Com isso aqui, só essa aqui ele fez o gol de placa, o melhor gol da Copa. É a história de vida e é o eleitor; o responsável é o eleitor, não é o eleito, não. E o discurso dele, Papaléo, teve a primazia de ter a inteligência do Mozarildo, de ter a inteligência do Cris-

tovam e a inteligência... eu também participo integralmente com os meus anos sofridos de construção da democracia. É a história de vida. A democracia está na mão de cada eleitor de vergonha. O Papaléo já disse: é a história de vida.

Muito obrigado, em nome da democracia, pois sou o povo.

Com a palavra o professor Cristovam Buarque, que dá a grandeza. São gestos como esse, numa inspiração do Papaléo, que deu a ceia, deu a ceia. Se não tiver, não é de mais ninguém, não. Nenhuma instituição foi tão sintética. É a história de vida de cada candidato.

Professor Cristovam, sua história de vida já marcou muitas coisas, mas uma delas foi o Bolsa Família. Educação, família – a maior instituição; o próprio Deus botou o filho dele numa família –, e a própria educação, que é a sabedoria, que vale mais que ouro e prata. Então, eu o cumprimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Até porque a minha fala, que iria ser sobre um assunto, vai ser reorientada a partir do discurso do Senador Papaléo. E reorientar não só dando-lhe apoio, como complementando com uma ideia que venho debatendo, mas que não pensava em falar hoje, através do chamado Twitter. Tenho recebido não só dezenas, mas centenas de comentários.

A ideia, Senador Mão Santa, é de que houve uma preocupação muito boa, positiva e intensa em relação à tal da ficha limpa. O Senador Papaléo trouxe algo notável, de que não precisamos da lei se o eleitor decidir escolher apenas aqueles que têm ficha limpa; mas felizmente, temos a lei. Entretanto, tem uma questão para qual ainda não foi feita uma lei, é justamente a que estou defendendo, é uma lei para termos conta limpa em cada candidato. Não vai ter tempo de fazer essa lei, não vamos conseguir as um milhão e 200 mil assinaturas, mas, por que o eleitor não começa a se preocupar com a conta limpa de cada candidato?

E eu vejo, Senador Papaléo, Senador Mão Santa, alguns itens que permitiriam ao eleitor saber se o candidato tem ou não conta limpa. A primeira coisa é saber qual o limite de gastos que cada candidato vai fazer. Talvez teria de ser uma lei, uma lei que diga que nenhum candidato pode gastar mais do que um certo valor. Obviamente, este valor teria de ser proporcional ao tamanho do Estado, talvez proporcional ao número de eleitores, mas nem tenho tanta certeza se é o número de eleitores ou o tamanho geográfico do Estado. Não pode ser o mesmo limite aqui no Distrito Federal, pequeno, para São Paulo com tantos eleitores ou para o Amazonas com tal dimensão. Mas

é preciso limitar os gastos de cada candidato. Claro que também tem de ser proporcional se é para Governador, se é para Prefeito, se é para Vereador, se é para Deputado Estadual, Federal ou Senador. Mas a possibilidade de gastar de maneira ilimitada faz com que muitos candidatos com ficha limpa não estejam ganhando democraticamente.

Nós precisamos de conta limpa, Senador Valter. Essa é a proposta que eu quero fazer.

Aliás, mesmo que a lei não exista, mesmo que não tenhamos o limite definido de quanto gastar por candidato, não é difícil ao eleitor saber se o candidato está gastando de uma maneira ostentatória ou se está fazendo uma campanha simples. Não vote nos que gastam muito. Não precisa de lei para isso. Se visualmente está gastando demais, se você percebe que o candidato está gastando muito, acho que não vale a pena votar, porque gastar muito significa, além de um jogo desigual do ponto de vista democrático, o risco de que, depois de eleito, queira recuperar o dinheiro gasto. Então, o primeiro item seria um limite de gasto.

O segundo: todo candidato precisa abrir mão do seu sigilo bancário enquanto for candidato. E eu defendo, claro, que, também depois de eleito, não deva haver sigilo bancário. Sigilo bancário é para quem tem vida privada. Quem tem vida pública tem que ter suas contas públicas também. Ninguém é obrigado a ser candidato. Agora, se é candidato, tem que aceitar algumas condições. E uma delas é essa.

Sou autor de um projeto de lei que não está sendo levado em conta e que, segundo o qual, também não é obrigado a ser candidato, mas, se é eleito, deveria usar os serviços públicos e não os serviços privados. Eu acho uma inconsistência uma pessoa zelar pela escola pública e ter seus filhos protegidos na escola privada. Esse é um projeto meu, que já tramita há cinco anos. Agora, na campanha, ter sigilo bancário? Eu creio que isso foge à ideia da conta limpa.

A conta limpa obriga a abrir mão do sigilo bancário para todo candidato. Você é eleitor? Veja se você tem acesso à conta bancária do seu candidato. Se você não tem, se quer a conta limpa, escolha um que tenha essa conta aberta.

Outro: os gastos de campanha serem divulgados *on-line*. O que quer dizer *on-line*? Em tempo real, a cada instante. Qualquer eleitor deve poder entrar na conta de campanha de qualquer candidato e saber quais foram os últimos recursos que entraram, quais foram os últimos que foram gastos e gastos para quê. Isso vai um pouco na linha do que foi proposto pelo Senador Suplicy, que, a meu ver, apresentou essa emenda. Gostaria até que, no momento oportuno, S. Ex^a se manifestasse, já que pediu, para dar mais deta-

lhes. Conta de campanha tem de ser aberta. Aí, com a conta aberta você vai saber, eleitor, se o candidato está gastando muito ou pouco. Não precisa nem de lei para saber se está gastando muito ou pouco. Veja quanto ele está gastando e divida pelo número de eleitores. Porque, volto a insistir, aqui, onde faço política, onde sou eleito, o custo tem de ser muito menor do que nos grandes Estados. Não compare o que eu gasto com o que gasta um candidato em São Paulo. Ele deve ter direito de gastar muito mais. O Estado é grande e o número de eleitores é maior. Mas, analise. Para isso, é preciso que a conta seja aberta. Se a conta não for aberta, *on line*, instantaneamente, a cada instante você saber, preocupe-se com esse candidato.

Outro quesito é saber quem são os doadores. Numa campanha em que você não sabe quem são os doadores, preocupe-se. Pode haver conivência, podem haver acordos espúrios. Pode ser que, amanhã, o candidato vá querer pagar. Ao mesmo tempo, se o candidato expõe quem dá dinheiro é porque essa é uma pessoa legal, é porque essa é uma pessoa decente. Não vejo nenhum problema de receber dinheiro daquele que aceito dizer que recebi e ele aceita dizer que deu o dinheiro, que contribuiu. Abertura, transparência é a palavra-chave da conta aberta.

Além disso, creio que a gente tem de ter, com clareza, que não é preciso lei para isso. A lei melhoraria, mas não é preciso de lei, como disse o Senador Papaléo há pouco em relação ao ficha limpa. Não precisa de lei para isso.

Vamos complementar o Ficha Limpa com a conta limpa, com a transparência absoluta no financiamento de campanha, com a transparência nas contas até pessoais de cada pessoa que tem vida pública, Senador Papaléo.

E volto a insistir: eu sou defensor do sigilo bancário. Por isso, não se candidate à vida pública se você quer ter o seu sigilo bancário garantido. Se você acha que abrir o seu sigilo prejudica seus negócios empresariais, não se candidate; não é obrigado. Agora, se candidate se quer ter vida pública; abra a sua vida. E uma das coisas é o sigilo bancário e, obviamente, patrimonial também, que é o último ponto da conta aberta, embora isso já exista de certa maneira: quando a gente se apresenta, tem que divulgar o patrimônio, mas fica fixo. Eu acho que deve ser permanente o patrimônio aberto de todos que têm vida pública.

Eu passo a palavra ao Senador Suplicy, que pediu aparte. E, para mim, é muito satisfatório tê-lo aqui, porque o senhor é um dos que defendem a ideia da transparência absoluta e propôs uma emenda em que todos os doadores sejam conhecidos. Eu gostaria que todo o mundo soubesse em que ficou essa emenda.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a levanta um ponto que é da maior relevância no que diz respeito ao financiamento e à forma como os partidos e os candidatos obtêm os recursos para realizar as nossas campanhas. Eu gostaria de recordar que, na legislatura passada – eu tenho quase certeza de que, na época, foi o Senador Jorge Bornhausen o Relator da proposta relativamente a esse tema –, o Senado Federal aprovou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no Plenário que haveria a transparência em tempo real das contribuições: tanto daquela parte, que é o financiamento público, como da parte relativa ao financiamento de pessoas jurídicas e físicas. E essas contribuições deveriam estar listadas na Internet, tanto por parte dos partidos políticos como dos candidatos. Quando foi para a Câmara dos Deputados, aquela proposição foi modificada de tal maneira que o registro das contribuições passou a ser exigido apenas, ou para ser divulgado... Porque o registro é feito junto à Justiça Eleitoral, mas a divulgação é feita, em verdade, meses depois da realização das eleições, quando só então os eleitores passam a ter acesso sobre como foi o financiamento de cada campanha. Ora, continuo nessa defesa. E, aqui, temos inteira afinidade, porque é o propósito do pronunciamento de V. Ex^a que devamos ter a transparência em tempo real. Como é que isso poderia ser feito? Resolvi aplicar isso durante a campanha de 2006, como V. Ex^a também o fez – lembro-me que V. Ex^a, como eu e outros candidatos à época... Inclusive, lembro que o Deputado Chico Alencar havia – quase com certeza, era 2002 – proposto isso no Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, avaliou-se: “Precisa tomar cuidado com isso, porque as vezes isso pode inibir um doador” ou “Um doador que tenha dado uma contribuição para um partido, para um candidato, talvez tenha dificuldades perante outros”, e assim por diante. Ora, eu lamentei que isso não tivesse então sido aprovado com maior insistência por nós. Mas eu quero dizer que tenho, inclusive, transmitido a minha reflexão e opinião à direção estadual, municipal e nacional do Partido dos Trabalhadores. Eu tenho insistido que deveríamos nós dar o exemplo, conforme V. Ex^a está dizendo. Não há necessidade de que um partido, ou um candidato, faça isso por exigência legal. É exigência legal fazer o registro de todas as contribuições de pessoas físicas, jurídicas e obviamente da contribuição do financiamento público. Mas, se cada partido e cada candidato colocar no seu próprio *site*, ao longo dos meses de campanha... Certamente, as contribuições principais estarão todas já realizadas até o dia 30 de setembro, uma vez que as eleições se dão no primeiro domingo de outubro.

Então, o que eu resolvi praticar, na eleição de 2006, foi que em 30 de setembro – às vezes, passava alguns dias, daí se organizava a contabilidade – estava listado no meu *site* de campanha, na minha *home page* ou *site*, ou página na Internet, a relação completa de todas as contribuições de pessoas jurídicas e de pessoas físicas. E eu assumi o compromisso de que todos os gastos de minha campanha seriam realizados com recursos registrados devidamente. Nada que deixasse de ser contabilizado. Não houve recurso algum senão devidamente registrado para pagar as despesas de campanha. Felizmente, eu não precisei fazer um gasto muito acentuado em relação às diversas campanhas, inclusive de meus adversários. A minha foi muito mais modesta. Obviamente, eu reconheço que, quando nós estamos com um mandato, como nós aqui estamos, e graças à TV Senado, à Rádio Senado, aos meios de comunicação, o nosso trabalho é devidamente conhecido pela opinião pública. Então, as pessoas tiveram a oportunidade de fazer a avaliação de meu trabalho como Senador sem que eu precisasse gastar muito, porque o testemunho é dado quase diariamente. Em tudo o que nós aqui fazemos de positivo a população está de olho. Se aqui realizamos algum ato, dizemos alguma palavra que as pessoas não consideraram adequadas... Felizmente, hoje nós temos um grau de interação com a população, com os eleitores, e não apenas de São Paulo, que tenho recebido aqui – chegam por *e-mail* – mais de mil mensagens por dia. Cada palavra que falo aqui imediatamente alguém, de algum lugar do Brasil, comenta, critica ou elogia. Então, graças aos meios de comunicação – a forma como a TV Senado e a Internet possibilitam isso –, as pessoas acompanham muito o que nós fazemos, e isso reduz a necessidade de realizarmos grandes gastos com publicidade na hora de fazermos uma campanha. Então, Senador Cristovam Buarque, acho que poderemos caminhar, primeiro, mais e mais na direção de termos as contribuições do financiamento público, porque uma proposta seria apenas o financiamento público, mas a outra é limitarmos as contribuições de pessoas jurídicas em especial, ou minimizarmos, ou colocarmos limites; e também as de pessoas físicas, em especial na medida em que mais e mais pessoas físicas puderem dar contribuições relativamente modestas, como, por exemplo, foi o grande forte da campanha do Presidente Barack Obama, que preferiu não ter a contribuição pública, mas democratizou, excepcionalmente, o grau, o número de contribuições relativamente modestas, digamos, de US\$100, US\$200 por eleitor, todas registradas por intermédio da Internet, e foi assim que ele conseguiu obter um financiamento muito significativo de milhões de pessoas nos Estados Unidos da América, todas de forma

relativamente modestas, cada uma delas registrada de maneira transparente, conforme o objetivo que V. Ex^a aqui assinala. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy. Essa proposta vai muito de acordo com o que o senhor sempre defendeu nesta Casa.

Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Cristovam Buarque, quero parabenizar a V. Ex^a, porque tocou num ponto extremamente importante. Sou a favor dessa proposta de V. Ex^a. Quem se achar incomodado que não se candidate. Mas que deveria, sim, abrir os seus bens publicamente para ser candidato, mostrar a sua conta bancária, para depois ser avaliado. Da forma que está, realmente a lei tem um vazio e este vazio é preenchido de acordo com a conveniência de cada um. Eu, por exemplo, concorri a uma eleição e coloquei tudo. Os meus bens, Excelência, todos estão em meu nome, até por conveniência de registro em cartório, porque tenho mais habilidade para isso, sou médico, o nosso patrimônio foi construído assim. Eu coloquei todo o patrimônio, tudo em meu nome; a conta bancária; da família; de todos, inclusive dos filhos. Quando foram ver o montante dos meus bens, e isso com médico, estava maior do que candidatos a Presidente da República haviam apresentado. Há alguma distorção nisso. Quanto àqueles que concorriam comigo, um deles político já de muito tempo, realmente pelo que se vê da exteriorização do seu patrimônio... declarou possuir apenas uma casa no valor de R\$13 mil; o outro, um carro, uma *pickup* no valor de R\$12 mil; outro, nada tinha a declarar. Eu nem votaria nesses pela incapacidade de gerenciar o seu próprio salário. Então, o Tribunal Eleitoral é negligente no sentido de olhar essas distorções e de não chamar a atenção dessas pessoas. Por isso, concordo plenamente com V. Ex^a. É preciso haver leis para estabelecer rigorosamente esses critérios e, com isso, o cerco vai sendo apertado. Arrocha-se daqui e dali até cair na seletividade que todos nós desejamos. Parabéns a V. Ex^a e ao Senado Federal por ter V. Ex^a como um de seus membros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes. Concluo, Senador Mão Santa, dizendo que não estou fazendo apenas um discurso ou uma proposta, mas estou lançando uma campanha.

Quando o Senador Papaléo Paes começou a falar, mais ou menos naquele momento, comecei a campanha pelo meu chamado Twitter e já recebi centenas de manifestações, quase todas a favor, nenhuma contra e algumas obviamente perguntando como vai se fazer isso. E aí eu digo, na linha do que o Senador

Papaléo Paes falou: o eleitor pode fazer independente da lei. O ideal é a lei.

Tanto que não coloquei aqui uma coisa fundamental que é a contribuição pública de campanha, porque isso depende de uma lei. Coloquei aquilo que não é preciso lei, que o eleitor é capaz de perceber ele sozinho e fazer a sua escolha. Mas, ao mesmo tempo, vou chamar a atenção de todos que fizeram a campanha Ficha Limpa para que eles comecem a buscar assinaturas para uma lei Conta Limpa, que é mais do que aberta, porque, Senador Augusto Botelho, é preciso ser aberta para ser limpa, mas ela pode ser aberta e não ser totalmente limpa. A limpeza da conta vai além da sua abertura.

O Senador Edison Lobão pediu um aparte?

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo um aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Senador Cristovam Buarque, todas as grandes alterações demandam longos debates. Essa questão do financiamento das campanhas políticas não é abordada hoje, nem foi ontem, ela vem de muito longe, tempos pretéritos. O Senador Papaléo Paes apresenta o exemplo pessoal dele que é didático. Nos anos 80, eu era Deputado e apresentei um projeto de emenda constitucional à Câmara propondo financiamento público das campanhas eleitorais. Foi rejeitado. Naquele momento, na justificativa do projeto, eu citava o exemplo alemão. Na Alemanha, assim como também de algum modo nos Estados Unidos, mas sobretudo nos países da Europa, as campanhas eleitorais são financiadas pelo estado, pelo poder público, mas na Alemanha há um dado curioso: o estado indeniza o partido pelos votos obtidos. Como é que é isto? Os partidos políticos são ricos, cada qual possui uma fundação e essas fundações financiam, com os recursos que possuem, depositados nos bancos, as campanhas de seus filiados e, após a eleição, cada partido contabiliza os votos que recebeu e o Estado alemão compensa o partido pelos votos obtidos. A CDU, por exemplo, obteve 10 milhões de votos, recebe cinco marcos por cada voto – 50 milhões de marcos. É a indenização. O fato é que é preciso colocar as campanhas eleitorais sob controle. Não é possível uma pessoa que não obtém recursos de nenhuma natureza, e que está competindo, competir com aquele que obtém em demasia. Desequilibra a balança e não se obtém a excelência no resultado da eleição. Eu acho que nós precisamos sair dessa hipocrisia. Muitas vezes ouço comentários: “Mas como? O Estado ainda vai financiar a campanha dos políticos?” Sim. Ficará muito mais barato para o Estado financiar as campanhas políticas do que o

candidato obter de uma empresa recursos, ainda que legais, de acordo com a lei, porque essas empresas descontam, segundo a lei, os recursos que forneceram ao candidato. Isso fica muito mais caro do que se fosse um financiamento direto do Estado. E desconta de onde? Do seu imposto. Vale dizer, o Governo acaba pagando. Na medida em que caminharíamos para uma solução dessa natureza – e só se convencerá a opinião pública com debates como este que V. Ex^a está propondo –, de repente, aparece uma solução engenhosa, criativa até, no Brasil. O fato é que devemos encontrar uma solução para este problema, que é grave. A eleição não será autêntica se não for equilibrada. É preciso que a competição se dê em igualdade de condições para todos; e não em desequilíbrio. Penso que V. Ex^a, ao iniciar um debate em torno do assunto, está trazendo ao Senado Federal e à classe política uma contribuição significativa, para que se encontre uma solução adequada para este grave problema da vida pública brasileira. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Edison Lobão. Quero dizer que todos aceitam que a Justiça eleitoral, que conta os votos, seja paga pelo Estado. Não vi ninguém propondo que a Justiça Eleitoral seja paga com contribuições dos candidatos ou de empresários. Não seria democrático deixar a Justiça Eleitoral ser financiada por dinheiro privado. A mesma lógica vale à campanha eleitoral. Deixar que um consiga mais recurso do que outro quebra o sentimento de democracia.

Por isso, temos que encontrar uma solução, e essa solução passará pela contribuição privada, mas desde que reduzamos o custo da campanha.

Enquanto o custo da campanha for medido em R\$40 milhões, provavelmente para a Presidência da República, fica difícil justificar à opinião pública. Enquanto o horário eleitoral for um desfile de empresas de publicidade vendo qual é capaz de fazer melhores e mais caros efeitos especiais, fica difícil justificar. Mas quando a gente limitar o programa eleitoral a recursos técnicos simples, os recursos financeiros serão pequenos e aí fica perfeitamente fácil, a meu ver, justificar o financiamento público de campanha, da mesma forma que justificamos recursos públicos da fiscalização da campanha, que é a Justiça Eleitoral.

O seu projeto de mais de 20 anos atrás, senão me engano, acho que vai na linha de procurar encontrar um caminho para a equidade do processo da disputa, sem o que não há democracia. Democracia é ganhar o melhor e não o que tem mais dinheiro, como hoje em dia em muitas, não todas obviamente, nem diria a maior parte, mas em muitas acontece isso.

Quero concluir, Senador Mão Santa, dizendo que eu estou tentando, a partir de agora, lançar essa campanha pela Conta Limpa, que complementarmente a Ficha Limpa, fazendo com que possamos ter uma disputa em que se saiba, que o eleitor conheça quanto gasta o candidato e de onde vem o dinheiro. E aí a lei nem precisa existir; o eleitor tem o poder. Não pode reclamar da falta de lei nem pode reclamar apenas do candidato. Escolha quem você acha que se casa mais com o seu sentimento de quanto se deve gastar, de quem deve financiar e como deve gastar. Essa é a campanha que espero que aqueles que patrocinaram o Ficha Limpa adotem e consigam as assinaturas o mais rápido possível para não precisarmos esperar a próxima legislatura e todo o longo processo que as coisas terminam exigindo no Congresso.

Muito obrigado, Senador. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Lamentamos ter que ler uma nota de pesar do Senado da República e pesar também do meu Estado, o Piauí.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Faleceu no último domingo (13), a piauiense Maria do Amparo Medeiros Parente, natural de União, funcionária aposentada do Senado, que durante anos foi chefe do Cerimonial da Presidência da Casa. Ela era mãe do chefe do gabinete do Senador João Durval (PDT – BA), Marcos Santos Parente Filho.

Maria do Amparo Medeiros era esposa do então Deputado Federal e candidato a Senador pelo Piauí, Marcos Santos Parente, e deixa, além de Marcos Santos Parente Filho, Mônica, Eduardo, Odilon e Marcos Antônio Parente.

Ela tinha 81 anos e foi chefe do Cerimonial na época em que passaram pela Presidência nomes como Petrônio Portella, Luiz Viana, Mauro Benevides, Jarbas Passarinho, Humberto Lucena e Moacir Dalla.

Seu marido, membro da UDN, foi eleito Deputado Federal em 1954, e, no ano de 1958, foi escolhido candidato a Senador, mas a campanha foi encerrada de modo trágico em razão de um acidente automobilístico ocorrido à altura do povoado Morrinhos, em 4 de setembro de 1958, fato lúgubre conhecido como a Tragédia da Cruz do Cassaco.

Também faleceu nesse acidente o candidato a governador Demerval Lobão Veras, em cuja homenagem o referido candidato foi elevado à categoria de cidade com o nome de Demerval Lobão.

Após a tragédia foram escolhidos como substitutos Chagas Rodrigues, que foi Senador e Vice-presidente desta Casa, como candidato a governador,

e Joaquim Parente, não por acaso irmão de Marcos, como postulante ao Senado, ambos eleitos. Em sua memória foi criado, em 1962, o Município de Marcos Parente, no Piauí.

O sepultamento do corpo de Maria do Amparo Medeiros Parente aconteceu nesta segunda-feira, 14 de junho, logo após missa de corpo presente, no Cemitério Campo da Esperança.

Então, o pesar que sofre o Piauí e o Senado da República por sua antiga funcionária que prestou relevantes serviços à Casa.

Pela ordem, o Senador Valdir Raupp, do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito em quarto lugar. Não sei se já passou a minha vez ou se vai chegar. Caso tenha passado, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança, na hora que for possível. Se possível agora, se não houver nenhum orador inscrito para intercalar. Eu falo cinco minutos no máximo, só para fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Seguindo a ordem, a sua vez já passou. Agora é a vez do Senador Valter Pereira. V. Ex^a poderá usar da palavra logo após, como Líder, porque estamos alternado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Embora V. Ex^a esteja aqui, já havia passado a sua vez na chamada.

O próximo orador inscrito é o Senador Valter Pereira, também do partido de V. Ex^a. Ele representa com grandeza o PMDB e o Mato Grosso do Sul.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste sábado, 12, o PMDB realizou sua Convenção Nacional e confirmou a opção da Comissão Executiva de coligar-se com o Partido dos Trabalhadores na sucessão presidencial.

Como já era esperado, a suprema instância partidária crismou o nome do Deputado Michel Temer como seu representante na chapa majoritária encabeçada pela ex-Ministra Dilma Rousseff.

Dos quase 700 sufrágios – 659, para ser preciso, Sr. Presidente –, 560 aprovaram a indicação feita pela Comissão Executiva Nacional. O voto favorável de quase 85% do colegiado afasta qualquer dúvida quanto à legitimidade da decisão e à vontade dos convencionais.

No entanto, não é a mesma certeza que nutrimos quanto a esse sentimento, quanto à percepção da base do PMDB. É verdade que, para muitos dos nossos mi-

litantes espalhados por todo o País, remanescem motivos suficientes para desapontamento.

Para uma agremiação tão grande quanto o PMDB, que acumulou patrimônio histórico de alta significação democrática, é natural que a sua base tenha dificuldades para entender a razão pela qual o partido não vai disputar com candidato próprio a Presidência da República. Isso vem acontecendo desde a eleição de 1998, quando o partido apoiou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

É verdade também que a decisão de sábado resgata ao PMDB relevante espaço que negligenciava; e a candidata Dilma Rousseff ganha imensurável reforço político e eleitoral. Mais do que isso: amanhã, alçada à Presidência da República, com certeza, ela poderá contar ainda com a contribuição programática do PMDB e com o equilíbrio com que o partido pontifica a sua ação no Senado, na Câmara, enfim, no Congresso Nacional.

Por tudo isso, é preciso reconhecer que a candidatura do Deputado Michel Temer à Vice-Presidência da República é um importante passo no sentido de resgatar a identidade nacional do nosso partido, o PMDB. Preliminarmente, porque o escolhido, Michel Temer, é uma das mais respeitáveis figuras do mundo político, das forças democráticas deste País. É um dos mais proeminentes juristas contemporâneos e teve presença marcante na resistência contra a ditadura. Na Constituinte, foi um dos construtores da nova ordem democrática ao lado de Ulysses – e eu estava lá também, Sr. Presidente. É um peemedebista autêntico que sabe tomar atitude, mas que aprendeu também as virtudes do diálogo e da tolerância. Foi graças a tais atributos que ele chegou à Presidência Nacional do PMDB.

Para completar o seu perfil de respeitável líder político, dirigente partidário e parlamentar de grande dedicação e diligência, o jurista Michel Temer acumulou credibilidade para se tornar Presidente da Câmara dos Deputados por mais de uma vez.

Embora haja divergências internas que reclamam a administração do comando nacional, é preciso reconhecer que a opção abraçada na Convenção guarda inteira coerência com os compromissos políticos assumidos pelo partido, especialmente no Congresso Nacional. Afinal, o PMDB já não optou formalmente pela participação na base parlamentar do Governo do Presidente Lula? Por acaso, o meu partido não tem sido o mais forte aliado do Governo Federal no Congresso?

É bem verdade que a nossa relação com o poder tem registros de divergência, até porque parceiro não é sinônimo de vassalo. No entanto, a participação do PMDB na base de sustentação do Governo tem sido

decisiva, sobretudo à estabilidade política da administração do Presidente Lula. E isso tem sido coerente também com o programa doutrinário do partido.

Desde os primórdios de sua existência, o PMDB sempre enfatizou a prioridade da inclusão social e nunca avalizou a abolição do Estado como indutor do desenvolvimento econômico. E ninguém pode negar que esses pressupostos ganharam relevo na administração do Presidente Lula, que teve ao seu lado, como uma de suas principais colaboradoras, a ex-Ministra Dilma Rousseff.

Quem não se lembra da máxima da economia brasileira lá pelos anos 80, que estabelecia um verdadeiro paradigma, segundo o qual, a distribuição da riqueza teria que se dar, mas depois de uma acumulação promovida pelo desenvolvimento econômico.

Hoje, inquestionavelmente, Sr. Presidente, o Brasil cresce, cresce e, simultaneamente, promove a inclusão social. Aí, talvez, Sr. Presidente, resida a grande identidade de propósitos, de programas, de objetivos entre o Governo do Presidente Lula e o PMDB.

Daí por que teríamos que fazer este registro, que é relevante para a família peemedebista, é relevante para a família petista, é relevante para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após brilhante análise do momento político pelo Senador Valter Pereira, orador inscrito, vamos chamar um líder. O líder é o Senador Alvaro Dias, conhecido hoje por Senador AD. S. Ex^a representa o Estado do Paraná e é um dos melhores quadros do PSDB, da oposição brasileira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Srs. Senadores, o último final de semana foi marcado pela festa democrática das convenções. Eu tive a satisfação de participar da Convenção Nacional do meu partido, homologando a candidatura José Serra à Presidência da República, em Salvador, na Bahia. À beira-mar se realizou uma grande convenção com convencionais de todo o País, alimentando as suas esperanças de se oferecer ao Brasil um projeto alternativo de poder, com inteligência e com o talento do candidato José Serra, capaz de oferecer, sem dúvida, uma agenda de futuro para convencer a população brasileira de que é possível viver melhor.

Depois participei, em São Paulo, de uma grande convenção. Vários partidos reunidos – PSDB, PMDB, DEM, PPS, PSC, do Senador Mão Santa, PHS – na convenção que homologou a candidatura de Geraldo Alckimin ao governo de São Paulo. Em Brasília, a convenção do PT homologando Dilma Rousseff.

Creio que a campanha eleitoral deva se travar no nível mais elevado de respeito à sociedade brasileira. O contraditório é necessário que se estabeleça sempre com a indispensável elegância. Há receios de que a campanha eleitoral possa caminhar para os desvãos da ausência de elegância e de espírito democrático.

Na convenção do PT, agressões à oposição vão se tornando rotineiras. Na convenção de Brasília, o egocentrismo se fez presente, a megalomania, as afirmações estapafúrdias como “somos capazes de realizar o impossível”, mas tudo isso já é rotina. Não creio seja necessário, Senador Mão Santa, deplorar esses fatos que estão residindo sempre no seio no Governo, comandado pelo Presidente Lula que, mais uma vez, tomou conta da Convenção, colocando num plano secundário a sua candidata à Presidência da República. Esse culto à própria personalidade vai se tornando também rotina nas atividades partidárias e de campanha eleitoral.

O Presidente da República chegou a declarar que, pela primeira vez, o nome dele não estará na cédula e disse: “Vai haver um vazio naquela cédula. E, para que esse vazio seja preenchido, eu mudei de nome e vou colocar Dilma lá na cédula. E aí as pessoas vão votar”. Ou seja, o Presidente afirma que mudou de nome, seu nome é Dilma.

Enfim, creio que cabe a análise, não à oposição, porque isto, para nós, é secundário. O que nós devemos responder é, sem dúvida nenhuma, determinadas afirmações que ignoram a realidade dos fatos. São coisas mais objetivas. A resposta deve ser pragmática, portanto.

O Presidente insinuou que a imprensa não estaria dividindo o tempo entre os candidatos de forma razoável. Ele afirmou: “É importante a gente começar a ficar esperto, a olhar e começar a ver qual é o tratamento que vai ser dado”, referindo-se à imprensa, assim como se colocou como vítima da mídia na crise do mensalão. Agora, faz insinuações de que a mídia não reparte com equidade o tempo dedicado aos candidatos.

E nós observamos exatamente o contrário do que afirma o Presidente. O que observamos, e esse é um fato extremamente positivo que deve ser ressaltado, é que houve um esforço da mídia em proporcionar tempo com equidade aos principais postulantes à Presidência da República. Portanto, não podemos acolher como verdadeiras as afirmações do Presidente da República, taxando a mídia nacional de tendenciosa em relação à campanha eleitoral.

Poderíamos até dizer o contrário: que a tendência é favorável ao Governo. Mas não seria justo da nossa parte, porque os profissionais de imprensa demonstram oferecer o possível de equidade em matéria de divul-

gação das candidaturas. Talvez um candidato possa ter uma assessoria mais organizada e mais competente e que possa fazer com que as informações cheguem com maior eficácia do que o outro. Mas o que se observa, na verdade, é uma tentativa da mídia nacional em oferecer um espaço de equidade.

O que mais me surpreendeu foi o Presidente tentar transferir a autoria de dossiês à Oposição. Ele disse: “Esperamos que nossos adversários estejam dispostos a fazer uma campanha de nível elevado, para discutir programas, e que não façam jogo rasteiro, inventando dossiês todo dia”. Mas, ora, Sr. Presidente, quem inventou o dossiê de há poucos dias? Aliás, o que se descobriu foi a montagem de uma central de dossiês. Houve uma denúncia à imprensa, que partiu do delegado Onésimo, que foi convidado a comandar esse processo, e recebeu uma oferta financeira para isso. Portanto, os indícios são tão visíveis, que é surpreendente ouvir do Presidente da República uma afirmação tão esdrúxula como essa, tentando transferir a responsabilidade do malfeito.

E o País conhece sobejamente a existência de especialistas em dossiês. Vamos rememorar apenas dois ou três deles. Na eleição passada, o dossiê que custou R\$1,7 milhão – aliás, o envolvimento de dinheiro sujo, sem origem, na formatação desses dossiês é ainda mais deplorável –... O Brasil viu, através das imagens da TV, uma mala com R\$1,7 milhão, transportada por aloprados, num hotel de São Paulo, para que pagasse a confecção de um dossiê, também naquela oportunidade, contra o candidato ao Governo de São Paulo José Serra.

Como pode o Presidente da República, em seu discurso, transferir à oposição a autoria dos dossiês? À época, ele próprio denominou de aloprados os responsáveis por aquela lambança, e nesses anos todos, os aloprados permaneceram impunes, estimulando a reincidência. Por essa razão, nós tivemos, entre aquele momento e este, um dossiê que foi confeccionado na Casa Civil do Governo – e isso ficou provado – durante os trabalhos da CPI dos Cartões Corporativos. Houve a abertura de um inquérito policial, e esse inquérito não foi concluído. Há poucos dias, noticiou-se o prosseguimento do inquérito. No decurso desse inquérito, o Ministério Público determinou que a Ministra Dilma, ex-Chefe da Casa Civil, fosse investigada. O Supremo Tribunal Federal não autorizou a investigação. Agora, noticia-se que o inquérito terá prosseguimento, mas não houve conclusão. Portanto, o fato estimula a reincidência, razão do surgimento desta anunciada central de dossiês. Essa central de dossiês foi desmontada em razão da denúncia que chegou à imprensa do País, e algumas providências foram adotadas.

Antes de conceder um aparte ao Senador Edison Lobão, eu gostaria de dizer que dossiê é arma da covardia. Eu já disse desta tribuna que, na política, nós temos a tribuna no Parlamento para a denúncia de forma transparente, aberta, democrática e necessária. Temos a Procuradoria-Geral da República para representações consequentes que possam permitir a instauração dos procedimentos judiciais, de investigação e, eventualmente, de responsabilização civil e criminal.

Dossiê, não. Dossiê não é transparência; dossiê é formatado nos subterrâneos da política, onde vicejam os marginais, que são, talvez, “politicalhões”, mas que não podem ser denominados de políticos na verdadeira acepção do termo. Por essa razão, a nossa condenação a dossiê e, evidentemente, no mínimo, a nossa estranheza.

Como eu quero ser elegante com o Presidente da República, como o cargo exige que a oposição seja elegante, quero dizer que a afirmação do Presidente causa, no mínimo, estranheza, porque, evidentemente, não há de se subestimar a inteligência do País, ignorando que esse fato existiu há poucos dias e que não foi no seio da oposição. A oposição foi a vítima. A tentativa foi de atingir a Oposição com a deformação de fatos para comprometer pessoas que tentam contribuir nesse processo eleitoral, de forma a oferecer ao Brasil um espetáculo cívico que só uma campanha eleitoral com decência e dignidade pode oferecer.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Senador Alvaro Dias, essa questão de dossiê não nasceu, no Brasil, hoje. Ela é de tempos pretéritos. V. Ex^a, seguramente, não era nascido ainda quando surgiu a famosa Carta Brandi. Era uma intriga, era um dossiê. Senador Alvaro Dias, se há um candidato em condições de ganhar a eleição hoje – embora todos tenham condições, todos –, se há um que tem todas as perspectivas de vitória, chama-se Dilma Rousseff. Será que alguém do lado dela tem interesse em tumultuar o processo, quando ela se apresenta como aquela detentora de vastas condições para ganhar as eleições? Tudo quanto um candidato de boas perspectivas não deseja é o tumulto em torno da eleição. V. Ex^a menciona o problema dos cartões corporativos. Eu me recordo que a Ministra se encontrava de férias, pela primeira vez durante a sua gestão, na Bahia, veio correndo para cá e, com a energia que lhe é própria, ela desfez, ela desmontou, destruiu as críticas que em torno dela se faziam quanto a ser o Gabinete Civil o viveiro de uma confusão dessa natureza. Mas eu não preciso desmentir isso, porque V. Ex^a já o fez, usando o Supremo Tribunal Federal. O

Supremo negou que tais intrigas prosseguissem, e o fez porque não encontrou embasamento legal para que a Ministra prosseguisse no epicentro de uma confusão que, do ponto de vista da Presidência da República, não nasceu ali. Quanto ao episódio recente, ainda não está claro, e dificilmente ficará, onde nasceu a ideia do tal dossiê, se de um lado ou se do outro. Portanto, acho que é muito cedo para se procurar colocar esta questão do dossiê no bojo de uma campanha eleitoral. Seguramente, não servirá a nenhum dos candidatos, mas posso dizer a V. Ex^a que a candidata Dilma Rousseff, que é do PT e do meu partido, nada tem a ver com isso, e ela não será afetada por isso. Quem sabe, até em razão da intriga que se procura tecer em torno do assunto, ela se beneficie. Ela pode sair vítima dessa situação toda. V. Ex^a, que é um político de longo curso – fomos Deputados juntos –, sempre ardoroso nas posições que assume, inteligente, capaz, sabe que esse tipo de questão não ajuda a nenhum candidato e, seguramente, não ajudará ao candidato do seu partido, que é um bom candidato também. Eu tenho pelo Dr. Serra grande apreço e até admiração. Sou amigo dele, gosto dele, mas isso não ajudará o Serra. Nem sei se ele gostaria que essa questão prosseguisse, na fluidez dela própria e na fragilidade com que ela nasceu, procurando prejudicar o candidato adversário dele. Portanto, Senador Alvaro Dias, por mim, essa seria uma questão encerrada, mas, como parece que ela não está encerrada, tenho para mim, no meu íntimo, que, prosseguindo como ela está prosseguindo, vai acabar ajudando a candidata do meu partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Edison Lobão, agradeço o aparte de V. Ex^a e quero afirmar que, se dependesse da minha vontade também, esse assunto não estaria na ordem do dia. Eu não voltaria a ele, não fosse convocado pelo Presidente da República. Quem o trouxe de volta foi o Presidente, na convenção de ontem, quando tentou repassar à oposição a responsabilidade pela confecção de dossiês, e, ao contrário, os dossiês tentaram atingir a oposição.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Mas ele o fez exatamente porque, no dia anterior, o assunto já havia sido levantado, não por ele nem por aliados dele. Ele estava apenas respondendo. Ele estava no direito da retorsão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E nós estamos com a réplica, exatamente porque o Presidente, a nosso ver, de forma desonesta, intelectualmente, eu diria, tentou responsabilizar a oposição por dossiês. É incrível a oposição formatar dossiês contra ela própria. E V. Ex^a disse que a responsabilidade pode ter sido da oposição. Como? O que se sabe é que esse dossiê já tem nomes, a imprensa já divulgou nomes de res-

ponsáveis por esse dossiê. Há convocação, inclusive, para uma Comissão Mista do Congresso Nacional, de pessoas que se envolveram na confecção do dossiê ou na montagem de uma central de dossiês, que pretendia grampear telefones, ouvir adversários, levantar tudo sobre a vida deles, segundo denunciou o delegado da Polícia Federal.

O que se destacou na imprensa foi o fato de que, provavelmente, uma disputa interna no comando da campanha do PT teria antecipado o vazamento das informações, já que se preparava para utilização posterior.

Então, o fato é grave. É grave! É uma prática fascista, que tem de ser deplorada por todos.

É claro que eu ficaria mais satisfeito se V. Ex^a pedisse um aparte...

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – É o que farei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Independentemente de se reconhecer ser daqui ou dali a responsabilidade pelo dossiê, é preciso condená-lo como prática fascista, criminosa, que tem de ser repudiada. E é o que estamos fazendo neste momento.

Se esse dossiê procurasse atingir a candidata de V. Ex^a, eu estaria aqui, da mesma forma, repudiando-o.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Se V. Ex^a me permitir, eu o farei.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Os verdadeiros democratas não podem aceitar esse tipo de procedimento.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou ainda responder o primeiro aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a afirma que sua candidata é vitoriosa, que tem todas as possibilidades de vitória. Aliás, foi o que se disse na convenção. O Presidente disse que as possibilidades de ganhar as eleições são totais, quase absolutas. É um direito dele afirmar isso, como o é de V. Ex^a, mas isso não isenta o PT e o comando da campanha da Sr^a Dilma Rousseff de responsabilidade na confecção de um dossiê nos subterrâneos da campanha eleitoral. Não, não estão isentos de responsabilidade. Há responsabilidade, e as instituições públicas devem investigar o fato. Devem investigar o fato e procurar responsabilizar, civil e criminalmente, aqueles que, eventualmente, estiverem envolvidos nesse crime, porque isso é crime.

Concedo a V. Ex^a um aparte novamente.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Faço três pequenas observações. Primeiro, não atribuí à oposição isso. Eu disse que, do lado da Ministra Dilma, isso não

ocorreu. Segundo, concordo com V. Ex^a. Essa é uma prática fascista, seja de que lado ela tenha nascido. É fascista e deve ser condenada por V. Ex^a, por mim e por todos. Nenhum de nós, conscientemente, pode aceitar uma coisa dessa natureza. Terceiro, também eu não disse que nossa candidata é vitoriosa. Eu disse que ela tem todas as condições de vitória. A vitória só surgirá depois de contabilizados os votos, mas, inevitavelmente, ela tem condições disso. Então, tudo que um candidato que se encontra nessa situação não quer são confusões dessa natureza. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade do esclarecimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu lhe agradeço.

É evidente que o candidato Serra também tem condições de vencer as eleições, e é inegável seu favoritismo até este momento. Esse favoritismo pode mudar de lado, mas, até este momento, desde o início do processo eleitoral ou da fase preliminar do processo eleitoral, que denominam de pré-campanha eleitoral, sempre foi o candidato da oposição considerado favorito. Portanto, as chances podem ser iguais. Então, esse não é argumento para isentar ninguém de responsabilidade se o dossiê nasce exatamente na casa do PT e da campanha da Ministra Dilma.

Em relação ao outro dossiê da Casa Civil, a história é um pouco diferente. A Ministra Dilma não conseguiu desfazer os indícios existentes e as provas recolhidas. Houve investigação técnica, e se comprovou a existência do dossiê que foi formatado também na Casa Civil. Isso se confirmou. Então, isso não se desfaz. A Ministra não desmanchou a realidade dos fatos com afirmações feitas durante o episódio.

E, quanto ao Supremo Tribunal Federal (STF), houve uma decisão monocrática que não autorizou a investigação. De qualquer forma, a investigação é relativa à Ministra, e o inquérito prossegue. O Ministério Público encontrou razões para pedir a investigação, e o juiz federal, da mesma forma, agiu. Uma decisão monocrática, que se respeita e não se discute, houve por bem impedir que a Ministra fosse investigada. Mas o fato existe, é real, o inquérito prossegue, e nós aguardamos.

Fatos como esse devem ser conclusivos. Não podemos admitir que fatos dessa natureza sejam jogados para um plano secundário. As elucidações não ocorrem, as investigações não são concluídas, e a impunidade prevalece. E sabemos o mal que causa ao País a impunidade.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Não desejo tomar o tempo de V. Ex^a. Costumo ser muito breve nos meus apartes, até porque fui Presidente da Casa, e o

Regimento da Casa fala em dois minutos para o aparte. Os meus não vão além de um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma satisfação debater com V. Ex^a.

O Sr. Edison Lobão (PMDB – MA) – Quero apenas dizer a V. Ex^a, voltando a esse caso dos cartões corporativos, que o Senado, no exercício de seu dever – achei que fez muito bem e que deve agir de forma semelhante em todas as ocasiões dessa natureza –, convocou a Ministra Dilma para se explicar numa das Comissões técnicas desta Casa. A Ministra veio aqui prazerosamente e até desejou vir mesmo. Aqui, durante horas e horas, submeteu-se a todas as perguntas de todos os Senadores que quiseram interpellá-la sobre o assunto. No dia seguinte, o comentário, até da imprensa, foi de que as explicações da Ministra, no Senado da República, foram convincentes, exatamente porque S. Ex^a era absolutamente inocente de tudo quanto a S. Ex^a se atribuía naquele episódio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Edison Lobão, não foi o que o Ministério Público julgou. O Ministério Público entendeu de forma diferente, o juiz federal também entendeu de forma diferente, e, certamente, por razões que não nos cabe analisar, monocraticamente, o Supremo Tribunal entendeu que não era oportuno investigar a Ministra. Mas, certamente, o fato não a isenta de responsabilidade, porque aqueles que formataram o dossiê estavam sob suas ordens na Casa Civil, eram subalternos da Ministra. E, portanto, cabe a ela, sim, responsabilidade por aquilo que é feito ao seu redor, sob o âmbito da sua responsabilidade.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy, que já aguarda há algum tempo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, aqui, nós, Senadores – Edison Lobão, Augusto Botelho, Mão Santa –, observamos na imprensa, nestes dias, que agora V. Ex^a está sendo considerado como um dos possíveis candidatos, senão o candidato, a Vice-Presidente, juntamente com o candidato a Presidente José Serra. Isso, certamente, constitui um mérito de V. Ex^a, possivelmente por causa de sua contínua batalha pelas ideias e pelos anseios em que acredita e que aqui defende. Mas, com respeito a esse tema, eu gostaria de fazer uma recomendação a V. Ex^a: que, aqui, pudéssemos, sobretudo, dialogar e debater sobre os programas e as ideias que vão apresentar nossos candidatos – e, se V. Ex^a for candidato a Vice-Presidente, isso terá um maior peso –, como a ex-Ministra Dilma Rousseff, que é nossa candidata pelo PT; a Senadora Marina Silva; o ex-Governador José Serra; o Plínio de Arruda Sampaio e outros. A propósito do que V. Ex^a acaba de dizer, eu gostaria de mencionar aqui três frases de um pronunciamento

sobre esse tema feito ontem pela ex-Ministra Dilma Rousseff, candidata à Presidência pelo PT, justamente na convenção que a aclamou candidata: “Nesta campanha, nós vamos debater em alto nível, vamos confrontar projetos e programas. Vamos esclarecer ao povo que somos diferentes dos outros candidatos. Mas, depois de eleitos, governaremos para todos, como fez Lula, o Presidente que mais uniu os brasileiros. Sei como buscar a união de forças e não a divisão estéril. Sei como estimular o debate político sério e não o envenenamento, que não serve a ninguém”. Gostaria também de citar a declaração do próprio Presidente José Eduardo Dutra, que foi nosso colega no Senado e que, em carta à *Folha de S. Paulo*, hoje – vou registrar duas de suas frases –, diz: “O PT reafirma que não fez, não faz, não fará e não admite que em seu nome se faça qualquer coisa semelhante ao que é narrado na reportagem de 12 de junho (‘Dossiê traz dados sigilosos na Receita contra tucano [...]’). E, ao final, diz: “Recordamos que o PT interpelou judicialmente o candidato do PSDB, por ter feito acusação leviana, infundada e irresponsável a este respeito. Solicitamos o restabelecimento da verdade”. Com respeito à informação de que o Vice-Presidente do PSDB teria suas contas conhecidas – de que, portanto, seria quebrado o sigilo bancário desse dirigente importante do PSDB –, ele ressalta aqui que a própria reportagem não mencionou quem, porventura, teria obtido essa informação e assegura que não foi qualquer pessoa relacionada ao Partido dos Trabalhadores. Portanto, é preciso esclarecer bem. Com respeito às declarações do delegado que V. Ex^a mencionou, pelo que observei e li nas diversas reportagens, ele teria se colocado à disposição para obter certas informações, e isso não teria sido de responsabilidade de qualquer pessoa da direção do Partido dos Trabalhadores e muito menos do Governo. Muito menos teria sido dada qualquer orientação nesse sentido por parte da candidata Dilma Rousseff, bem como por parte do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, eu gostaria de esclarecer bem esses pontos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, é sempre uma satisfação ouvi-lo, embora a discordância entre nós ultimamente tenha sido regra.

Na verdade, quando se fala em quebrar sigilo, nós nos lembramos de que há especialistas no Governo já comprovados. Quando se quebra o sigilo bancário de um caseiro humilde e sofrido como o Francenildo, espera-se a possibilidade de quebrarem sigilo bancário também de pessoas mais abastadas na vida pública brasileira. Lamentavelmente, houve a quebra de sigilo do caseiro como houve a quebra do sigilo do

Vice-Presidente do PSDB, e repudiamos tanto a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo quanto a do outro.

Quanto às alegações de V. Ex^a de que o delegado teria sido procurado, o que ele afirma é que foi convocado por um jornalista da campanha do PT e que a ele se ofereceu um valor para realizar esse trabalho profissional.

O que vale ressaltar, sobretudo, Senador Suplicy, é que a manifestação de boa intenção por meio do discurso não encontra correspondência nas ações que estamos presenciando durante a campanha eleitoral. Não basta o discurso, é preciso a prática. E estamos constatando que há uma diferença enorme entre discurso e prática, até porque o Governo se transformou também em especialista em utilizar o instrumento da mentira para mistificar a questão e, sobretudo, para proteger-se diante de equívocos cometidos. Sim, a mentira tem sido uma arma utilizada pelo Governo reiteradamente, e nós poderíamos enumerar.

No entanto, não posso deixar de considerar, nesses termos, uma afirmação da candidata Dilma na convenção de ontem, quando ela disse: “Historicamente, quase todos os Presidentes que nos antecederam, que antecederam o Governo do Presidente Lula, governaram para um terço da população”. É a prática de sempre, Senador Mozarildo, a de atacar os antecessores, sobretudo porque há necessidade de reconhecer que os antecessores é que plantaram os pressupostos básicos indispensáveis para que o País alcançasse índices de desenvolvimento na atualidade e pudesse superar a crise, como superou.

Olha, Sr. Presidente, não há como ignorar um fato: como os antecessores governaram para um terço da população – ela insinuou que eles governaram para a elite – se o próprio Governo, por meio do IBGE, há poucos dias, revelou na Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad) que, nos últimos quinze anos, o período em que o País alcançou os maiores avanços sociais foi exatamente o período de Fernando Henrique Cardoso? Ele não está em disputa, ele não é candidato. Mas por que essa reiterada tentativa de desconstrução da sua imagem por parte do atual Governo? Por que ignorar, por exemplo, que, se há avanços sociais hoje, não podemos deixar de, no mínimo, compartilhar esses avanços sociais com realizações do passado?

O que foi o Plano Real? O Plano Real não foi apenas um plano econômico. Ele mudou o conceito nacional de economia. Que governo foi responsável pela estabilização da economia, pela sustentabilidade financeira, pela responsabilidade fiscal e pela recuperação da competitividade da nossa economia? Que governo foi responsável por isso? É evidente que se

há de reconhecer que esse foi o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Então, não há razão para desdenhar dos feitos passados para enaltecer os feitos do presente. Que se enalteça o que se fez de bom na atualidade como forma de recomendar o futuro! Mas não vamos olhar para trás com as pedras nas mãos para tentar destruir aquilo que foi construído com competência, com responsabilidade política e com eficiência administrativa.

Vou ser rápido agora, Sr. Presidente, não me vou prolongar excessivamente, em respeito aos demais. Mas quero destacar um ponto do discurso da Ministra Dilma, quando afirmou que o Governo Lula foi o que mais investiu em pesquisa e em inovação na história recente. Na linha daquilo que disse antes, da mentira, há a desfaçatez da mentira, a manipulação da informação, a deformação da realidade, na esperança de conquistar apoio. “O Governo Lula foi o que mais investiu em pesquisa e inovação, na história recente.”

Ora, Sr. Presidente, este ano, o Brasil despençou dezoito posições, da 50ª para a 68ª posição, no *ranking* mundial de inovação de 2010, que classificou as economias da Islândia, da Suécia e de Hong Kong como as três mais inovadoras do mundo. Entre os países latino-americanos, o Brasil ficou apenas no sétimo posto, perdendo para nações como Costa Rica, Chile e Uruguai. No grupo do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China –, o Brasil foi o que registrou o pior resultado este ano.

Portanto, cito esse item do discurso da candidata do PT à Presidência da República como um daqueles em que a verdade ficou distante. A candidata, na esteira do comportamento do Presidente Lula, demonstra não ser muito amiga da verdade na busca de seus objetivos.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que esse debate é necessário. O candidato Serra, na convenção da Bahia, apresentou propostas de governo, elencou uma série de medidas que pretende empreender se eleito for Presidente da República. Mas, nesse debate, não basta proposta. Aqui, já se falou hoje, e o Senador Papaléo Paes repetiu: é fundamental a história de vida, a postura, o comportamento ético. Então, o debate vai além das propostas.

E que não esperem nosso silêncio diante das aleivosias que possam presidir o comportamento, o discurso e as ações dos que disputam para continuarem no poder no Brasil! A responsabilidade da oposição, especialmente do PSDB, que tem um candidato, é a de oferecer um projeto alternativo de poder para o Brasil, com inteligência, com segurança, com maturidade política e com eficiência administrativa. Um candidato que tem talento pode oferecer tudo isso ao Brasil.

E, sobretudo, toda eleição, toda campanha eleitoral é um ressuscitar de sonhos e de esperanças, mas que, desta feita, o ressuscitar dos sonhos e das esperanças do povo brasileiro não se transforme na grande frustração, na decepção com o descumprimento de todos os compromissos assumidos! É o que se deseja, é o que se espera, e é o que o Brasil merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, por ordem de inscrição, o Senador Mão Santa, Senador enciclopédico do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que está presidindo esta sessão de segunda-feira, parlamentares presentes na Casa, brasileiros e brasileiras aqui no Parlamento e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, é com grande satisfação que anuncio que está presente em nossa Tribuna de Honra – ô Mozarildo, olha a importância do Piauí! – o empresário Josep Ramon Llorens Requena, diretor-geral de vendas da Incapi European Group, um grupo europeu. Ele é o diretor-presidente e está no Brasil, no Nordeste, no Piauí, ouviu, Senador AD? Pelos encantos que o litoral do Piauí tem: sessenta e seis quilômetros, verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam o ano inteiro, sol que nos tosta, rios que nos abraçam, cem lagoas e gente. A melhor gente do Brasil somos nós, piauienses. Ele está fazendo grandes investimentos.

Os portugueses descobriram o Brasil e os espanhóis descobriram o Piauí. Lá nós temos o Grupo Codina, um curtume famoso, lá de Vic, dos irmãos Codina. E Manuel Arrey, empreendedor extraordinário, que trouxe outro curtume da Europa e o colocou também, durante o nosso governo. Colocamos uma empresa – Euro Castanha – que exporta castanha para o mundo. Ele é um gigante empresário no sistema hoteleiro, no sistema comercial e Vice-Cônsul da Espanha. A Espanha realmente descobriu o Piauí. Agora o nosso amigo chega, empresário, vitorioso, que está fazendo empreendimento no Barramares, em Luis Correia, na praia do Coqueiro.

Mozarildo, eu conheço um bocado do mundo. Olha, o mar por aí, eu fui ao tal de Cancún, meti o dedo, saí correndo com medo de dar gangrena: frio. Aí, fui tomar aquela marguerita, aquela bebida deles, bebida

com sal. No Piauí, não. É *caliente*, Senador AD, o mar é *caliente*, pode-se tomar banho à noite.

Aí, o empresário vem lá da Espanha para fazer um alto investimento: Barramares. Ele tem como seu associado Marcelo Correa, que é um homem dedicado ao turismo. A eles, o meu voto de felicidade!

Queremos aqui dizer que, no Piauí, é muito forte o sentimento cristão. Nós somos um povo cristão. E, domingo agora, eu estive, Mozarildo, numa caminhada cristã da fraternidade. Eduardo Suplicy, 70 mil cristãos, religiosos do Piauí, andam 10 quilômetros, desde a Igreja de São Benedito, passando pela Nossa Senhora de Fátima, e terminam no Bairro Universitário. É uma festa religiosa, como o Círio de Nazaré. Setenta mil pessoas! Agora, é moderna, é alegre, é da cultura piauiense.

Um padre renovador, inovador, atuante, um dos melhores oradores, Padre Tony, imaginou isso. Olha, são 70 mil pessoas! E eles angariam fundos, donativos, vendem aquela camisa, o *kit*, e o pessoal vai, em gesto de solidariedade, no qual o Padre Tony e a Igreja auxiliam várias instituições beneficentes. É um movimento extraordinário. Todo mundo participa.

Eu vi, por exemplo, o extraordinário prefeito Firmino Filho, um líder extraordinário – foi prefeito por duas vezes –, vendendo água para dar lucro ao movimento. Quer dizer, todo mundo participa. Estava lá Dom José Freire Falcão. Ele foi Bispo quando eu governava o Piauí, Arcebispo do Piauí e daqui de Brasília. Aposentou-se. Ele estava lá para viver aquilo que nasceu no Piauí. Assim como Dom Celso, o Arcebispo anterior, Dom Sérgio e a comunidade religiosa toda. É um espetáculo que traduz o sentimento cristão do povo do Piauí.

Interessante a alegria, os cânticos, a música, porque religião é isso. Deus não nos botou aqui para nós sermos infelizes, não.

Está ali o nosso companheiro espanhol. A Espanha é um dos países mais civilizados deste mundo. Mozarildo, você já foi à Espanha? Ô lugar bom danado! Eu, no ano de 1974, estava acompanhando Dirceu Arcoverde, que era Governador. Ele fez um discurso nesta tribuna, o primeiro, e morreu. Eu já fiz mais de mil e estou aqui, contando a história. Então, é o seguinte: eu estava em uma almoço, Mozarildo, com o Colasuonno, um líder, o primeiro diretor da Embratur, um paulista. Eu estava ao lado dele no almoço. O Dr. Dirceu era Governador, médico, cirurgião como nós, rotariano. Eu fazia companhia ao Governador e indaguei para o primeiro presidente da Embratur, que estava comendo ali, tomando umas: “Venha cá, Colasuonno, onde é que se come e bebe melhor?”. Aí, ele parou, pensou – olhe, foi o primeiro presidente da Embratur,

paulista, e eu fiquei atento – e disse: “Na Espanha”. Desde aí, já ficou no psicológico. E é verdade!

Nos Estados Unidos, é aquele negócio – não presta, não – de comer em pé, *fast-food*. Na Espanha, cada ceia é uma festa, é música, é não sei o quê. Lá, há o restaurante – o Renan já deve ter ido muitas vezes porque o homem é muito viajado – Botín, em Madri, é o mais antigo do mundo. Olhe, Mozarildo, é bom! Conversando, outro dia, com a Rosalba Ciarlini, foi ela que me indicou. Eu fui lá. Olhe, tem um negócio de um pão... É o restaurante mais antigo do mundo, que persiste. E, lá em Barcelona, tem o 7 Portes.

O interessante é... O Eduardo Suplicy fala que é... Eu era Governador do Piauí e fui fazer... Porque tem muitos interesses espanhóis no Piauí, porque eu busquei. Esses grupos empresariais, eu transitei com eles e os levei para o Piauí: Grupo Codina, Grupo Manoel Arrey, grupo não sei o quê. E, agora, estamos levando o Josep Ramon Llorens Requena, Diretor-Presidente da Incapi. Então, esses espanhóis descobriram o Piauí. Qualquer dia, nós vamos fazer é tourada lá, está ouvindo, Josep Ramon? Porque há uma identidade muito grande entre o Piauí e a Espanha. E acho que até comigo. Ô Augusto Botelho, lá eles têm um dito muito importante: *hay gobierno, yo soy contra*. Lá, os espanhóis são assim.

E todos nós gostamos do Cervantes, Dom Quixote de La Mancha. Dom Quixote de La Mancha, Augusto Botelho, é formidável. Tem muitos ensinamentos. Ele imaginou lutar contra as injustiças. No fim, quis premiar o seu companheiro, Sancho Pança. Disse-lhe: “Vou lhe dar uma ilha para governar, a ilha Baratária”. “Mas não posso ser governador, não tenho saber, não sei ler, não sei escrever.” Ele disse: “Não. Tenho observado que você é temente a Deus. Isso é uma sabedoria”. E ensinou Sancho Pança a governar: “Sancho Pança, não coma demais, não beba demais”. Disse a ele que arrumasse uma mulherzinha – uma Adalgizinha – direita, que fosse honesta. Disse-lhe: “Quero lembrar-lhe de que só não há jeito para a morte”. Foi dito por Cervantes.

E há Ortega y Gasset, o intelectual, que disse: “O homem é o homem e as suas circunstâncias”.

Então, há muita sabedoria na Espanha. Daí essa integração.

Estamos aqui justamente para render uma homenagem à Igreja Católica do meu Piauí, eu que sou do Partido Social Cristão. Foi uma beleza de espetáculo! É diferente. V. Ex^a está acostumado ao Círio de Nazaré. Esse é mais moderno, só tem 15 anos. O Círio de Nazaré tem séculos. Então, esse é moderno. Há cânticos, forró, baião, música. Eu vi o Padre Tony, não sabia que ele tinha esse dom de cantar, de dançar.

Ele é um dos mais brilhantes oradores, o Padre Tony. Quer dizer, traduz a grandeza do povo do Piauí. É um espetáculo que já está com 15 anos e que entrou para o calendário histórico.

Nós temos uma cidade, que chamamos Santa Cruz. É uma cidade que tem uma força religiosa muito grande, para a qual se fazem excursões. E o Piauí viveu momentos tão cristãos, que fui também à cidade de Campo Maior, aquela cidade que o Brasil todo tem que homenagear, porque foi lá que se deu a Batalha do Jenipapo, em que nós, em condição adversa, expulsamos os portugueses do Brasil. Este Brasil ia ser dividido em dois. Foi lá! Lá, em 13 de março de 1823, batalha sangrenta. Nós perdemos, lógico – o exército português de Fidié, todo –, mas eles ficaram apavorados. Ele saiu da capital, que era Oeiras – o povo tomou o palácio dele –, e aí foi para o Maranhão, que era aliado de Portugal. Este Brasil ia ser dividido em dois. Seria: “Filho, fica com o Sul, que é rico, e com o Norte eu vou ficar”. O nome do país seria Maranhão.

Então, este País, Suplicy, é grandão, não é por São Paulo, não! Foi o Piauí: botamos os portugueses para fora, e garantiu-se essa unidade. Então, cada vez que olharem, brasileiras e brasileiros, este Brasil grandão, curvem-se à grandeza e ao heroísmo do povo do Piauí na Batalha do Jenipapo. E essa é a coisa.

Mas aí nós fomos lá – eles também têm um espírito cristão – para a festa de Santo Antônio. É impressionante! Olha, eu nunca vi! Há o negócio das crenças. Eles procuram a maior carnaúba e enfiam lá, para botar uma bandeira de Santo Antônio.

Professor Doca – o Professor Doca Lustosa é da Universidade –, eu nunca... Eu fiquei olhando e perguntei: mas é uma só? Rapaz, nunca vi um negócio – era do tamanho de uma igreja – tão grande! Eles passam o ano... Porque uma das riquezas de Campo Maior e do Piauí é a carnaúba, que dá a cera da carnaúba. Olha, eu, lá, depois da procissão, fiquei olhando e não acreditava que era uma só carnaúba. Eles passam o ano – o ano! Está ouvindo, Augusto Botelho? –, procurando e pesquisando a maior carnaubeira. Aí, põem lá: dois metros de fundura e um mastro para ter a bandeira. E esse ritual tem... Mas é uma carnaúba extremamente grande, do tamanho da fé do povo. Aí, a festividade lá é de Santo Antônio.

E quero parabenizar o povo religioso que cultua Santo Antônio. E eu, particularmente, porque acho que entendo de Santo Antônio. Entendo, e bem, Mozarildo, de religião. Veio Deus, mandou Jesus, e aquelas pessoas boas, que imitaram Jesus, chamam-se “santos”, porque não sou como Lutero... que foi necessário, foi o homem mais capaz, o homem de melhor coragem, porque a Igreja estava fazendo muitos erros. Não eram

poucos, eram muitos erros. Ele catalogou 96 – está ouvindo, Augusto Botelho? – e pregou lá, na matriz. Então, ela despertou. Aí surgiram outros. Ele provocou a separação. E Calvino, estimulando o trabalho.

Agora, eu estou em outra fase, Mozarildo, presidindo o Partido Social Cristão. Eu digo, nós não vamos buscar o que nos separa e o que nos divide, vamos – interpretações bíblicas – buscar o que nos une. O que nos une é que somos cristãos; o que nos une é: “Eu sou a verdade, o caminho e a vida”. E, com isso, nós estamos presidindo o Partido Social Cristão.

Mas, coroando essa festa da cristandade, vou lá ao Santo Antônio porque ele é tido na crença popular... Além de ser um sucessor de São Francisco – meu nome é Francisco –, que andava com a bandeira “paz e bem”. Eu ando com a bandeira: “Piauí, Terra querida,/ Filha do Sol do Equador,/ Pertencem-te a nossa vida,/ Nosso sonho, nosso amor!”. Na luta, teu filho é o primeiro que chega...

E o Prefeito, João Félix, com seu irmão Antonio Félix, que é Deputado do PPS, brindou a população, os cristão de Campo Maior, com um espetáculo de fogos de artifício. Quero dizer que já assisti em Copacabana ao *show*. Igualou-se. Quer dizer, o povo, aquele brilho, aquele presente do Prefeito, brilhando, foi o brilho maior da fé. Está ouvindo, Professor Doca Lustosa? E vou lá, ao Santo Antônio, embora seja devoto de São Francisco, que dizia: “Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz”. E eu, Francisco, da Parnaíba, do Piauí, com a mesma fé, dizia – está ouvindo, Mozarildo: “Senhor, fazei-me um instrumento do desenvolvimento do Piauí”. E Deus atendeu ao Francisco, o primeiro, o italiano, que levou a Igreja dos ricos para os pobres e que é um exemplo, e a mim. Eu fui o maior instrumento do desenvolvimento do Piauí.

Criei, naquele Estado, 78 novas cidades. Criei naquele Estado 400 faculdades, para pobre ser doutor – 36. Criamos 200 indústrias e copiamos do grupo espanhol lá, que expandimos, as grandes fábricas, a Bunge, a de cimento, a de bicicleta. Só havia a cerveja Antártica. Hoje, lá, bebem-se Skol, Brahma – que eu levei –, Guaraná Champagne em lata. E fábrica de castanha, 27. A maior é a do grupo europeu, presidida por Manoel Arrey, que ainda hoje resiste, e um grande empresário de Barcelona, Ricardo Bila.

Então, nós temos isto: 40 mil casas populares para o pobre. Verticalizamos Teresina, com o Projeto Sanear. Surgiu a verticalização, tornando Teresina... Uma das casas... Como é conhecido o Piauí. Com o avanço médico, eu coloquei aquele Estado, com competentes médicos, na era dos transplantes. Lá, nós fazemos transplante cardíaco com êxito. E, de repente, um das arquiteturas mais bonitas é a de Teresina, mostrando

que a inteligência nossa é completa. E o Brasil reconhece hoje entre os ilustres filhos do Piauí... Nesta Casa, sem dúvida nenhuma, um dos maiores Presidentes, com todo respeito ao Renan, que está ali, foi Petrônio Portella, do Piauí; e, da Câmara Federal, com todo respeito aos que estão aí, Flávio Marcílio, do Piauí. Flávio Marcílio, do Piauí, rapaz! E aqui está esse gigante que nasceu lá; o Maranhão o levou lá para atestar, mas o avô dele disse que é piauiense. Nós o mandamos para cá, e ele é o líder maior, Adelmir Santana, que representa com grandeza o Distrito Federal.

Essa é a nossa gente. Agradecemos, porque Santo Antônio, no meu entender, protege o amor, que é o cimento que consolida a família, a instituição mais sagrada, feita pelo próprio Deus, que, quando mandou seu filho, não o desgarrou; botou-o numa família. Então, esse Santo Antônio tem o lado cultural. E vou com a Adalgisa, para, cada vez mais, solidificar – está ouvindo, Mozarildo Cavalcanti? – o amor e a nossa família, que é a maior riqueza que temos.

Nós aprendemos com a fé. E é lógico que eles têm uma culinária própria. O lugar onde melhor se come a carne-de-sol do Piauí é Campo Maior. E aquele capote, aquela galinha d'angola, tô fraco. É bom, aquilo é bom! É uma culinária! E degustamos com vários amigos, influentes políticos, mas com homens do povo também: o Boêmio, um líder popular; a Mônica Veloso... Nós gostamos é do povo mesmo, nós nos sentimos bem é com o povo.

Isso tudo culminou, no fim de semana, com a instalação, em Matias Olímpio, do 5º Encontro Regional do Partido Social Cristão, que presido. Esse Partido Social Cristão – ô Renan Calheiros – existe há 25 anos; a sua origem é brilhante. Pedro Aleixo, um dos mais bravos da história de Minas, foi Vice-Presidente de Costa e Silva, gozava de sua confiança e, abruptamente, o Presidente militar teve um derrame e os militares – havia três ministros militares – não o deixaram assumir porque ele fez um ato heróico, igualável a Tiradentes: se negara a assinar o ato institucional que punia, que bania, que infelicitou muitos brasileiros e perpetuou o regime militar.

Então, esse homem recolheu-se e quando veio o pluripartidarismo fundou lá nas Minas, do *libertas quae sera tamen*, o Partido Social Cristão. Ele já existia também no Piauí. Considero uma fase que a chamo de heróica. O Pastor José Roberto, uma filha minha, Maria da Graça, um irmão, o Jonas, o presidiram. E agora, numa fase de expansão a que eu levo este Partido, já são 190 cidades no Piauí. É um dos maiores Partidos do Piauí. Vai participar desta eleição galhardamente – e lógico, nas coligações das oposições, que têm como seu candidato a Governador do PSDB o ex-Prefeito de

Teresina, um Senador, Heráclito, do DEM, eu representante do PSC como Senador.

Foi uma festa bonita da cidade, que contou com a presença de três prefeitos, o Fogoió, de uma tradicional família política; César Maia; o Dó Bacelar, um dos maiores líderes do PMDB da história, do PMDB desde o seu pai, que era igual; e do extraordinário Prefeito de Morro do Chapéu, cidade que criamos, Lucídio.

Assim, foi instalado o 5º Encontro e estavam presentes sete presidentes regionais.

Queremos agradecer a recepção que tivemos na cidade, modernizada hoje pela atuação competente. Foi escolhida Matias Olímpio porque Itamar Feitosa, grande líder regional do Partido Social Cristão, é filho da cidade, é o vice-presidente do diretório municipal e pertence ao nosso diretório estadual.

Então, estejam certos de que é esse o Piauí que nós representamos – viu, Eduardo Suplicy; eu sou a cara do Piauí, o Piauí de vergonha, o Piauí em que cada eleitor tem de buscar a história de vida. Viu, Eduardo Suplicy! Nós temos que ensinar a purificação da democracia, como o Mozarildo bate aqui há muito tempo – ele foi o precursor de advertir para isso. Hoje o Papaléo, inspirado, disse: “Temos que ver a história de vida de cada um”.

É o povo, é o eleitor que pode melhorar essa democracia. Nós já estamos vivendo isso, já começou, já estão os candidatos. Não dá tempo para esse negócio de processo, mas dá para o povo.

O povo que é o soberano, o povo que é o poder, o povo que é sábio, dá a sua contribuição votando, não nas promessas – todos prometem – mas em quem tem história de vida como a minha história de vida pelo Piauí. A cara do Piauí de vergonha, de luta, de coragem e de competência que nós representamos.

Então, estamos aqui, continuadores de outros grandes Senadores, e não iria citar todos, mas, simboliza em Petrônio Portella. É nisso que acreditamos. É chegado o momento. Isso, o Senado propiciou ao Brasil essa alternância de poder. Se não fosse o Senado da República, teríamos embarcado no terceiro mandato de Luiz Inácio. Quem quer o terceiro quer o quarto, quer o quinto, quer o sexto. Pergunte a Hugo Chávez, pergunte a Fidel Castro, que passou 50 anos, achou pouco e já deu para o irmão. O povo foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!” para acabar com o continuísmo dos reis; assim, teríamos ficado com o rei.

Então, a democracia foi o povo que fez na rua; o povo dividindo o poder; o povo exigindo alternância do poder. Agora o povo vai purificar essa democracia do Brasil. A primeira advertência foi do Senador Mozarildo falando aqui. E hoje o Senador Papaléo teve

uma capacidade sintética de simplificar, e eu o aprovo como cirurgião, que resolve as coisas, que simboliza o melhor da política como Juscelino Kubitschek, cirurgião como eu, de Santa Casa, militar, prefeitinho e governador.

Vejam, vejam, brasileiras e brasileiros, está nas suas mãos a história de vida de cada candidato. É só ver. Este é o julgamento.

Então são essas as nossas palavras na crença do aperfeiçoamento da democracia, democracia que nós, com altivez, aqui defendemos. Só vai haver eleições pelo Senado da República. Nós somos a mais valorosa instituição deste País. Todas se curvaram. Nós, não. Nós fomos fiéis a Rui Barbosa que está ali e que disse: “Só tem um caminho e uma saída: é a lei e a Justiça”.

Quando os aloprados, os aproveitadores, os malfeitores gritavam para o Presidente Luiz Inácio fazer a intervenção no Distrito Federal, foi o Senador do Piauí que disse que aquilo era uma incoerência, que disse que aquilo era falta de conhecimento e que ele tinha que se orientar aqui no Senado. Fomos nós o primeiro a não deixar essa truculência que estava fazendo a cabeça de Luiz Inácio para fazer a intervenção. Nós lembramos que nos períodos mais difíceis do País se obedeceu à Constituição. Na Segunda Guerra Mundial, quando Getúlio Vargas teve que sair porque era ditador, nós fomos à guerra pela democracia, ficou José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e fez eleições e elegeu Eurico Gaspar Dutra.

E aí tivemos um período tumultuado em que Getúlio se suicidou e, logo em seguida, vieram as eleições de Juscelino; não queriam lhe dar posse, e foi o Senado, através de Nereu Ramos, que lhe deu a Presidência deste País por noventa dias. Toda vez que saímos da Constituição, como saímos em Pedro Aleixo, levamos mais de 20 anos de ditadura.

Aliás, foi meu mesmo o primeiro pronunciamento, denunciando os aloprados, os ignorantes, os malfeitores, que estavam fazendo a cabeça do nosso Presidente para intervir. Nós dissemos que ele não poderia sair das cadeias do poder inscritas na Constituição, como Rui Barbosa.

Essas são as nossas palavras de fé na melhoria da democracia, se cada um dos eleitores obedecer ao que foi dito aqui por Papaléo. Veja a história, a vida de cada candidato. A história de vida. Essa aí é a grande contribuição de aperfeiçoarmos a democracia e de fazermos da democracia do Brasil a mais aperfeiçoada e melhor da história do mundo.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho, do PT de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, a expansão do sistema nacional de unidades de conservação, que se manifesta de forma significativa a partir do início dos anos 90 no Brasil, representa um marco importantíssimo na luta em defesa do meio ambiente, no contexto de amplo processo de mobilização da sociedade brasileira, especialmente nos segmentos que lutam pela proteção ambiental de nosso País.

O fortalecimento do referido sistema tem sido justificadamente reconhecido como um componente essencial na luta em prol da aplicação concreta do conceito de desenvolvimento sustentável, no âmbito de um processo no qual a promulgação da chamada Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985, de 2000) tem desempenhado um papel de inegável mérito.

Ao mesmo tempo, vai se disseminando a convicção de que o tratamento dado à questão do estabelecimento dessas unidades tem carecido de equilíbrio, com a hipertrofia do componente de preservação e flagrante sacrifício do desenvolvimento econômico e social das regiões, principalmente as mais pobres.

Esse desequilíbrio se tem mostrado particularmente grave na minha região, a Amazônia, suscitando profunda insatisfação na sociedade local, principalmente em meu Estado de Roraima, onde mais de 70% do território já são áreas federais de preservação e áreas indígenas.

A percepção crescente é de que importantes segmentos da população de outras regiões brasileiras, nas quais a cobertura florestal foi praticamente erradicada no passado, buscam agora compensar essa perda impondo aos Estados da Região Norte, aos Estados da Amazônia, a obrigação de sacrificar enormes parcelas de seus respectivos territórios para permitir o estabelecimento das referidas unidades, desconsiderando por completo legítimos interesses e aspirações da sociedade local.

Por isso, apresentei um projeto para alterar a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que “regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”, de forma a estabelecer a obrigatoriedade da realização de plebiscito com a população do Estado onde se pretendam criar unidades federais de conservação da natureza.

A defesa de nossa posição não significa, em absoluto, a apologia a um modelo de desenvolvimento predatório, mas, sim, a busca da necessária razoabi-

lidade, de modo a garantir o equilíbrio da Federação e a impedir que uma imensa região brasileira seja condenada a um estado de permanente atraso.

Daí nossa convicção de que é absolutamente legítimo que o processo de criação de unidades federais de conservação tenha como marcos iniciais não apenas a realização e divulgação de estudos técnicos necessários, mas também a consulta, mediante plebiscito, à população da unidade da Federação que abrigará a unidade.

Relegar a decisão ao âmbito da União e ignorar, portanto, a opinião da população diretamente afetada pela medida, como ocorre hoje, implica menosprezar o princípio federativo, base do nosso ordenamento jurídico e uma das cláusulas pétreas da Constituição de 1988. Vale lembrar que a Constituição veda apenas alterações em seu texto que tenham como consequência o enfraquecimento da Federação, e não o seu fortalecimento.

Importa lembrar também que o instituto do plebiscito, previsto no art. 14, inciso I, da Constituição, regulamentado pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, pode ser utilizado sempre que estiverem em jogo questões de interesse nacional, como é indubitavelmente o caso da criação de unidades de conservação. A restrição da consulta à população diretamente interessada, por sua vez, segue o procedimento previsto para os casos de divisão de Estados e Municípios.

Em Roraima, tivemos recentemente um problema em relação à Floresta Nacional do Lavrado que querem criar na Serra da Lua, região leste do meu Estado, afetando 300 famílias, muitas das quais foram retiradas da Raposa Serra do Sol. Então, acho justo que as pessoas sejam consultadas.

No projeto, a gente sugere também que esse plebiscito seja feito simultaneamente com a eleição, após conclusão dos estudos, para que não haja maior despesa. Basta apenas acrescentar um item na cédula eleitoral em relação ao plebiscito, para definir se a população afetada quer ou não uma área de conservação na sua região.

Espero contar com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para que possamos aprovar esse projeto com a urgência necessária para tão importante tema.

Mais uma vez, relato que mais de 70% do território do meu Estado são áreas de conservações, áreas federais e áreas indígenas. Então, o projeto vale para todo o Brasil, mas eu o estou fazendo em virtude da situação em que se encontra o meu Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

Durante o discurso do Sr. Augusto Botelho, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após as palavras do Senador Augusto Botelho, que representa Roraima e o Partido dos Trabalhadores, convidamos para usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy, que representa o Partido dos Trabalhadores de São Paulo.

O povo paulista já deu a Eduardo Suplicy o terceiro mandato de Senador, 24 anos. Com mais um mandato, ele se iguala a Rui Barbosa, que passou 32 anos nesta Casa. Eduardo Suplicy é um exemplo. Ele está aqui. Eu sei que ele tem muitas virtudes, mas ele teve um fato dominante: ele foi Vereador e, como Vereador, presidiu a Câmara Municipal. Com austeridade, ele recebeu a respeitabilidade e os aplausos do povo de São Paulo e do Brasil.

Chegou a esta Casa com quantos votos?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Da última vez, com 8.896.803 votos, correspondendo a praticamente 48%, um em cada dois votos dos eleitores do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sei que é muito voto, mas quis, com esse quadro, Senador Mozarildo, dizer ao Brasil que somos filhos do voto e do povo. Nosso Presidente tem muito voto – é líder –, mas aqui tem muito mais, muito mais. Nós somos o povo do Brasil. Por isso, Cícero dizia: “O Senado e o povo de Roma”. Eu posso dizer: o Senado e o povo do Brasil. Nós somos povo, filhos da democracia, do voto e da Bíblia, que diz que muitos são os chamados, e poucos os escolhidos.

Este é o Senador escolhido por São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, agradeço a referência que V. Ex^a fez a mim. Quero externar meu respeito a V. Ex^a como representante eleito pelo povo do Piauí – V. Ex^a foi Prefeito de sua cidade natal, foi Governador. Aqui, muitas vezes, diverge de mim porque está nos quadros da oposição no Senado Federal, mas é importante nós, aqui, podermos construir a melhor maneira de atender aos objetivos maiores de nossa Nação.

Gostaria, Senador Mão Santa, de hoje falar sobre este extraordinário fenômeno mundial, em especial porque nele o Brasil tem um papel extraordinário.

Eu me refiro à Copa do Mundo, ao esporte e, em especial, ao futebol. Está acontecendo algo extraordinário: a Copa do Mundo, realizada pela primeira vez na África, na África do Sul, registra o maior número de pessoas no mundo acompanhando aquele evento. Essa forma de consagração dos povos é algo extraordinário!

V.Ex^a, por acaso, assistiu ao filme *Invictus*? Eu o recomendo, Senador Mão Santa. O filme mostra o Presidente Nelson Mandela, da África do Sul, quando se deu conta de que, justamente através do esporte, no caso do *rugby*, ele teria a oportunidade de colocar os brancos e os negros interagindo melhor. Ele teve essa percepção e pensou em fazer alguma coisa, pois seria realizado na África do Sul o campeonato mundial de *rugby*, que era um esporte praticado sobretudo pelos brancos, mas que ali também era admirado pelos negros. Havia, na seleção da África do Sul, mais brancos do que negros, mas havia alguns jogadores negros que também eram excepcionais. Então, ele chegou à conclusão de que, através do esporte, do *rugby*, ele poderia realizar a aproximação de povos de diferentes raças na África do Sul.

Esse filme mostra, de uma maneira muito bonita, como é que, de fato, ele conseguiu fazer isso. Dentre as sugestões que ele formulou à Seleção de *Rugby*, estava a de que, uma vez por semana, ela realizasse seu treinamento nos bairros pobres, nas favelas das principais cidades da África do Sul. Isso promoveu uma integração formidável, porque os meninos e meninas passaram a admirar, a interagir com aqueles jogadores, e fez com que, durante a realização do campeonato de *rugby*, os estádios lotassem de uma maneira muito bela: ali, brancos e negros torciam por seu time, que, então, sagrou-se campeão mundial de *rugby*.

Ora, todos sabemos do empenho de Nelson Mandela, inclusive quando Presidente, para que esta Copa do Mundo de 2010 fosse realizada na África do Sul. E V. Ex^a sabe que o Brasil, por intermédio do então Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, João Havelange, apoiou essa vontade da África do Sul para que, pela primeira vez, ela fosse realizada na África. E por muitos anos, nestes anos recentes, houve diversos comentários nos países do Hemisfério Norte no sentido de que a África do Sul não poderia realizar um campeonato do mundo tão bem feito quanto os realizados naquele hemisfério.

Muitos chegaram a duvidar que isso pudesse acontecer de uma maneira bem-sucedida. Pois eis que todos nós estamos acompanhando a beleza do espetáculo das multidões lotando aqueles estádios, como o estádio principal, que registrou a presença de oitenta mil pessoas. Ali foram apresentados espetáculos musicais e de dança que contaram com a presença do povo sul-africano e de pessoas dos cinco continentes que para lá foram para assistir aos jogos de seus respectivos países.

Ora, nesta tarde quero desejar o maior sucesso para Dunga e os jogadores da seleção brasileira, que joguem muito bem, que possam representar o nosso

time, o nosso Brasil, da melhor maneira possível; que possam, portanto, Daniel Alves, Doni, Elano, Felipe Melo, Gilberto, Gilberto Silva, Gomes, Grafite, Josué, Juan, Júlio Baptista, Júlio César, Kaká, Kleberson, Lúcio, Luís Fabiano, Luisão, Maicon, Michel Bastos, Neymar, Ramires, Robinho e Thiago Silva realizarem o melhor espetáculo, que possam dar o melhor de si para honrar a Seleção Brasileira, que é a que conquistou o maior número de campeonatos de futebol do mundo: em 1958, na Suécia; em 1962, no Chile; em 1970, no México; em 1994, nos Estados Unidos da América; e em 2002, na Coreia do Sul/Japão.

Ora, é importante perceber que o futebol, para nós o esporte da verdadeira paixão nacional, tem uma característica formidável, comprovada na nossa história: a de aproximar pessoas, de aproximar os garotos das áreas mais pobres do Brasil, nas favelas, nos municípios mais distantes e de renda *per capita* menor. Por poder ser praticado apenas com a bola de futebol e uma área, que pode ser a praia, um gramado e até um terreno sem grama, onde se colocam algumas travessas de madeira; por demandar poucos recursos, esse esporte pode ser praticado por todos.

E esse esporte, tão presente em nossas vidas ao longo da história do Brasil – desde que, no século XIX os ingleses trouxeram o futebol para o Brasil – uniu os piauienses, aos paulistas, aos gaúchos, aos acreanos, aos cariocas etc.

Todos nós aguardamos com verdadeira paixão, com emoção, a partida de amanhã. Estamos como que entrando em concentração para amanhã assistirmos a esse jogo, inclusive aqui no Congresso Nacional e no nosso Senado: a sessão de amanhã deverá começar às 10h e terminar às 14h, porque às 15h30min haverá o primeiro jogo da Seleção Brasileira, justamente contra a Coreia do Norte.

A propósito, gostaria aqui de lembrar que, quando fui à Coreia do Sul, em 2007 e em janeiro deste ano, disse aos sul-coreanos, em inúmeras palestras que ali fiz, que gostaria de propor duas ações que poderiam contribuir para a unificação e a pacificação das duas Coreias. Leio nos jornais de hoje que a Coreia do Norte, por sua televisão, está mostrando jogos da Coreia do Norte e de outros países, mas não está transmitindo os jogos dos países que eles consideram inimigos da Coreia do Norte.

Ora, será que não será justamente o futebol, o esporte, o instrumento que poderá unificar as nações?

A minha proposta, que foi aplaudida lá, Presidente, Senador Mão Santa, foi no sentido de que possa a Seleção Brasileira realizar uma partida em Seul, capital da Coreia do Sul, e outra partida em Pyongyang,

capital da Coreia do Norte, contra a seleção ou versus a seleção mista de ambas as Coreias.

Ora, a Coreia conseguiu algo muito extraordinário nesta Copa do Mundo, porque ambas, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, foram classificadas para estarem neste campeonato.

Então, nesta terça-feira, amanhã, o Brasil vai jogar contra a Coreia do Norte. Ora, quem sabe possa, não sabemos ainda qual o resultado desta Copa do Mundo, não sei exatamente qual será a posição final do Brasil – torço para que ganhe o hexacampeonato –, e das posições que, respectivamente, terão a Coreia do Norte – nossa adversária amanhã – e a Coreia do Sul, mas o que propus é que possa o Brasil, em algum momento, realizar a partida contra a seleção mista de ambos os países, como uma forma de congraçamento, de pacificação, de caminhar na direção da melhor relação entre estes dois países, no espírito do que aconteceu quando a Seleção Brasileira, em 2004 – e tive a felicidade de assistir pessoalmente –, na cidade de Porto Príncipe, jogou contra a seleção do Haiti. Foi algo extraordinário a maneira como o povo haitiano recebeu a seleção campeã do mundo, com tamanho carinho. Desde o aeroporto de Porto Príncipe até o estádio, havia uma verdadeira multidão, quase um milhão de pessoas, recepcionando os jogadores da Seleção Brasileira, Ronaldo, Ronaldinho e tantos outros, que jogaram naquele estádio lotado, mas modesto, onde cabiam 20 mil pessoas.

E o Presidente Lula lá estava. E ainda que o Brasil tivesse goleado o Haiti, o povo haitiano, com grande alegria, aplaudia as boas jogadas de sua seleção quando aconteciam, mas aplaudiam os gols da Seleção Brasileira.

Eu percebi naquela oportunidade como o futebol é um instrumento mágico de aproximação dos povos, pois o jogo aconteceu em agosto de 2004, ano em que o Haiti havia estado, em fevereiro, em verdadeira guerra civil. Mas no momento de recepcionar a Seleção Brasileira todos aplaudiram e se abraçaram.

Eu me lembro quando os jogadores do Brasil receberam o Presidente Lula no vestiário do estádio. Os nossos jogadores Ronaldo, Ronaldinho e Romário transmitiram ao Presidente a disposição da Seleção Brasileira em colaborar com ações de paz como aquela que estavam realizando ali. Acho que foi neste mesmo espírito que o Presidente Lula transmitiu recentemente o propósito da realização de um jogo da Seleção Brasileira contra as seleções mistas de Israel e da Palestina: exatamente com o propósito de aproximação dos povos. Teria sido bom se esses países – Irã e Iraque – estivessem também participando desse

campeonato mundial para que pudéssemos ver ações dessa natureza.

Mas, então, Presidente Mão Santa, quero aqui registrar o quão importante é que possa o Brasil estar à altura das expectativas de toda população brasileira.

No entanto, permito-me aqui fazer uma sugestão ao Dunga, Presidente Mão Santa, porque nós aqui sempre defendemos a transparência dos atos. Inclusive quero transmitir à Mesa Diretora que possa divulgar amanhã, antes da votação que está prevista para esta semana, o plano de ajuste de salários e carreiras da Mesa. Até recebi a proposta do 1º Secretário, Senador Heráclito Fortes, e estou examinando-a, mas gostaria de comentá-la e queria que essa proposta fosse aberta e transparente para todos.

Estou respeitando a diretriz do Senador Heráclito Fortes de não divulgá-la porque ele me pediu, mas acho importante que todos nós possamos comentá-la e que ela seja transparente, pelo menos até amanhã, para que possamos votar na quarta-feira, na quinta-feira ou quando for.

O Dunga, ontem, surpreendeu a imprensa mundial ao realizar os chamados treinos secretos e noturnos, cercando o estádio para que ninguém pudesse transmitir, ver, fotografar e conversar com os jogadores. Ora, Senador Renan Calheiros, a tradição da Seleção Brasileira nas Copas passadas – e eu estive lendo os jornais hoje – era a treinos abertos. Os jogadores da Seleção jogavam e, inclusive, no próprio relacionamento com a imprensa, conversavam amigavelmente e apareciam – seja o Sócrates tocando violão ou o Pelé conversando com quem quer que fosse, além do Romário e do Ronaldinho. Então, para que esconder tanto? Nós vamos enfrentar a Coreia do Norte. Será que tudo tem que ser secreto? Ora, a Seleção Brasileira tem qualidades fantásticas. Será que os nossos adversários não podem conhecer um pouco dessas qualidades? Senador Mão Santa, estima-se que nunca houve uma Copa do Mundo sendo acompanhada pelos povos do mundo com tamanho público, espectadores do mundo inteiro, no planeta Terra, quanto essa Copa do Mundo.

Então, a minha sugestão ao técnico Dunga é que o faça de forma transparente. Não precisa estar escondendo quais são os passes, os dribles, as grandes defesas que o Júlio César, o Gilberto Silva e o Gomes irão realizar, quais as jogadas fantásticas onde Robinho – que eu espero – vai poder dar as suas pedaladas. Não será mostrando ou escondendo no treino uma pedalada do Robinho que o jogador da Coreia do Norte vai poder evitar, se ele de fato conseguir repetir uma jogada tão brilhante assim.

Portanto, hoje, gostaria de saudar a democracia brasileira, que já tem os nossos excepcionais candidatos de cada um dos partidos. Acho importante que o próprio Presidente Lula tenha saudado a qualidade dos candidatos à Presidência, como a nossa querida Dilma Rousseff, que ontem foi aclamada pela Convenção do PT, com a presença dos principais dirigentes do PMDB, de todos os Partidos aliados – o Senador Renan Calheiros estava presente.

Ela fez um pronunciamento de excepcional qualidade, onde disse querer avançar, ter o compromisso de fazer o Brasil seguir. Ela quer, do fundo da sua alma, do seu coração, cumprir com coragem e determinação, inclusive com o candidato a vice, Michel Temer, somar esforços para conquistar, para aperfeiçoar a democracia, para alargar ainda mais o caminho aberto pelo Presidente Lula. Ela quer, sobretudo, aperfeiçoar os programas sociais, os programas de investimentos.

Gostaria, Sr. Presidente, que fosse transcrito na íntegra de meu pronunciamento o discurso feito ontem pela nossa candidata Dilma Rousseff.

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Paixão nacional

Futebol brasileiro simboliza trajetória do país, desde a valorização da mestiçagem ao enfrentamento maduro de dificuldades e decepções

Discute-se até hoje o porquê de o futebol ter-se enraizado tão bem no Brasil, a ponto de configurar o principal fenômeno de psicologia coletiva no país e contribuir para o âmago da autoimagem nacional. Como costuma acontecer nos debates futebolísticos, essa não é uma discussão conclusiva.

Seria algum atavismo desenvolvido nos longos séculos de escravidão, como sugeriu Gilberto Freyre? Já que aos escravos era proibida a prática de qualquer luta, teriam levado a extremos sua habilidade para dançar e até lutar de forma dissimulada com as pernas, origem da capoeira e, quem sabe, da propensão ao futebol.

Ou será que o esporte de elite, importado por britânicos no fim do século 19, teria exercido apelo irresistível na mentalidade popular, incitando um desejo de emular o modelo prestigioso? Os historiadores do futebol ressaltam o papel dos primeiros gandulas, jovens que libertaram o futebol ao levá-lo dos ginásios engomados dos clubes elegantes de São Paulo e do Rio para as peladas de várzea e de rua nos bairros operários.

De toda forma, o futebol cristaliza, num amálgama com o samba, a síntese identitária do país. Sem prejuízo do que possa haver de folclórico ou mistificador em torno desse fato, é interessante percorrer toda a sua dimensão simbólica. Porque o futebol brasileiro, em vários aspectos, desdobra e representa o esforço do país para se constituir como nação moderna.

O reconhecimento de que somos um país mestiço e que nossa força deriva justamente da confluência genética e cultural -haverá maior revelação do que essa, reiterada pelo futebol a gerações de brasileiros? De Friedenreich a jogar de touca para esconder o "cabelo ruim" a Leônidas, já saudado com o suntuoso epíteto de "Diamante Negro", decorre a década de 1930, quando o futebol nacional foi tomado por profissionais (quase todos de origem negra e humilde) e pela primeira vez, na expressão que se tornaria clichê, "encantou o mundo".

E quero aqui assinalar o quão importante será que a campanha seja realizada pelos principais candidatos, sobretudo na discussão em nível mais alto possível dos temas de interesse da população brasileira, sobretudo com vistas a assegurar o crescimento com inclusão social, com melhor qualidade de educação possível, para erradicarmos a pobreza absoluta o quanto antes, para promovermos efetiva justiça em nosso País.

Gostaria também, Sr. Presidente, porque relacionado ao meu tema e no mesmo espírito do meu tema, de anexar aqui um editorial que considere de excepcional qualidade, "Paixão Nacional", da *Folha de S.Paulo*: "Futebol brasileiro simboliza trajetória do País, desde a valorização da mestiçagem ao enfrentamento maduro de dificuldades e decepções". A matéria foi publicada ontem na *Folha*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

É o que dizer do trauma de 1950, tão indelével no psiquismo de tantos brasileiros quanto incompreensível, na sua aparente leviandade, para quase todo estrangeiro? Naquela decepção devastadora, o futebol brasileiro se tornou adulto; uma nação inteira, em termos psicológicos, terá aprendido a temperar o princípio do prazer, próprio da infância, com o princípio da realidade.

Depois da retumbante sequência de 1958, 1962 e 1970, era como se os europeus aprendessem afinal a deter a inventividade do futebol brasileiro, e este fosse forçado a absorver novos rigores técnicos. Não tem sido outra a dialética entre o nosso futebol e o argentino e o outro polo -a Europa- que pesa nesse esporte hoje efetivamente global. Também nesse sentido o futebol tem um simbolismo que transcende os estádios.

Como não poderia deixar de ser, esta *Folha* deseja sorte à seleção brasileira na África do Sul. Que nossos jogadores possam acrescentar novos reflexos ao espelho da nação e que esta se reconheça na projeção internacional de seus exemplos notáveis de criação, trabalho de equipe, elegância, espírito esportivo e respeito pelo outro.

Discurso da ex. Ministra Dilma Rousseff.

Queridas companheiras e queridos companheiros,

Minha emoção é muito grande. Minha alegria também. Por esta festa tão cheia de energia, de confiança e esperança.

Sei que esta festa não é para homenagear uma candidata. Aqui se celebra, em primeiro lugar, a mulher brasileira! Aqui se consagra e se afirma a capacidade de ser – e de fazer – da mulher.

É em nome de todas as mulheres do Brasil – em especial de minha mãe e de minha filha – que recebo esta homenagem.

É também em nome delas que abraço esta missão conferida por meu querido partido, o PT, e pelos importantes partidos da nossa coligação. A energia que move esta grande festa brasileira é a força do trabalho – e do sonho – de um povo que nunca se dobrou, sempre lutou e jamais perdeu a esperança. E que levou à Presidência um trabalhador, que provou que um novo Brasil é possível.

Um Brasil justo, forte, democrático e independente. Cheio de oportunidades para todas as brasileiras e todos os brasileiros.

Não é por acaso que depois deste grande homem, o nosso Brasil possa ser governado por uma mulher.

Por uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula – mas que fará um Brasil de Lula com alma e coração de mulher.

Lula mudou o Brasil e o Brasil quer seguir mudando.

A continuidade que o Brasil deseja é a continuidade da mudança.

É seguir mudando, para melhor, o emprego, a saúde, a segurança, a educação. É seguir mudando com mais crescimento e inclusão social para que outros milhões de brasileiros saiam da pobreza e entrem na classe média. É seguir mudando para diminuir ainda mais a desigualdade entre pessoas, regiões, gêneros e etnias.

Queridas companheiras e queridos companheiros,

A distância entre o sonhar e o fazer pode ser bem mais curta do que se imagina, desde que a gente tenha coragem, competência e determinação. Foi o que ocorreu neste governo, quando alcançamos conquistas que tantos julgavam impossíveis.

Vimos se confirmar o que o presidente Lula dissera no início do primeiro governo

“Vamos começar fazendo apenas o necessário. Depois, vamos fazer o possível e, quando menos se esperar, nós estaremos realizando o impossível”. Quan-

do me perguntam como isso aconteceu, respondo: foi porque trabalhamos com a cabeça e com o coração.

Foi porque trabalhamos primeiro, para as pessoas. E ao trabalharmos primeiro para as pessoas, produzimos resultados surpreendentes.

Quando perguntam como isto aconteceu, eu também respondo: foi porque soubemos abrir novos caminhos, quebrando antigos tabus.

O tabu mais importante que derrubamos foi o de que era impossível governar para todos os brasileiros.

Historicamente, quase todos governantes brasileiros governaram para um terço da população. Para muitos deles, o resto era peso, estorvo e carga. Falavam que tinham que arrumar a casa primeiro. Falavam e nunca arrumavam. Porque é impossível arrumar uma casa deixando dois terços dos filhos ao relento, a margem do progresso e da civilização.

Resultado: o Brasil era uma casa dividida, marcada pela injustiça e pelo ressentimento, que desperdiçava suas melhores energias.

Nós, do governo do presidente Lula, fizemos o contrário. Chegamos à conclusão de que só fazia sentido governar se fosse para todos. E provamos que aquilo que era considerado estorvo era, na verdade, força e impulso para crescer.

Quebramos o tabu e provamos que incluir os mais fracos e os mais necessitados ao processo de desenvolvimento do país é um caminho socialmente correto, politicamente indispensável e economicamente estimulador.

Companheiras e companheiros, nós queremos e podemos fazer mais e melhor.

Para realizar esta grande tarefa não basta apenas querer. Ou dizer que vai fazer.

É preciso conhecer bem o Brasil, o governo e ter projetos que ampliem e acelerem o que está sendo feito.

É preciso, ainda, estar do lado certo e com a postura correta.

Dar prioridade e apoio aos que mais precisam, porém governando para todos os brasileiros e brasileiras.

É preciso acreditar no Brasil. Acreditar que podemos erradicar a miséria e nos tornar um país com uma das maiores e mais vigorosas classes médias do mundo.

Podemos alcançar isso porque somos um povo criativo e empreendedor; temos uma democracia sólida; um vibrante mercado interno; a maior reserva florestal e a mais limpa matriz energética do planeta; um parque industrial diversificado; uma agricultura forte; e desfrutamos de estabilidade econômica, agora com

grandes reservas internacionais superiores a nossos compromissos externos.

Mas para ampliar o que conquistamos, precisamos reforçar o planejamento e a integração entre Estado e setor produtivo; governo e sociedade; União, estados e municípios.

Este trabalho conjunto terá como prioridades:

Educação de qualidade, dando seqüência à transformação educacional em curso – da creche a pós-graduação.

Isso significa:

Dar especial atenção à formação continuada de professores para o ensino fundamental e médio;

Fazer com que os professores tenham, pelo menos, o curso universitário e uma remuneração condizente com a sua importância;

Avaliar o aluno e as nossas escolas para garantir a qualidade do ensino fundamental e médio;

Espalhar a educação profissionalizante por todo o país, interiorizando o ensino técnico;

Garantir a qualificação do ensino universitário, com ênfase na pós-graduação; Equipar as escolas com banda larga gratuita e assegurar bolsas de estudo e apoio aos alunos;

Enfim, formar jovens preparados para nos conduzir à sociedade da tecnologia e do conhecimento.

Se eleita presidente, vou liderar, sem descanso, este processo.

Para o Brasil seguir mudando, para melhor, é fundamental promover um salto de qualidade na assistência universal promovida pelo SUS.

Nossas prioridades na saúde estarão baseadas em três pilares: financiamento adequado e estável para o Sistema; valorização das práticas preventivas; e organização dos vários níveis de atendimento, garantindo atendimento básico, ambulatorial e hospitalar de alta resolutividade em todos os estados brasileiros.

Também daremos prioridade ao desenvolvimento de fármacos, mobilizando para isso institutos de pesquisa, universidades e empresas do setor. Para o Brasil seguir mudando para melhor, precisamos investir, ainda mais, em pesquisa, inovação e política industrial.

O governo Lula foi o que mais investiu em pesquisa e inovação na história recente. Nossa meta é ampliar este esforço, focando os setores portadores de futuro – biotecnologia, nanotecnologia, agroenergia e fármacos, entre outros – e fortalecendo o tripé empresas privadas, institutos tecnológicos e redes universitárias de pesquisas.

Isso vai favorecer nosso parque industrial, nossa competitividade agrícola e nossas exportações.

Tudo que pode ser produzido de forma competitiva no Brasil, vai ser produzido no Brasil, gerando mais emprego e renda.

Para o Brasil seguir mudando, é preciso continuar investindo em inclusão digital.

A economia e a cultura contemporâneas exigem que toda a sociedade tenha acesso aos bens digitais.

Isso é fundamental para a construção de uma sociedade baseada no conhecimento.

Como Lula, quero continuar sendo a presidente da inclusão social, mas quero ser, também, a presidente da inclusão digital.

Para o Brasil seguir mudando, e a vida de seu povo ficar cada vez melhor, é preciso investir em segurança pública.

Isso exige uma ação planejada e concentrada de segurança nas áreas urbanas, a exemplo do que vem acontecendo com o Pronasci, e maior capacitação federal nas áreas de fronteira e de inteligência.

É preciso lutar contra o crime organizado. Contra o roubo de cargas. Contra o tráfico de armas e de drogas. Contra a praga destruidora do *crack*. O *crack* avança sobre a população de forma devastadora.

É um crime contra a juventude, contra a família, contra a sociedade e contra a nação.

Mas vamos vencer essa guerra. E vamos vencer, como venho dizendo, com apoio, carinho e autoridade.

Para o Brasil seguir mudando, é preciso priorizar o planejamento urbano, revigorando a meta de prover acesso universal aos serviços básico e aumentar a paz.

Melhorar o ambiente das cidades é uma ação urgente e necessária, já iniciada com o PAC.

É hora de avançar ainda mais, ampliando o acesso ao esporte, ao lazer e a cultura; ao saneamento básico; a serviços de saúde de qualidade e a um transporte eficiente.

Para o Brasil seguir mudando, é preciso continuar investindo, maciçamente, em Infraestrutura.

Vamos seguir estimulando, por meio do PAC, a parceria entre os setores públicos e privado e, assim, garantir investimentos que ampliem a competitividade de nossa economia.

Vamos construir e melhorar os portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias. Ampliar e garantir maior eficiência ao nosso sistema elétrico e aos nossos meios de transporte, incluindo o trem de alta velocidade e o transporte de carga.

Quero ser a presidente da consolidação da infraestrutura brasileira, completando o grande trabalho do presidente Lula.

Para o Brasil seguir mudando, precisamos vencer o déficit habitacional já na década que se inicia.

Com o Minha Casa, Minha Vida abrimos um viçoso caminho nesta direção. Garantimos subsídios que evitam o peso de financiamentos insuportáveis para os mais pobres. Mobilizamos o setor privado e simplificamos a burocracia do sistema.

Concebi e coordenei, a pedido do presidente Lula, este programa – portanto sei como avançar mais. E já temos pronto o projeto para mais 2 milhões de moradias.

Para o Brasil seguir mudando, temos que priorizar a economia de baixo carbono, consolidando o modelo de energia renovável que conquistamos. É preciso incentivar projetos de reflorestamento em áreas degradadas e cumprir as metas que levamos à COP 15, em especial a de redução do desmatamento.

Ao mesmo tempo, incentivaremos a pesquisa e inovação de materiais e produtos de baixo carbono e de baixo consumo de energia.

Para o Brasil seguir mudando, temos que continuar modernizando a política de desenvolvimento regional, reconhecendo as particularidades de cada região. Quero ser, depois de Lula, a presidente da moderna integração regional do país, porque vejo em nossas regiões imensos celeiros de oportunidades. Para o Brasil seguir mudando é preciso assegurar a estabilidade e continuar as reformas que melhoram o ambiente econômico, em particular a reforma tributária.

A nossa estrutura tributária é caótica, apesar de áreas de excelência na administração – e se não tivermos coragem de reconhecer isso, jamais faremos esta reforma tão urgente e necessária.

Entre outras coisas, investir na informatização de todo sistema de tributos para alargar a base da arrecadação e diminuir a alíquota dos impostos.

Outra grande meta é completar a desoneração do investimento, por seu forte efeito sobre as taxas de crescimento.

Para o Brasil seguir mudando, precisamos valorizar cada vez mais a nossa cultura.

Vamos ampliar a produção e o consumo de bens culturais com base em nossa diversidade e dar meios e oportunidades à criatividade popular.

Assim, alargaremos caminhos para que aflore a diversidade cultural brasileira, cuja riqueza e significado podem ser comparados ao da nossa biodiversidade. A cultura é o espaço por excelência da alma e da identidade de um povo. É essencial para a construção de um sentido de nação.

Para o Brasil seguir mudando, precisamos aproveitar em benefício de todo o país as extraordinárias

riquezas do pré-sal, descobertas pela nossa querida Petrobras.

Não podemos nos transformar num exportador de óleo cru. Ao contrário, devemos agregar valor ao petróleo aqui dentro, construindo refinarias e exportando derivados de maior valor.

O pré-sal, como já disse o presidente Lula, é o nosso passaporte para o futuro. Seus recursos não devem ser gastos apenas para a geração presente. Devem formar uma robusta poupança para servir, a todas brasileiras e brasileiros, com investimentos em educação, cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia e combate a pobreza.

Para o Brasil seguir mudando, precisamos aprofundar a democracia, aperfeiçoando e valorizando nossas instituições.

Unir o melhor das nossas energias para fazer a reforma política.

Quero dizer com todas as letras aos partidos políticos e ao país: não dá mais para adiar esta reforma.

Ela é uma necessidade vital para corrigir equívocos, vícios e distorções. Para dar eficácia ao voto do eleitor e credibilidade a representação parlamentar. Para dar transparência às instituições e garantir mecanismos reais de controle ao cidadão. Para fortalecer os partidos, estimular o debate público e a participação popular.

A consolidação do estado democrático de direito passa, igualmente, pela garantia e manutenção de ampla liberdade de imprensa e da livre circulação e difusão de idéias.

Exige, cada vez mais, a ampliação do direito a informação da população, com a multiplicação dos meios de comunicação. E que sejamos capazes de dar respostas abrangentes e inclusivas aos imensos desafios e as fantásticas possibilidades abertas pelo mundo digital, pela internet e pelo processo de convergência de mídias.

Para o Brasil seguir mudando, devemos ampliar nossa presença internacional, oferecendo ao mundo contribuições valiosas nas áreas econômica, de mudanças climáticas e da paz mundial.

Seguiremos defendendo, de forma intransigente, a paz mundial, a convivência harmônica dos povos, a redução de armamentos e a valorização dos espaços multilaterais.

Em especial, precisamos seguir estreitando as relações com os nossos vizinhos e promovendo a integração da América do Sul e da América Latina, sem hegemonismos, sem querer abafar ninguém, mas com ênfase na solidariedade e no desenvolvimento de todos.

Além disso, precisamos manter nosso olhar especial para a África, continente que tanto contribuiu para a nossa formação.

Companheiras e companheiros,

Para o Brasil seguir mudando é preciso, acima de tudo, manter e aprofundar o olhar social do governo do nosso grande Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É mais que simbólico que, nesse momento, o PT e os partidos aliados estejam dizendo: chegou a hora de uma mulher comandar o País.

Estejam dizendo: para ampliar e aprofundar o olhar de Lula, ninguém melhor que uma mulher na presidência da República.

Creio que eles têm toda razão.

Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa de nossos filhos e de nossa família.

Milhões e milhões de heroínas que homenageio nas figuras maravilhosas de Ilza de Nazaré, dona Raimunda dos Cocos, Giovana Abramovicz, Maria da Penha, Ivanete Pereira, Hildelene Lobato Bahia, Janaina Oliveira, Rose Marie Muraro e Maria da Conceição Tavares, que não pode comparecer, nossas convidadas especiais, exemplos vivos de luta e sensibilidade social. E quando falamos de cuidado e amparo, estamos falando de saúde, educação, segurança e emprego.

De cuidar melhor dos mais velhos e dos mais jovens.

Estamos falando de construir, no mínimo, mais 500 unidades de pronto atendimento – as UPA 24 horas. E mais 8.600 novas unidades básicas de saúde – as UBS, em todo o País.

Estamos falando de construir seis mil creches e pré-escolas. De expandir e consolidar a rede de escolas técnicas, de centros de excelência do ensino médio e de nível superior, de centros de inovação científica e tecnológica. E de ampliar o ProUni.

Estamos falando de fortalecer todos os programas sociais, com carinho especial para o Bolsa Família.

Estamos falando de ampliar o emprego e melhorar o salário.

De continuar o grande trabalho que o Presidente Lula está fazendo. Estou convencida, minhas companheiras e meus companheiros, que os próximos anos serão decisivos.

Se seguirmos mudando, se seguirmos incluindo, se seguirmos crescendo – e temos tudo para atingir esses objetivos –, o Brasil vai mudar definitivamente de patamar.

Vamos erradicar a miséria nos próximos anos. Vamos transitar de País emergente para País desenvolvido no qual a população desfruta de serviços

públicos adequados, educação de qualidade e bons empregos.

Creio que, se trabalharmos direito e fizermos as opções acertadas, podemos construir e legar para nossos filhos e netos o melhor lugar do mundo para se viver.

Companheiras e companheiros,

Durante o governo do Presidente Lula, começamos a construir um novo Brasil. Esta é a obra que quero continuar.

Com a clara consciência de que continuar não é repetir.

É avançar.

Esta é a missão que o PT e os partidos aliados colocam em minhas mãos.

É este compromisso de fazer o Brasil seguir mudando que assumo, no fundo de minha alma e do meu coração.

Este é o compromisso que vamos cumprir, com coragem e determinação, eu e meu companheiro de chapa, Michel Temer, futuro Vice-Presidente da República.

Temer: vamos fazer uma bela caminhada juntos, com nossos partidos e todos os partidos da coalizão – a coalizão dos que sabem que, da mesma forma que foi preciso somar forças para conquistar a democracia no passado, é preciso somar forças hoje para alargar ainda mais o caminho aberto pelo Presidente Lula. Estamos junto para seguir mudando não há e não haverá retornos. Nesta campanha nós vamos debater em alto nível, vamos confrontar projetos e programas. Vamos esclarecer ao povo que somos diferentes dos outros candidatos.

Mas depois de eleitos, governaremos para todos, como fez Lula, o presidente que mais uniu os brasileiros.

Sei como buscar a união de forças e não a divisão estéril. Sei como estimular o debate político sério e não o envenenamento que não serve a ninguém. Para concluir, quero lembrar uma cena que vivi ha poucos dias e me comoveu fortemente.

Eu estava num aeroporto, quando um jovem casal, com uma filhinha linda, se aproximou. E a mãe falou assim: “eu trouxe minha filha aqui pra que você diga a ela que mulher pode”.

Eu perguntei para a guria: “mulher pode o que?”. E ela: “ser presidente”. Eu disse: “pode sim, não tenha dúvida que pode”.

Sabem como é o nome desta menininha? Vitória!

Pois é para ela, e para as milhões e milhões de pequenas Vitórias e Marias, meninas deste Brasil que

não sabem ainda que uma mulher pode ser presidente, a para elas que eu quero dedicar a minha luta.

É a nossa vitória.

Para que, assim como depois de Lula, um operário brasileiro sabe que ele, seu filho, seu neto, podem ser presidente do Brasil, estas pequenas Vitórias e Marias também possam responder, quando perguntadas o que vão ser quando crescer; que elas possam responder, como fazem os meninos:

“Eu quero ser Presidente do Brasil!”

que o Brasil seja cada vez mais feliz por causa desta resposta.

Muito Obrigada.

Viva o povo brasileiro!

E rumo à vitória para o Brasil seguir mudando!

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, meu querido Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu hoje já tive oportunidade de falar como Líder do PMDB sobre a nossa Convenção...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Se V. Ex^a me permite corrigir um equívoco, graças à eficiência da Secretaria-Geral, o evento cuja realização acabamos de comunicar ocorrerá agora.

Assim, a Presidência convida a todos para a cerimônia de entrega da Medalha-Prêmio em homenagem e reconhecimento pelos 50 anos de dedicação e compromisso com o serviço público e, em especial, com o Senado Federal, aos servidores Sarah Abrahão e Antônio de Araújo Costa.

O referido evento será realizado hoje, 14 de junho, na Biblioteca do Senado Federal, às 18h30min. O Senado da República homenageia dois funcionários que têm 50 anos de relevantes serviços.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Já tive oportunidade, como dizia, de falar, como Líder do PMDB, sobre a nossa Convenção, que indicou Dilma para Presidente e Michel Temer para Vice-Presidente, mas volto agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a esta tribuna para falar de alguns temas de interesse do meu Estado das Alagoas, que tenho a honra e a satisfação de representar aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, quando esta Casa aprovou a Medida Provisória nº 472, mais uma vez demonstrou a sua plena capacidade de deliberar sobre os grandes temas de interesse do País. A Medida Provisória nº 472, que no último sábado foi convertida na Lei nº 12.249, trouxe mecanismos importantes de estímulo à economia brasileira, inclusive, Presidente Mão Santa, relacionados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Um dos pontos que destaco na nova lei, a Lei nº 12.249, de 2010, é justamente a possibilidade da renegociação das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste, tema que, desde a tramitação da Medida Provisória nº 471, fiz questão, como Líder do PMDB, de trazer ao debate desta Casa.

E fizemos, Sr. Presidente – V. Ex^a recorda também –, um acordo com o Líder do Governo no Senado Federal, Senador Romero Jucá, e com a equipe econômica para colocar esse tema, essa questão, essa renegociação no texto da Medida Provisória nº 472. Por isso, a minha satisfação.

Já disse aqui, Sr. Presidente, em outras ocasiões, que estive, pessoalmente, com o Presidente Lula e com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, buscando caminhos e alternativas para que chegássemos finalmente a bom termo para amenizar o problema do endividamento dos pequenos agricultores, sobretudo da Região Nordeste. E se fiz isso, Sr. Presidente, é porque havia, de fato, um compromisso do Presidente Lula em resolver este impasse do endividamento dos pequenos agricultores. Esse compromisso foi firmado – e quero aqui ressaltar – em Palmeira dos Índios, no ano passado, quando lá o Presidente Lula esteve para inaugurar a adutora Helenildo Ribeiro.

Sr. Presidente, faço um parêntese para dizer que a adutora Helenildo Ribeiro foi uma das primeiras obras do PAC no Nordeste, pela qual sempre trabalhamos. Para que V. Ex^a tenha uma ideia, nós viabilizamos recursos, depois colocamos essa obra no PAC e viabilizamos junto ao Presidente Lula mais R\$5 milhões para fazer as ligações domiciliares de Palmeira dos Índios.

Com a nova lei, resultante, repito, da Medida Provisória nº 472, ficam, Senador Raupp, perdoadas as dívidas de operações de crédito rural, cujos saldos devedores atualizados pelos encargos financeiros sejam de até R\$10 mil nas operações que sejam lastreadas:

I – em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);

II – em recursos mistos do FNE com outras fontes;

III – em outras fontes de crédito rural cujo risco seja da União; ou

IV – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com a lei aprovada, ficou também autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 30 de novembro de 2011, daquelas operações de crédito rural não contempladas pela remissão, pelo perdão de que falamos antes, ou seja, R\$10 mil.

Esses rebates, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chegam até a 85%, como no caso das operações ru-

rais do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

É importante, portanto, ressaltar que, de acordo com a nova lei, oriunda da Medida Provisória nº 472, com a Lei nº 12.249, aqueles que tiverem endividamento até R\$80 mil e não disponham de capacidade de pagamento para honrar sua dívida, poderão solicitar desconto adicional para liquidação do seu débito, mediante apresentação de pedido à instituição financeira pública federal detentora da operação.

Sr. Presidente, conseguimos também que o Governo suspendesse, até 30 de novembro de 2010, as execuções judiciais que estavam criando verdadeiro ambiente de terror para os agricultores da Região Nordeste. Essa execução era absurda e não colaborava com a solução do problema do endividamento dos pequenos agricultores. Ao contrário, Presidente Mão Santa, essa execução agrava ainda mais o quadro de endividamento, condenando o pequeno produtor rural a abandonar sua atividade, com reflexos muitos negativos para a economia das regiões mais pobres do Brasil, com reflexos negativos para a economia dos Estados do Nordeste.

Eu gostaria também de mencionar que a nova Lei nº 12.249 aprovou, Sr. Presidente, quero destacar este fato, a subvenção econômica concedida aos pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar do Nordeste, especialmente de Alagoas.

Essa subvenção econômica, Presidente Mão Santa, essa equalização de custos representará um incentivo de R\$5,00 por tonelada de cana de fornecedor, limitado a R\$10 mil por produtor.

A prorrogação da subvenção, essa equalização de custos, uma prorrogação verdadeiramente, já que, no ano passado, conseguimos a edição de uma medida provisória para a safra 2008/2009, e era importante, fundamental, para conseguirmos a subvenção, a equalização para a safra 2010, que aprovássemos essa subvenção no bojo dessa medida provisória. E essa subvenção, Sr. Presidente, foi recebida com muita satisfação e alegria pelos pequenos fornecedores de cana-de-açúcar do Nordeste e trará, como dissemos aqui, quero repetir, muitos benefícios para a economia rural do Estado de Alagoas.

Registro aqui, também, o sucesso – um outro tema de interesse do nosso Estado –, o êxito do leilão realizado pela Bovespa, na última sexta-feira, que permitirá, Sr. Presidente, a instalação em Arapiraca, das linhas de transmissão de energia elétrica pela Chesf e da subestação.

No ano que passou, o nosso querido Senador Edison Lobão, o então Ministro das Minas e Energia, fez questão de ir a Arapiraca comigo para anunciar esse investimento, importantíssimo para a economia do Estado.

Trata-se, Sr. Presidente, de um importante projeto para Alagoas e para os alagoanos, já que prevê, como dizia, a construção de quase 50km de linhas de transmissão de energia elétrica e a construção de uma subestação, devendo movimentar recursos da ordem de R\$58 milhões, nessa fase inicial da construção.

A implantação das novas linhas de transmissão da Chesf, além de garantir o fornecimento para as empresas já instaladas naquela região, viabilizará, Sr. Presidente, Srs. Senadores, outros empreendimentos importantes para Arapiraca e para Alagoas. Esse investimento vai resolver o problema de fornecimento de energia no agreste e no sertão de Alagoas pelos próximos trinta anos. Por isso merece ser, sim, ressaltado, merece ser, sim, comemorado.

Todos os Municípios do agreste e do sertão de Alagoas serão beneficiados pela expansão da expansão da capacidade de transmissão de energia elétrica, a partir desse obra a cabo da Chesf.

Aliás, Sr. Presidente, quero destacar também que, com uma maior oferta de energia elétrica, Alagoas terá condições concretas para avançar no projeto Serrote da Laje, da mineradora Vale Verde, no Município de Craíbas, cidade distante 12km do Município de Arapiraca,

Esse projeto contará com investimentos de R\$1 bilhão e abrangerá uma mina a céu aberto e plantas de beneficiamento, que devem processar mais de 40 toneladas por dia de minérios, de ferro e de cobre.

As estimativas apontam, Sr. Presidente, que o projeto Serrote da Laje vai gerar mais de dois mil empregos diretos e aproveitar a mão-de-obra local na construção e operação.

Eu já disse e queria repetir que nós precisamos, para tanto, do fornecimento de energia elétrica. E também nós precisamos estabilizar o fornecimento da água em Arapiraca e em Craíbas, naquela região, porque a energia elétrica e a água são insumos insubstituíveis para a mineração.

Parabéns, portanto, à Chesf por arrematar no leilão os lotes para expansão da capacidade energética. Parabéns ao povo do agreste e do sertão de Alagoas por mais essas conquistas para a economia do nosso Estado.

Quanto a esses avanços, Sr. Presidente, não poderia, sinceramente, aqui cometer uma injustiça. Está sendo muito, muito importante mesmo a grande

parceria do Presidente Lula em todos esses projetos de interesse do Estado de Alagoas.

Reconheço que, em todas as ocasiões que tratei de assuntos relacionados ao desenvolvimento do meu Estado de Alagoas, pude contar com a boa vontade do Presidente Lula.

A renegociação das dívidas dos pequenos agricultores do Nordeste e a prorrogação da subvenção, da equalização de custo da cana-de-açúcar, temas delicados e de grande importância para Alagoas e para o Nordeste, são, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um exemplo vivo dessa boa vontade política do Presidente Lula com o nosso Estado.

Como já disse aqui desta tribuna, o trabalho, Senador Mão Santa, de um Senador deve ir muito além da fala, deve ir muito além do discurso. Por isso, tenho buscado, com equilíbrio, com paciência e com muita persistência, levar novos investimentos e empreendimentos do Governo Federal para Alagoas e contornar, com isso, Sr. Presidente, problemas estruturais que comprometem, que continuam a comprometer o desenvolvimento do Estado de Alagoas.

Cada centavo do Governo Federal que se investe em Alagoas é mais renda que se gera, é mais emprego que se cria, é mais bem estar que se propicia aos alagoanos.

Fico, Presidente Mão Santa, muito satisfeito em perceber que esse nosso trabalho no Senado Federal, esse trabalho por Alagoas é de fato um trabalho que faz a melhoria das condições de vida do povo alagoano, que faz a diferença, Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Como último inscrito, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, como Líder do Governo... Aliás, Vice-Líder do Governo Congresso Nacional.

É que V. Ex^a é tão grande que o coloco logo em primeiro lugar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Sou Vice-Líder do Governo no Congresso e, como a Líder não está aqui, a Senadora Ideli Salvatti, que admiro muito, sei que neste momento estou representando a liderança do Governo no Congresso Nacional.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, subo a esta tribuna para falar de dois assuntos: da transposição dos servidores de Rondônia, que foi sancionada pelo Presidente Lula no último dia 11, e das convenções realizadas neste último final de semana.

Falo primeiro das convenções do PMDB e do Partido dos Trabalhadores que foram realizadas aqui em Brasília.

Tivemos também outras convenções, como a Convenção Nacional do PDT, que foi realizada no Estado de São Paulo, em apoio também à Ministra Dilma, candidata à Presidência da República.

Mas eu tive o privilégio, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de presidir a Convenção Nacional do PMDB por um bom período, enquanto o Presidente Michel Temer chegava lá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. E foi uma convenção extraordinária, diria que uma das convenções mais bonitas da história do PMDB, onde, por mais de 80% dos votos, o Presidente Michel Temer, que é Presidente Nacional do PMDB e Presidente da Câmara dos Deputados, foi indicado e aprovado, votado em convenção, para ser o candidato a Vice-Presidente na chapa da Ministra Dilma.

Então, Michel Temer teve mais de 80% dos votos, disputou com outros dois candidatos, foi vitorioso, teve uma vitória esmagadora, porque conseguiu, ao longo dos últimos anos, unificar o PMDB em todo o território nacional. Tanto é que teve a sua vitória também na recondução para Presidente do PMDB, onde fui eleito Vice-Presidente Nacional do PMDB e agora, mais uma vez, consagrado nas urnas como candidato oficial à Vice-Presidência da República.

Então, foi uma convenção realizada com muito sucesso, com a presença maciça dos convencionais de todo o Brasil.

Tive a oportunidade, também, de participar da convenção do PT, Partido dos Trabalhadores, que foi realizada no dia de ontem, 13 de junho. Nela, também a Ministra Dilma foi eleita, por aclamação, como candidata à Presidência da República.

Eu diria que a chapa Dilma/Michel Temer é uma chapa perfeita. É uma chapa que reúne uma pessoa como a Ministra Dilma, com uma determinação extraordinária, com capacidade administrativa comprovada por todos os cargos por que passou até agora, com o Presidente Michel Temer, como parceiro de chapa, que tem experiência mais legislativa do que executiva, mas que já foi, também, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, quando fez um trabalho maravilhoso. A primeira Delegacia da Mulher do Brasil foi instalada em São Paulo, quando Michel Temer era Secretário de Segurança Pública do Estado. Então, é um homem experimentado, tanto no Executivo quanto no Legislativo, e um conciliador. Ele conseguiu unificar o PMDB, o maior Partido do Brasil. Essa não era uma tarefa fácil, mas ele conseguiu, por meio do diálogo e da perseverança, unificar o PMDB em todo o território nacional.

Então, a eleição ainda está pela frente, a campanha começa a partir do dia 5 de julho, depois do

registro das candidaturas, mas já se desenha uma campanha vitoriosa.

Acredito que a chapa da Ministra Dilma e do Presidente Michel Temer deve obter êxito também, assim como obteve nas convenções, na disputa eleitoral de 2010, para continuar o trabalho que está sendo feito pelo Presidente Lula, com sucesso absoluto, com índices de crescimento acima dos da maioria dos países ricos, dos países desenvolvidos. O Brasil, hoje, dá um *show* de crescimento econômico, depois da crise global. Devemos crescer, neste ano, em torno de 7% a 8% do Produto Interno Bruto (PIB), assim gerando emprego e renda para a população do nosso País e tirando, com certeza, nos próximos anos, assim como aconteceu no passado, milhões e milhões de brasileiros da linha de pobreza para a classe média.

Eu queria, Sr. Presidente, falar um pouco da transposição dos servidores do Estado de Rondônia. Nós trabalhamos muito. Não foi por falta de trabalho que não obtivemos sucesso total. Não sabemos ainda ao certo, mas esse projeto já foi sancionado.

Chega ao plenário o Presidente José Sarney, que também teve papel importante na convenção de que acabei de falar.

Presidente Sarney, na convenção vitoriosa, o Presidente Temer foi eleito com mais de 80% dos votos, e, da mesma forma, ocorreu com a Ministra Dilma. Ela foi aclamada ontem. Nem foi uma votação, mas, sim, uma aclamação em torno do nome dela para candidata à Presidência da República.

Eu disse que a Ministra Dilma e Michel Temer formam uma chapa perfeita. A experiência administrativa da Ministra Dilma já foi comprovada em vários cargos que ocupou nos Estados e em nível nacional, e Michel Temer já foi Secretário de Segurança Pública de São Paulo, já foi Presidente, por várias vezes, da Câmara dos Deputados e Presidente Nacional do PMDB, também por várias vezes. Então, é um homem talhado, que vai, com certeza, ajudar muito a Ministra Dilma a governar o nosso País e a dar continuidade ao progresso e ao desenvolvimento do nosso País.

Eu falava também da transposição dos servidores de Rondônia.

V. Ex^a é Senador pelo Estado do Amapá e já foi Presidente da República, justamente na época em que Amapá e Roraima tiveram seus servidores de exterritórios integrados aos quadros da União. Nós, do Estado de Rondônia, há dezoito anos, esperamos por esse benefício. Travamos uma grande luta no Senado e na Câmara e aprovamos esse projeto, com êxito, nas duas Casas. O Governo demorou um pouco a mandar o projeto para regulamentação, e resolvemos colocar isso, de acordo com os sindicatos e com a Bancada

Federal, numa medida provisória, que foi a Medida Provisória nº 472, relatada por um Senador também da Região Norte, do Estado de Roraima, o Senador Romero Jucá, que é o Líder do Governo nesta Casa.

Recebemos a notícia – já comprovada, porque foi publicada no *Diário Oficial* de hoje – de que o Presidente Lula sancionou essa Medida Provisória na sexta-feira, dia 11, e que ela veio com alguns vetos para cá. Ainda não conseguimos analisá-la. Coloquei a assessoria do meu gabinete, com a consultoria do Senado e com assessores de outros gabinetes da Bancada de Rondônia, para fazer um estudo minucioso da sanção e dos pequenos vetos que ocorreram no texto desse projeto. A partir de amanhã, mais provavelmente na quarta-feira, marcaremos uma reunião em Rondônia, com os sindicatos e com os membros da Bancada, para discutirmos essa Medida Provisória, a sanção e os vetos do Presidente Lula.

Quero tranquilizar os servidores de Rondônia, porque, neste momento de angústia e de apreensão, saem muitas notícias desencontradas. Mas, somente depois de um estudo, porque é uma matéria muito complexa – sempre o foi –, é que vamos poder detalhar para os sindicatos e para os servidores de Rondônia o que foi sancionado, aprovado, e o que foi vetado, para a gente traçar outras estratégias para aquilo que foi vetado e para agradecer por aquilo que foi sancionado.

Acredito que, em sua maioria, nossas pretensões, as pretensões dos servidores de Rondônia foram atendidas nessa sanção presidencial – falo da maioria dos servidores da educação, da saúde, da Polícia Civil, da Polícia Militar.

Não está muito clara – e também isto não estava muito claro no texto redigido pelo Ministério do Planejamento – a questão das empresas estatais, da Ceron, do Caed, do Beron, da Teleron e das empresas de economia mista. Há uma possibilidade grande de entrarem também essas empresas.

Quanto aos Poderes, da mesma forma, isso também ainda não está muito claro no projeto sancionado pelo Presidente da República, mas a equipe de técnicos está discutindo a questão, para que possamos dar, com clareza, uma informação mais precisa a partir de amanhã e de quarta-feira.

Já está marcada uma reunião para quarta-feira, às 9 horas, em Porto Velho, com os sindicatos e com a Bancada Federal. Nela, vamos esclarecer todas essas questões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Contamos com a presença do Presidente Sarney no plenário. Ele vive como Padre Antônio Vieira, fonte de

inspiração do Presidente Sarney, que disse que palavras sem exemplo são como tiro sem bala. Ele dá o exemplo do trabalho e Padre Antônio Vieira disse que o exemplo arrasta.

Eu quero comunicar ao Senado que o Presidente Sarney convida a todos para a cerimônia de entrega da Medalha-Prêmio, em homenagem e reconhecimento pelos 50 anos de dedicação e compromisso com o serviço público e, em especial, com o Senado Federal, aos servidores Sarah Abrahão e Antônio Araújo Costa.

O referido evento será realizado hoje, 14 de junho, na Biblioteca do Senado Federal, às 18 horas e 30 minutos.

Lembro que, amanhã, a sessão será realizada às 10 horas.

Geraldo Vandré disse que a vida não se resume em festivais e eu digo que a vida não se resume em futebol. Então, o Senado da República, na sua responsabilidade, antecipa para as 10 horas a sessão de terça-feira, não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma imprensa livre é fundamental para o funcionamento do sistema democrático, disse o presidente Lula, em dezembro, na abertura da 1^a Conferência Nacional de Comunicação, em Brasília. Como ele assinalou, o melhor meio de corrigir os excessos da imprensa “é mantê-la livre para apurar e publicar o que achar correto”.

Nos países em que a democracia é exercida em sua plenitude, não há instrumentos que permitam o cerceamento da liberdade de imprensa. Sua função de controle social é considerada indispensável para o combate aos abusos, à corrupção e a tantos desvios que comprometem a ação do Estado em favor dos cidadãos.

Mas há o outro lado da moeda, que mereceu uma análise lúcida do jornalista Pedro Cafardo, em artigo publicado na edição de quarta-feira, 3, do jornal Valor Econômico. Nele, o profissional reflete sobre os excessos cometidos pela imprensa durante o período da campanha presidencial de 2006, e enfatiza a necessidade de que os meios de comunicação submetam-se a um auto-exame a respeito de seu comportamento, para não repetir erros do passado.

Para o jornalista, nossa imprensa precisa de uma reflexão séria sobre os limites da ética. Ele indaga em

seu artigo: “Pode um colunista, por exemplo, bater sistematicamente na mesma tecla, fazendo acusações e críticas a um candidato, sem nenhuma comprovação e sem dar espaço à defesa do acusado? Pode uma manchete de página chamar um candidato de ladrão, sob o argumento de que a afirmação foi feita “on the record” (ou seja, foi feita para ser publicada), por um entrevistado do partido adversário? Repórteres podem acobertar uma fonte, mesmo sabendo que ela mente para esconder sua própria lambança?”

Pedro Cafardo aponta o que chama de “um clássico escorregão da mídia, na campanha eleitoral ou fora dela”, que é o de divulgar denúncias que levam o leitor a identificar acusados como culpados. Cabe à imprensa, diz em seu artigo, cuidar para não fazer pré-julgamentos, ainda que isso às vezes signifique a perda de um “furo” de reportagem.

E conclui: “A imprensa tem a obrigação de praticar a autocritica e se submeter com mais humildade a avaliações externas sobre a qualidade e a imparcialidade de seu trabalho informativo” – desde que, é claro, sejam respeitadas a liberdade de informação e as diferenças de opinião.

A facilidade com que reputações são destruídas ou sofrem danos permanentes em nosso país ocorre muitas vezes devido à causa apontada pelo jornalista: reportagens em que os dados são apurados às pressas, sem a conferência adequada e necessária, carentes de provas que as justifiquem e repletas de contradições, ganham as páginas de jornais e revistas, tudo em nome da pressa, da necessidade de noticiar algo “exclusivo” – mesmo que até uma análise superficial revele deficiências gritantes em seu conteúdo.

Fontes pouco confiáveis, em busca de projeção ou movidas por vingança pessoal ou algum outro propósito escuso, conquistam destaque e uma suposta credibilidade, que não demora a desmoronar. Mas aí o estrago já está feito.

Não se trata de propor limites à livre atuação da imprensa, o que seria absurdo, muito menos de criar mecanismos controladores que dificultem seu trabalho. Mas é necessário, principalmente agora que se aproxima a campanha eleitoral, respeitar os princípios básicos que devem nortear o bom jornalismo. Um deles manda desconfiar de toda fonte.

O professor Felipe Pena, no livro “Teoria do Jornalismo”, diz: “A fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos “óculos” de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses”.

Logo, se uma fonte levanta acusações, com ou sem provas sólidas, é dever elementar de qualquer jornalista digno de exercer a profissão investigar tais denúncias a fundo. Ele deve sair em busca de documentos, confrontar dados, vasculhar passado e presente tanto do denunciante como do denunciado.

O ceticismo, novamente segundo Felipe Pena, é o principal elemento na relação do jornalista com as fontes. Desconfiança, no exercício da atividade jornalística, não é pecado. É, como ele diz, uma norma de sobrevivência. É também o meio de garantir a credibilidade das reportagens publicadas. E, sem credibilidade, não há órgão de imprensa que sobreviva por muito tempo.

A proximidade das eleições é uma excelente oportunidade para que os meios de comunicação exercitem a autocrítica e evitem os excessos que tanto prejudicam a relação de confiança que deve existir entre eles e seus leitores, ouvintes e telespectadores.

A SR^a. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa requerimento de Voto de Aplauso pelos 75 anos de existência dos Alcoólicos Anônimos, irmandade que tem origem num movimento religioso criado no início do século passado por estudantes da Universidade de Oxford, Inglaterra.

Com o nome de Grupo Oxford, o movimento rapidamente se espalhou pelo mundo. Nos EUA eram liderados, prioritariamente, por religiosos ligados à igreja anglicana. Àquela época muitos entendiam que o tratamento do alcoolismo dava-se, especialmente, por conversão espiritual. Um dos primeiros beneficiados com os trabalhos do Grupo Oxford, foi o banqueiro americano e ex-senador Roland Hazard, que, desenganado pelo seu médico passou a participar das reuniões do grupo e conseguiu parar de beber.

A partir de então, Roland Hazard, dedicou-se intensamente ao recrutamento de pessoas para integrar os grupos que tinham forte conotação religiosa. Ebby Thatcher, um alcoólatra que vivia uma situação muito difícil foi curado da embriaguez e, rapidamente, passou a fazer incisivas pregações religiosas na Igreja do Calvário.

Em 1934, Ebby Thatcher, reencontrou seu antigo colega de bebedeiras, Bill Wilson, corretor da bolsa de valores que estava com a carreira profissional completamente arruinada e aconselhou-o a procurar tratamento espiritual para se livrar do alcoolismo. Bill Wilson tratou-se no Hospital Charles B. Towns em New York. Enquanto hospitalizado, Bill Wilson experimentou o que ele acreditou ser uma experiência espiritual e,

convencido da existência de Deus, foi capaz de parar de beber.

Em seguida, Bill Wilson e Ebby Thatcher, passaram a participar das reuniões do Grupo Oxford. Em pouco tempo Bill começou a notar que devido ao rigor e formalidade religiosa, muitas pessoas não se sentiam a vontade para expor suas experiências o que dificultava, sobremaneira, a reciprocidade de informações fator considerado fundamental para o sucesso da recuperação.

Em 1935, durante uma viagem de negócios a Ohio, Bill Wilson, sentindo o impulso de beber novamente e, num esforço para se manter sóbrio, pediu ajuda ao cirurgião Dr. Bob Smith, também alcoólatra e membro do Grupo Oxford. O encontro produziu em Bob Smith um efeito imediato. Pela primeira vez encontrava-se cara a cara com um companheiro alcoólatra que havia conseguido deixar de beber.

Depois de muitas trocas de experiências, confidências e, especialmente por não concordarem integralmente com a forma de atuação do Grupo Oxford, Bill Wilson e Bob Smith resolveram, no dia 10 de junho de 1935, fundar o movimento onde os alcoólatras são os atores principais: Alcoólicos Anônimos.

Em 1937, os Alcoólicos Anônimos já tinha ajudado 40 alcoólatras a tornarem-se sóbrios e, dois anos depois, o grupo cresceu para cerca de 100 membros, e hoje já atende aproximadamente 3.000.000 (três milhões) de pessoas espalhadas por mais de 170 países.

No Brasil, os Alcoólicos Anônimos, passaram a atuar a partir da década de 40, mais precisamente, no dia 05 de setembro de 1947. Portanto, há mais de 60 anos, os brasileiros vêm contando com essa irmandade de homens e mulheres que objetivam compartilhar experiências a fim de resolver seu problema comum e ajudar os outros a se recuperarem do alcoolismo.

Atualmente os Alcoólicos Anônimos possuem escritórios nas 27 unidades da federação, sendo que a sede nacional fica no Estado de São Paulo. Existem em funcionamento no Brasil mais de 4.800 (quatro mil e oitocentos) grupos de recuperação que congregam mais de 120.000 (cento e vinte mil) pessoas.

No Estado de Rondônia, que tenho a honra de representá-lo no Senado Federal, o AA chegou em 20 de novembro de 1979 e atualmente está presente em 16 municípios, onde funcionam 29 grupos locais autônomos de recuperação, constituídos de homens, mulheres, adolescentes, idosos, sem distinção de cor, raça, religião ou qualquer outro tipo de discriminação.

Sr. Presidente,

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores

Devo ressaltar que único requisito para se tornar membro da entidade é o desejo de parar de beber. Não há necessidade de pagar taxas ou mensalidades: a irmandade é auto-suficiente graças às próprias contribuições; não está ligada a nenhuma religião, seita, partido político, organização ou instituição. Não entra em qualquer controvérsia, não apóia e nem combate quaisquer causas:

No AA as pessoas se reúnem livremente para trocar experiências na recuperação de problemas, especialmente, os decorrentes do alcoolismo. A recuperação dá-se através de experiências de grupos. É bem verdade que nem todos que procuram o AA conseguem se libertar do alcoolismo, mas o índice de sucesso é considerado alto.

Concordando com as informações da OMS, os AA entendem que o alcoolismo é uma doença eminentemente emocional e, como tal, são consideradas as pessoas que procuram a irmandade. Aquelas que não conseguem se recuperar são encaminhadas para tratamento profissional adequado.

Nesta oportunidade, parablenizo efusivamente a importante instituição pelos seus 75 anos de existência e, em nome de milhares de famílias brasileiras, agradeço pelas inúmeras vidas que os AA conseguiram afastar / libertar dessa doença terrível, que é o alcoolismo.

Fica, portanto, o nosso reconhecimento pelo excelente trabalho prestado pelos anônimos que, mesmo no anonimato, conseguem oferecer à sociedade brasileira uma imensurável contribuição.

Muitos anos de atividades aos Alcoólicos Anônimos!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)
– Segundo a nossa Secretária-Geral Executiva, Dr^a Cláudia Lyra, não há nada mais a tratar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2010. Às dez horas do dia oito de abril de dois mil e dez, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; Patrícia Saboia, Quarta-Secretária; e os suplentes Adelmir Santana e Cícero Lucena. Em seguida, passou-se ao exame dos itens da pauta: **Item 01:** Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, realizada em 17 de dezembro de 2009. Aprovada. **Item 02:** Minuta de Ato da Comissão Diretora alterando o Ato da Comissão Diretora n° 25, de 2002, autorizando que os recursos do Fundo de Reserva do SIS também possam ser aplicados em CDBs e RDBs do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional, além de caderneta de poupança, conforme encaminhamento do Conselho de Supervisão do SIS. Aprovado. **Item 03:** Minuta de Ato da Comissão Diretora dispondo sobre a unificação da área de compras e contratações, e da área de orçamento, finanças e contabilidade do Senado Federal, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP e da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN. Aprovado. **Item 04:** Minuta de Ato da Comissão Diretora autorizando a devolução à Imprensa Nacional de duas máquinas impressoras, conforme AVISO n° 1019/C.Civil da Presidência da República, de que trata o processo 023.400/09-9. Aprovado. **Item 05:** Referendo a autorizações do Presidente aos processos 005.630/10-0, 001.407/10-4, 005.175/10-0, 006.337/10-4, 002.424/10-0, 002.574/10-0, 008.060/10-0, 004.510/10-0 e 006.495/10-9. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e quarenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, *Haroldo Feitosa Tajra* (Haroldo Feitosa Tajra), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 08 de abril de 2010

José Sarney

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Marconi Perillo

Heráclito Fortes

Mão Santa

Patrícia Saboia

Adelmir Santana

Cícero Lucena

ATO DO PRESIDENTE Nº 192 , de 2010

Institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão de Juristas destinada a estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será presidida pelo Ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, e será composta pelos seguintes juristas:

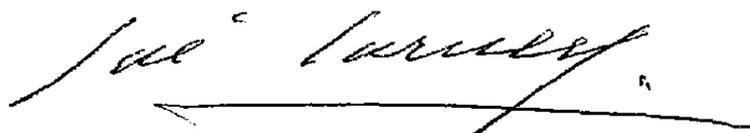
- I – Admar Gonzaga Neto;
- II – Arnaldo Versiani Leite Soares;
- III – Carlos Caputo Bastos;
- IV – Carlos Mário da Silva Velloso;
- V – Edson de Resende Castro;
- VI – Fernando Neves da Silva;
- VII – Hamilton Carvalhido;
- VIII – Joelson Costa Dias;
- IX – José Eliton de Figuerêdo Júnior;
- X – Luciana Müller Chaves;
- XI – Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho;
- XII – Márcio Silva;
- XIII – Marcus Vinicius Furtado Coelho;
- XIV – Roberto Monteiro Gurgel Santos;
- XV – Raimundo Cezar Britto;
- XVI – Torquato Lorena Jardim.

Art. 3º A participação na referida Comissão não será remunerada a nenhum título, constituindo serviço público relevante prestado ao Senado Federal.

Art. 4º As despesas necessárias ao funcionamento da Comissão constarão da mesma rubrica orçamentária destinada às comissões temporárias especiais, e se destinarão a gastos com transporte, hospedagem, organização de eventos, publicações e demais ações imprescindíveis a seu funcionamento e objetivos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 08 de junho , de 2010



Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

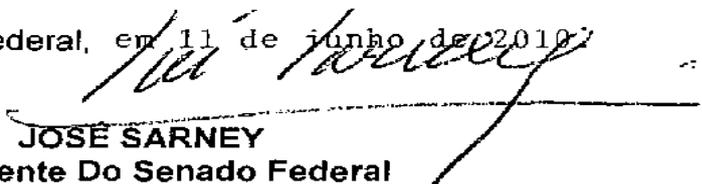
ATO DO PRESIDENTE
Nº 193 , DE 2010

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no processo nº **014112/10-8**,

RESOLVE:

Nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RENATO PARENTE**, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Diretoria-Geral**, Símbolo **SF-02**, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010.


JOSÉ SARNEY
Presidente Do Senado Federal

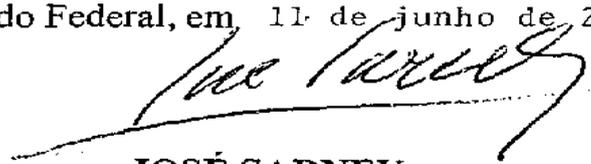
ATO DO PRESIDENTE
Nº 194 , DE 2010

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

O servidor **JOSÉ OSTOM DAMASCENO**, matrícula **200569**, atualmente ocupante do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo **SF-01**, do Gabinete do Senador Gim Argello, passa a ocupar o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo **AP-01**, do Órgão Central de Coordenação e Execução, mantendo o mesmo exercício.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010


JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

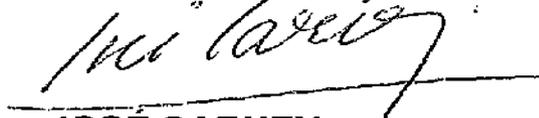
ATO DO PRESIDENTE
Nº 195 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

O servidor **ANTÔNIO LEONARDO GOMES NETO**, matrícula **181990**, atualmente ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, passa a ocupar o mesmo cargo em comissão do Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

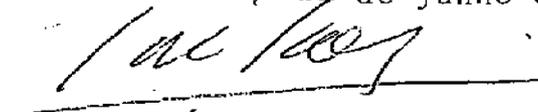
ATO DO PRESIDENTE
Nº 196 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

A servidora **CLÁUDIA FERNANDES BATISTA**, matrícula **194065**, atualmente ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, passa a ocupar o mesmo cargo em comissão do Gabinete do Senador Edison Lobão.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 197 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

A servidora **PAULA CABRERA DA SILVA TRAZZI**, matrícula **216905**, atualmente ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Gabinete do Senador Edison Lobão, passa a ocupar o mesmo cargo em comissão do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 198 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

A servidora **NICOLE VICTOR RODRIGUES**, matrícula **217818**, atualmente ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP-03, do Gabinete do Senador Edison Lobão, passa a ocupar o mesmo cargo em comissão do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010



JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 4 , DE 2010

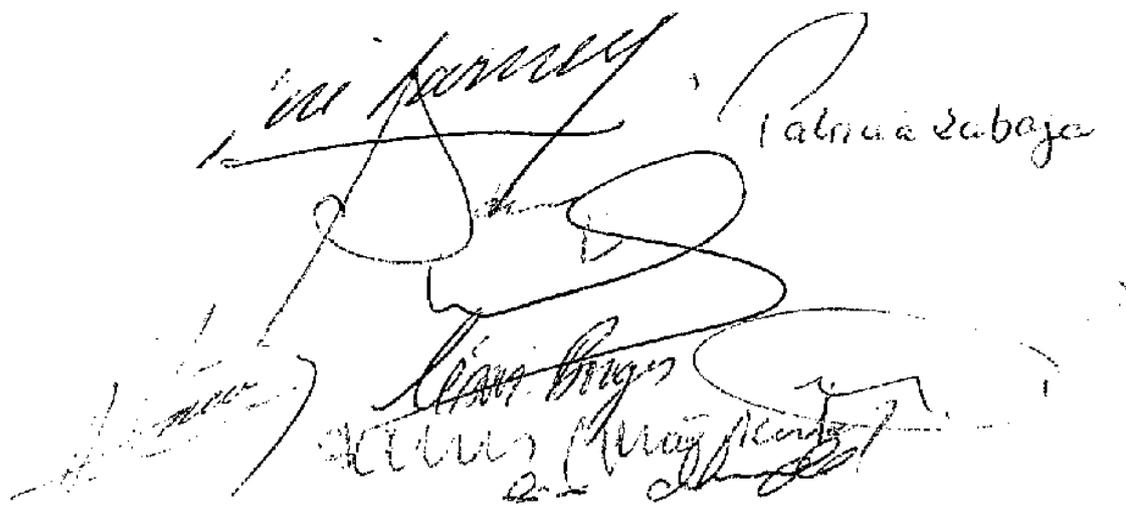
A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no Decreto nº 51.061, de 1961, complementado pelo Decreto nº 55.249, de 1964, que dispõem sobre a concessão de Medalha-Prêmio ao servidor público que completar cinquenta anos, ininterruptos ou não, de serviço público e considerando o Ato da Comissão Diretora nº 04, de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º É concedida a Medalha-Prêmio à servidora **Sarah Abrahão**, por haver completado cinquenta anos de serviço público, período em que prestou relevantes serviços ao Senado Federal, como Secretária-Geral da Mesa e atualmente como Assessora, e ao Poder Executivo, como Assessora do Ministro de Estado da Educação.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 09 de junho de 2010.



Handwritten signatures of the members of the Commission. The names are: *Patricia Sabaja*, *Leandro Braga*, and *Marcelo*.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 5 , DE 2010

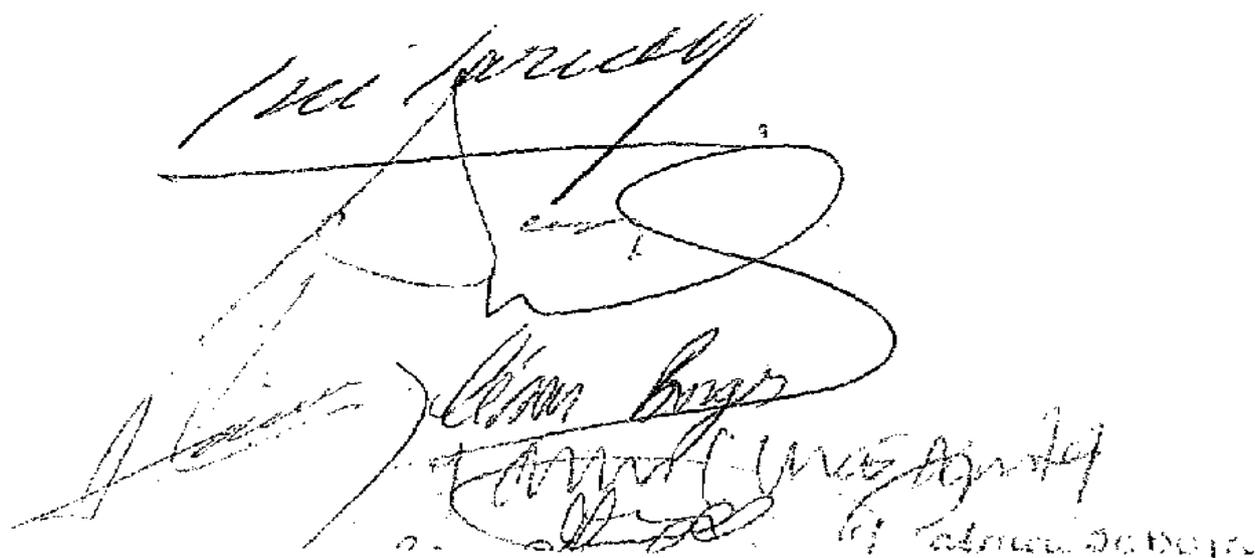
A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 51.061, de 1961, complementado pelo Decreto nº 55.249, de 1964, que dispõem sobre a concessão de Medalha-Prêmio ao servidor público que completar cinquenta anos, ininterruptos ou não, de serviço público,

RESOLVE:

Art. 1º É concedida a Medalha-Prêmio ao servidor **Antônio de Araújo Costa**, por haver completado cinquenta anos de serviço público, período em que prestou relevantes serviços a esta Casa, ao Ministério da Aeronáutica e como Assessor do Ministro da Justiça, do Ministro da Casa Civil da Presidência da República e do Vice-Presidente da República.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 09 de junho de 2010.



The image shows several handwritten signatures and stamps. At the top, there is a large, stylized signature that appears to be 'Luis Peres'. Below it, there are several other signatures, including one that clearly reads 'Luis Peres' and another that reads 'Antonio de Araújo Costa'. There are also some illegible signatures and stamps, including one that appears to be a circular stamp with the text 'Comissão Diretora' and another that reads 'Presidente da Comissão Diretora'.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 06 de 2010.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º. Autorizar a nova sistemática de cálculo e emissão da folha de pagamento por meio do processamento de folhas desmembradas ou suplementares, nos termos do Processo nº 015594/09-2.

Art. 2º. Determinar à Secretaria de Recursos Humanos adotar as providências necessárias no cumprimento desta decisão.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, 10 de junho de 2010.

José Carlos

Franco (Mário Nardy)

Leandro Braga

~~Francisco~~

Isisraia Zabeoga

Luiz Roberto

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 07 , DE 2010

Disciplina o horário de trabalho e a jornada legal dos servidores do Senado Federal.

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Este Ato dispõe sobre o funcionamento dos serviços do Senado Federal, com base no inciso XIII do art. 52 da Constituição, disciplina o horário de trabalho de seus servidores e o cumprimento da jornada prevista no art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Seção I

Do Horário de Funcionamento dos Serviços

Art. 2º O horário de funcionamento dos serviços do Senado Federal atenderá à dinâmica das atividades parlamentares da Casa e do Congresso Nacional, de modo a lhes assegurar apoio constante e eficaz.

Art. 3º O atendimento ao público externo, onde houver, será realizado, no mínimo, das oito horas e trinta minutos às dezoito horas e trinta minutos, nos dias úteis.

Parágrafo único. O período de atendimento ao público externo poderá ser temporariamente reduzido por decisão do Diretor-Geral.

Seção II

Da Jornada de Trabalho dos Servidores

Art. 4º Os servidores do Senado Federal cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições de seus cargos e das atividades de seu órgão de lotação, respeitada a duração máxima do trabalho de quarenta horas semanais e observados os limites mínimo e máximo de seis e de oito horas diárias, respectivamente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à duração do trabalho estabelecida em lei que disponha sobre casos especiais dentre servidores públicos federais, aplicando-se, no que couberem, as demais disposições deste Ato.

Art. 5º A jornada de trabalho ordinária dos servidores do Senado Federal compreende as seguintes modalidades e respectivas características:

I – comum: duração normal do trabalho diário de oito horas, com intervalo mínimo de uma hora;

II – corrida: duração normal do trabalho diário de seis horas contínuas, extensível por até duas horas para atender a necessidade do serviço, sem perder, no período de extensão, o caráter de jornada ordinária, assegurado intervalo mínimo de quinze minutos;

III – diferenciada: duração normal do trabalho igual ou superior a doze horas diárias, havendo equilíbrio entre essa duração e o correspondente intervalo interjornadas.

§ 1º O Diretor-Geral aprovará cada jornada diferenciada mediante proposta do diretor da respectiva secretaria, a fim de atender à necessidade de trabalho em turnos, plantões ou escalas.

§ 2º A jornada corrida destina-se a atender necessidade de trabalho contínuo ou de concentração de demanda em horários específicos.

§ 3º A vinculação de cada servidor a qualquer das modalidades de jornada ordinária dá-se no interesse do serviço e pode ser revista a qualquer tempo, não revogando a jornada legal mencionada no art. 4º deste Ato.

Art. 6º O serviço extraordinário somente será admitido se for previamente autorizado pela chefia imediata, observadas as condições legais e regulamentares, e será remunerado com o adicional previsto em lei.

Parágrafo único. É vedada a prestação de serviço extraordinário por período superior a duas horas diárias, salvo necessidade imperiosa reconhecida pelo Primeiro-Secretário, em face de motivo de força maior, bem como para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Art. 7º Considera-se extraordinário, nas jornadas comum e corrida, o serviço executado após o limite máximo diário ou semanal estabelecidos no art. 4º deste Ato, ou, nas jornadas diferenciadas, após o limite máximo equivalente mensal.

§ 1º Não caracteriza serviço extraordinário, na jornada corrida, o serviço realizado no período de duração normal do trabalho estendida a que se refere o inciso II do art. 5º deste Ato.

§ 2º Não caracteriza serviço extraordinário, nas jornadas diferenciadas, o trabalho executado após a oitava hora diária.

§ 3º Nos casos especiais previstos no parágrafo único do art. 4º deste Ato, apenas se considera extraordinário o serviço executado após o limite máximo semanal correspondente ou, havendo jornada diferenciada própria, após o limite máximo equivalente mensal.

Seção III Do Horário de Trabalho dos Servidores

Art. 8º O Diretor-Geral estabelecerá a jornada ordinária e o horário de trabalho dos servidores, conforme as necessidades do serviço de cada órgão.

Parágrafo único. O Diretor-Geral poderá delegar a atribuição estabelecida no caput.

Art. 9º O chefe de gabinete de senador, de liderança ou de membro da Comissão Diretora estabelecerá a jornada e o horário de trabalho dos servidores do respectivo órgão, conforme orientação do senador titular.

Seção IV Do Controle

Art. 10. O Primeiro-Secretário disciplinará o controle do cumprimento da jornada e do horário de trabalho pelos servidores, visando à observância do que dispõe este Ato.

Art. 11. As ausências, atrasos e saídas antecipadas para prestação de serviço externo contam como serviço efetivo, que será atestado pela chefia imediata na forma definida pelo Primeiro-Secretário.

Art. 12. O controle do cumprimento da jornada e do horário de trabalho dos servidores lotados nos gabinete de senador, de liderança ou de membro da Comissão Diretora poderá obedecer a sistemática definida no próprio órgão, mediante comunicação prévia do respectivo chefe de gabinete dirigida ao Diretor-Geral.

§ 1º Na hipótese do *caput*, o chefe de gabinete atestará mensalmente o controle realizado e o encaminhará à Secretaria de Recursos Humanos, na forma definida pelo Primeiro-Secretário, para fins de pagamento e demais providências.

§ 2º Apenas se admitirá o serviço extraordinário e se pagará o respectivo adicional na hipótese de controle efetivado conforme a disciplina prevista no art. 10 deste Ato.

Seção V Da Compensação de Horários

Art. 13. A compensação de horários prevista no inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso II do art. 44 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 poderá ser autorizada ao se definirem os horários de trabalho, na forma dos artigos 8º e 9º deste Ato, sempre visando ao interesse do serviço e ao cumprimento integral da jornada ordinária.

§ 1º Além da hipótese do *caput*, poderão ser compensadas, mediante autorização da chefia imediata e por meio da extensão da duração do trabalho da jornada ordinária, até o mês seguinte ao da ocorrência, as ausências justificadas, os atrasos e as saídas antecipadas.

§ 2º As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão também ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 14. Não caracteriza serviço extraordinário o trabalho realizado nos períodos de extensão da duração do trabalho para fins de compensação de horários.

Art. 15. O adicional noturno somente será devido na compensação caso o horário normal de trabalho do servidor e o período em que houver compensação estejam compreendidos no horário noturno fixado pelo artigo 75 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 16. Enquanto for possível a compensação, não serão efetuados descontos na remuneração do servidor.

Seção VI Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 17. Os servidores gozarão férias preferencialmente nos períodos de recesso parlamentar.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no *caput*, o Diretor-Geral concederá de ofício as férias devidas aos servidores, se ainda não gozadas.

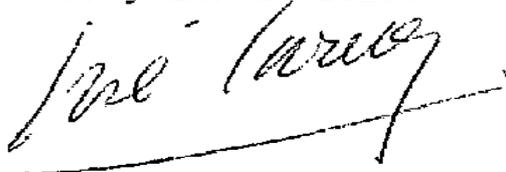
Art. 18. A secretaria, gabinete de senador, de liderança ou de membro da Comissão Diretora, cujo funcionamento for necessário nos períodos de recesso parlamentar, comunicará à Diretoria-Geral a organização do trabalho em turnos, plantões ou escalas.

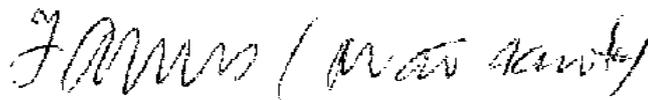
Art. 19. Nas situações especiais em que os resultados possam ser objetivamente mensurados, o Diretor-Geral poderá aprovar plano de gestão apresentado pela unidade administrativa interessada, cujo teor e acompanhamento trimestral serão publicados no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal, ficando os servidores participantes do plano dispensados do controle de que trata o art. 10 e seguintes deste Ato.

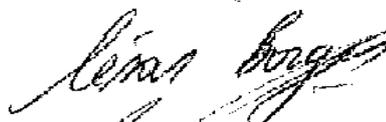
Art. 20. Os casos omissos serão decididos pelo Primeiro-Secretário.

Art. 21. Este ato entra em vigor a partir de 1º de julho de 2010.

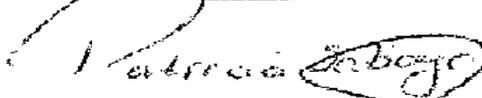
Senado Federal, em 10 de junho de 2010.

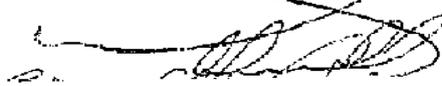












ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 08 DE 2010

Regulamenta a Resolução nº 11 de 07 de março de 1996 e dá outras providências.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º. Instituir o procedimento de credenciamentos no âmbito do Senado Federal.

Art. 2º. A credencial é o documento que identifica e autoriza a pessoa para ter acesso às áreas do Senado Federal.

DA IMPRENSA

Art. 3º. O credenciamento do profissional de imprensa para a cobertura jornalística das atividades parlamentares e do processo legislativo do Senado Federal deverá ser solicitado à Secretaria Especial de Comunicação Social em papel timbrado da empresa de jornalismo, com a assinatura e identificação do responsável legal, anexando-se os seguintes documentos:

I - cópia da Carteira de Identidade - RG;

II – cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III – cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS - com a identificação do profissional e do vínculo de trabalho com o empregador, ou cópia do contrato entre o profissional e a contratante, nos termos da lei;

IV – cópia de matéria assinada pelo jornalista e divulgada por empresa de jornalismo; ou cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS - com o registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho – DRT, quando houver exigência de norma; ou cópia da identidade da Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ;

V - uma foto 3 X 4 colorida, recente;

VI – ficha de cadastro e termo de responsabilidade assinados pelo profissional, conforme modelos disponíveis no *site* www.senado.gov.br;

VII - declaração da Comissão de Avaliação do Comitê de Imprensa aferindo o trabalho diário do profissional na cobertura das atividades parlamentares no Senado Federal.

§ 1º. A Secretaria Especial de Comunicação Social poderá solicitar cópia do contrato social e suas alterações, registradas na Junta Comercial, e cópias de matérias jornalísticas publicadas pela empresa de jornalismo solicitante, como condição para autorização do credenciamento.

§ 2º. O credenciamento do profissional de imprensa vinculado a televisão ou rádio de órgão público estadual ou federal será efetuado mediante a apresentação dos documentos exigidos no *caput*, exceto os dos incisos III e VII, quando declarado ser servidor público do órgão solicitante.

§ 3º. A solicitação de credenciamento de imprensa deverá ser entregue no setor de protocolo do Senado Federal, após conferência dos documentos pelo setor de credenciamento da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Art. 4º. O credenciamento será autorizado somente ao profissional de imprensa que comprovar vínculo trabalhista ou contratual com empresa editora de jornal diário, agência de notícias jornalística com *site* na internet, revista jornalística semanal, emissora com radiojornalismo, emissora com telejornalismo ou agência de fotojornalismo, além do profissional de imprensa com nacionalidade brasileira, mas vinculado a empresa de jornalismo estrangeira.

§ 1º. O profissional de imprensa que apresentar todos os documentos do artigo 3º será credenciado como “**Imprensa Comitê**” e terá acesso às áreas reservadas no Comitê de Imprensa, na Tribuna de Imprensa e nas demais dependências autorizadas pela Administração.

§ 2º. O profissional de imprensa que não apresentar a declaração do inciso VII do artigo 3º será credenciado como “**Imprensa**” e terá acesso às dependências autorizadas pela Administração, excetuadas as áreas reservadas no Comitê de Imprensa e na Tribuna de Imprensa.

§ 3º. O profissional credenciado como “**Imprensa**” poderá, após 60 dias corridos da autorização, requerer a credencial “**Imprensa Comitê**”, mediante juntada ao processo da declaração do inciso VII do artigo 3º.

Art. 5º. No credenciamento do profissional de imprensa com nacionalidade estrangeira, a documentação constante do artigo 3º será substituída pelas cópias do passaporte e da credencial de imprensa estrangeira expedida pelo Ministério das Relações Exteriores, que deverão ser apresentadas juntamente com a solicitação da empresa de jornalismo, a ficha de cadastro e o termo de responsabilidade, disponíveis no *site* www.senado.gov.br.

Art. 6º. O grupo de comunicação composto por empresas de jornalismo poderá credenciar até:

I - 15 repórteres/jornalistas/produtores e 5 repórteres fotográficos, por jornal diário; revista jornalística semanal e agência de notícias jornalísticas com *site* na internet;

II - 20 repórteres/jornalistas/produtores e 10 repórteres cinematográficos ou operadores de câmera UPE e auxiliar de câmera UPE, por emissora de televisão com telejornalismo;

III - 5 repórteres/radialistas/produtores/locutores, por emissora com radiojornalismo; e

IV - 5 repórteres/jornalistas/produtores, 5 repórteres fotográficos, 5 repórteres cinematográficos ou operador de câmera UPE e auxiliar de câmera UPE, por órgão de imprensa estrangeiro.

Art. 7º. A credencial dos demais profissionais não jornalistas que trabalham nos órgãos de imprensa será denominada "Técnico", e dar-se-á mediante o requerimento escrito do responsável legal e da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia da Carteira de Identidade - RG;

II - cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III - cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com a identificação do profissional e do vínculo de trabalho com o empregador, ou cópia do contrato entre o profissional e a contratante, nos termos da lei;

IV - cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com o registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho - DRT, quando houver exigência de norma;

V - uma foto 3 X 4 colorida, recente; e

VI - ficha de cadastro e termo de responsabilidade assinado pelo profissional.

§ 1º. Serão credenciados até 15 profissionais técnicos de emissoras de televisão com telejornalismo e 5 pelas demais empresas de jornalismo.

§ 2º. O limite de que trata o § 1º não se aplica ao órgão federal de imprensa vinculado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Art. 8º. O credenciamento provisório do profissional de imprensa será autorizado, excepcionalmente, nas seguintes hipóteses:

I – sessão especial;

II – solenidade comemorativa;

III – posse do Presidente e da Mesa Diretora do Senado Federal;

IV – férias, licenças ou substituição de profissional credenciado;

V – no decorrer da tramitação do processo de credenciamento definitivo;

VI – órgão de imprensa que não tem nenhum profissional ainda credenciado;

VII – perda, extravio, furto ou roubo, mediante a apresentação do registro policial; e

VIII – cobertura específica que não ultrapasse 5 dias úteis.

§ 1º. A autorização da modalidade da credencial provisória será efetuada pela Secretaria Especial de Comunicação Social.

§ 2º. A empresa de jornalismo poderá solicitar o credenciamento provisório do profissional, no prazo mínimo de 24 horas, por *e-mail* empresarial, via postal, fax ou protocolado na Secretaria Especial de Comunicação Social, devendo constar ainda as cópias legíveis dos documentos constantes nos artigos 3º ou 7º.

§ 3º. O credenciamento provisório terá validade de até 5 dias úteis, exceto nos casos dos incisos IV a VII do *caput*, que terão até 30 dias corridos.

Art. 9º. Na renovação do credenciamento do profissional de imprensa, além da solicitação escrita da empresa de jornalismo, será exigida a apresentação da ficha de renovação do cadastro assinada pelo profissional, conforme modelo disponível no site www.senado.gov.br.

§ 1º. Verificada alteração nas informações constantes no cadastro do credenciamento anterior, será exigida a apresentação da cópia do documento que alterou os dados.

Art. 10. A solicitação para instalação de *link* de empresa de telejornalismo será dirigida por *e-mail* empresarial, via postal, fax ou protocolada à Secretaria Especial de Comunicação Social, indicando obrigatoriamente local, data de início e de término dos serviços.

Art. 11. O “*free lancer*”, estagiário e profissional de assessoria de imprensa que prestam serviços para empresa de comunicação poderão ser credenciados na modalidade “**Imprensa**”, mediante a apresentação de:

I – notícias produzidas regularmente pela empresa sobre política nacional; e

II – declaração que o jornalista ou o estagiário prestam serviços profissionais à empresa.

Parágrafo único – A modalidade e o prazo de validade da credencial provisória desses profissionais serão definidos pela Secretaria Especial de Comunicação Social.

Art. 12. O servidor jornalista em exercício nos veículos de comunicação do Senado Federal será identificado pela credencial “**Imprensa Senado**” na cor azul, e o profissional de imprensa terceirizado será credenciado como “**SECS**”, mediante autorização escrita da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Parágrafo único – Os servidores e terceirizados mencionados no *caput* terão acesso ao Plenário e às demais áreas designadas pela Administração.

Art. 13. O senador poderá solicitar a credencial de “**Assessor de Imprensa**” para servidor lotado em seu gabinete, mediante a apresentação do registro profissional de jornalista.

DA PRODUÇÃO NÃO JORNALÍSTICA

Art. 14. A solicitação de produção de programa não jornalístico nas dependências do Senado Federal será dirigida ao Primeiro-Secretário, e sua autorização está condicionada a avaliação de mérito, conveniência e oportunidade.

Parágrafo único – A Secretaria de Polícia do Senado será comunicada depois de autorizada a produção.

Art. 15. A solicitação de produção deverá ser entregue no protocolo do Senado Federal com no mínimo três dias úteis de antecedência, informando:

I - o conteúdo detalhado da produção e do pré-roteiro;

II - a sua finalidade;

III – a data e horário de sua realização;

III - as dependências que serão utilizadas;

IV – cópia do RG, CPF, comprovante de residência e função dos profissionais que participarão da produção;

Art. 16. Verificado o descumprimento de um ou mais itens do artigo anterior, o Primeiro-Secretário poderá suspender a autorização da produção, até que se restabeleçam as condições originais do pedido.

DO CREDENCIADO

Art. 17. Os órgãos públicos federais, confederações, federações, fundações públicas federal, associações de classes e organizações religiosas, todas com estrutura de nível nacional, poderão credenciar até dois representantes, cada uma, mediante solicitação dirigida ao Primeiro-Secretário e entregue no protocolo do Senado Federal.

DO AUTORIZADO

Art. 18. O gestor de contrato de prestação de serviços no Senado Federal solicitará o credenciamento do empregado terceirizado na modalidade "**Autorizado**", por ofício, à Secretaria de Polícia do Senado.

§ 1º. O gestor do contrato e seu substituto deverão ser registrados na Secretaria de Polícia do Senado Federal.

§ 2º. O gestor do contrato deverá remeter à Secretaria de Polícia do Senado os seguintes documentos:

I – cópia da Carteira de Identidade - RG;

II – cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III – cópia da página da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com a identificação do profissional e do vínculo de trabalho com o empregador, nos termos da lei;

IV - uma foto 3 X 4 colorida, recente;

V – cópia do comprovante de residência;

VI – ficha de cadastro e termo de responsabilidade assinado pelo profissional; e

VII – cópia do contrato e aditivos com a empresa contratada para prestar os serviços.

Art. 19. Os órgãos e as entidades autorizados a ocupar áreas nas dependências do Senado Federal deverão ter todos os seus empregados credenciados.

Art. 20. O partido político e a liderança partidária com representação no Senado Federal e a organização e o instituto presididos por Senador que ocupem áreas do Senado Federal poderão solicitar o credenciamento de até 5 representantes para cada entidade.

Art. 21. O senador poderá solicitar o credenciamento de até 03 profissionais que prestem serviços particulares ao parlamentar.

DO ESTAGIÁRIO

Art. 22. O órgão de coordenação dos estagiários solicitará à Secretaria de Polícia do Senado o credenciamento do estudante universitário em estágio no Senado Federal.

Art. 23. O credenciamento do estagiário dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia da RG;

II - cópia do CPF;

III - cópia do comprovante de residência;

IV - uma foto 3x4, recente;

V - ficha de cadastro e termo de responsabilidade assinado pelo estudante;

VI - cópia do contrato com o órgão de ensino; e

VII - cópia do contrato de estágio do estudante com o Senado Federal.

Art. 24. O órgão de coordenação dos estagiários solicitará à Secretaria de Polícia do Senado, por ofício, o desligamento do estagiário, juntamente com a devolução da credencial e do cartão de estacionamento, quando houver.

DAS NORMAS GERAIS DE CREDENCIAMENTOS

Art. 25. A solicitação de credenciamento será deliberada pela:

- a) Primeira Secretaria, para Produção Não Jornalística e Credenciado;
- b) Secretaria Especial de Comunicação Social, para Imprensa-Comitê, Imprensa, Técnico, Imprensa-Senado, SECS e Assessor de Imprensa; e
- c) Secretaria de Polícia do Senado, para Autorizado e Estagiário.

Art. 26. A pessoa não será credenciada mais de uma vez, mesmo que em órgãos ou funções diferentes.

Art. 27. O uso da credencial é pessoal e intransferível, sujeitando-se o seu titular à responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 28. A credencial cancelada, suspensa, revogada ou ocorrendo o desligamento do profissional credenciado, deverá ser devolvida pelo órgão solicitante ou pelo credenciado no setor de credenciamento da Secretaria de Polícia do Senado, mediante recibo de entrega.

Art. 29. A perda, roubo e furto da credencial devem ser comunicados pelo usuário imediatamente após a sua ciência, mediante registro na delegacia da Polícia do Senado.

Art. 30. A Secretaria de Polícia do Senado, no âmbito de sua competência regulamentar, adotará as providências necessárias ao cumprimento das disposições deste Ato, comunicando as ocorrências de imediato ao Primeiro-Secretário e ao diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Art. 31. As confecções das credenciais são de competência exclusiva da Secretaria de Polícia do Senado, exceto a credencial provisória que é de competência da Secretaria Especial de Comunicação Social.

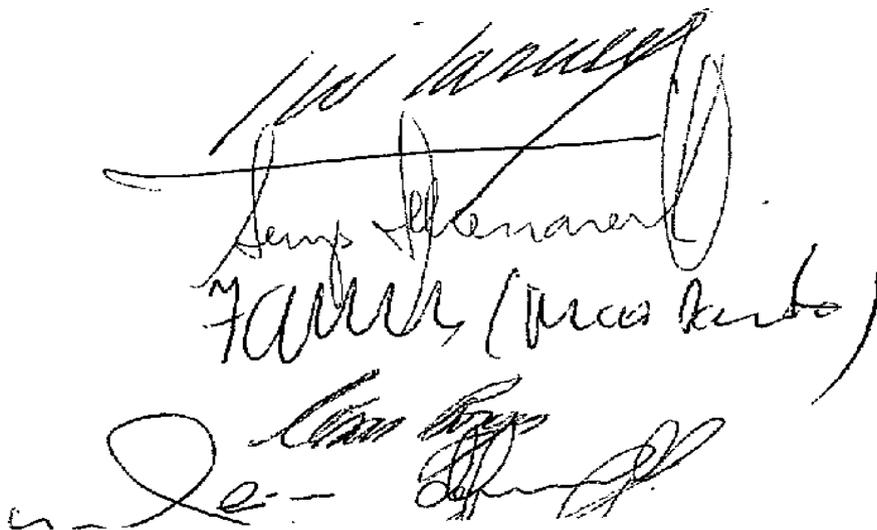
Art. 32. Compete exclusivamente ao Primeiro-Secretário deliberar em todos os recursos administrativos e nos casos de credenciamentos não previstos neste Ato.

Art. 33. As credenciais obtidas até a data de publicação deste ato continuam válidas até sua expiração.

Art. 34 Revogam-se os Atos da Comissão Diretora nºs 052/1987, 052/1991 e 08/2002.

Art. 35. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Comissão, em 10 de junho de 2010.



Handwritten signatures and text, including the name "FAMM (Mec. Juríd.)" and other illegible signatures.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**Nº 09, DE 2010**

Dispõe sobre o sítio do Senado Federal na Internet para definir sua finalidade, conteúdo e gestão.

Disposições Gerais

Art. 1º. Este Ato dispõe sobre o sítio do Senado Federal na rede mundial de computadores (Internet), para definir sua finalidade, conteúdo e gestão, bem como para especificar as prerrogativas dos Senadores no uso do sítio e estabelecer as competências dos diversos órgãos do Senado Federal envolvidos com a produção de informações e a gestão do sítio.

Art. 2º. O sítio do Senado Federal na internet tem por objetivo:

- I – Promover a interação entre a sociedade e o Senado Federal e os Senhores Senadores;
- II – Divulgar as atividades, a história e a estrutura organizacional do Senado Federal;
- III – Oferecer serviços de pesquisa e informações relacionadas ao exercício da função legislativa, orçamentária e fiscalizadora do Senado Federal;
- IV – Divulgar as atividades parlamentares dos Senhores Senadores;
- V – Divulgar as informações relacionadas à administração do Senado Federal e ao uso dos recursos públicos no âmbito da Casa.

Art. 3º. Os princípios que regem o sítio do Senado Federal são os seguintes:

- I - Utilização do idioma Português como o principal, facultando versões em outros idiomas;
- II - Uso de linguagem simples e direta, apresentando seu conteúdo com clareza, simplicidade, objetividade, organicidade, atualidade e veracidade;
- III – Adoção de mecanismos e ferramentas que possibilitem o mais amplo acesso ao seu conteúdo, suprimindo, também, sempre que possível, o acesso ao sítio pelos portadores de necessidades especiais;
- IV – Observância dos padrões internacionais estabelecidos pela União Inter-Parlamentar, da qual o Senado Federal é membro;
- V – Adequação, sempre que possível, aos padrões nacionais estabelecidos pelos diversos órgãos públicos competentes;
- VI – Disponibilidade ininterrupta de acesso para o público;

VII – Oferta de informação primária, íntegra, autêntica e atual;

VIII - Adoção de mecanismos e ferramentas que favoreçam a interatividade entre o Senado, os parlamentares e a sociedade brasileira.

Art. 4º. Para os efeitos deste Ato, consideram-se:

I – Sítio: o conjunto formado por todas as páginas eletrônicas abrigadas sob os domínios registrados pelo Senado Federal;

II – Página Principal: a página inicial do sítio, acessada através do endereço www.senado.gov.br;

III – Intranet: o conjunto formado por todas as páginas eletrônicas destinadas ao acesso exclusivo de Senadores, servidores e pessoal autorizado do Senado Federal;

IV - Provedores de conteúdo: os órgãos do Senado Federal a quem, por força de suas atribuições regulamentares ou pela relevância na divulgação de seus trabalhos, cabe veicular informações institucionais por meio do sítio do Senado Federal;

V – Internauta: qualquer pessoa que, por meio da rede mundial de computadores, tenha acesso ao sítio do Senado Federal;

VI – Página institucional de Senador: página com estrutura e conteúdo padronizados, contendo informações sobre o Senador e o exercício do mandato parlamentar;

VII – Página pessoal de Senador: qualquer página ou sítio desenvolvido sob demanda e supervisão do próprio Senador, independente da finalidade da mesma.

Da Gestão

Art. 5º. A Comissão Permanente da Internet instituída pelo Ato nº 55, de 1996, do Presidente do Senado Federal, passa a ser denominado Comitê Gestor da Internet no Senado Federal, mantida sua situação administrativa de Comissão Permanente.

Art. 6º. Compete ao Comitê Gestor da Internet no Senado Federal:

I- Definir critérios e editar normas para a administração do sítio do Senado Federal.

II- Estabelecer os procedimentos para a inclusão, retirada e atualização de conteúdo do sítio do Senado Federal.

III- Aprovar os padrões técnicos para confecção de páginas no sítio do Senado Federal;

- IV- Aprovar a estrutura, organização e apresentação das páginas do sítio do Senado Federal.
- V- Definir normas para o uso adequado dos instrumentos tecnológicos de interação com os internautas
- VI- Definir critérios para a inclusão de conteúdos temporários, bem como seu prazo de permanência e local de apresentação no sítio.
- VII- Supervisionar a aplicação das disposições deste ato junto aos diversos órgãos da Casa
- VIII- Resolver os casos omissos e situações não previstas, dentro dos limites da finalidade deste Ato.

Parágrafo Único - O Comitê Gestor da Internet será composto pelos ocupantes dos seguintes cargos da estrutura do Senado Federal

- I – Diretor-Geral
- II - Secretário-Geral da Mesa
- III – Diretor da SECS
- IV – Diretor do Prodasen
- V – Diretor da SIDOC

Art. 7º. – Para auxiliar o Comitê Gestor da Internet na execução de suas atribuições fica constituída a Comissão Técnica de Internet.

Parágrafo único – A Comissão Técnica de Internet será nomeada pelo Diretor-Geral e composta a partir de servidores indicados pelos membros do Comitê Gestor da Internet, em número suficiente para a execução das tarefas que lhe forem delegadas.

Art. 8º. – Compete à Secretaria Especial de informática – Prodasen:

- I – Hospedar o sítio do Senado Federal em seu parque computacional, provendo acesso amplo e com tempo de resposta aos internautas compatível com o nível de dados requerido;
- II - Prover a infra-estrutura computacional para que o sítio do Senado Federal conte com ambiente seguro, garantindo a integridade e a disponibilidade dos diversos conteúdos oferecidos;
- III – Gerenciar, desenvolver e manter as páginas do sítio do Senado Federal;
- IV – Prospectar e integrar soluções de hardware e software destinados ao constante aperfeiçoamento do sítio do Senado Federal;
- V- Estabelecer padrões técnicos para o sítio, bem como baixar normas para segurança de informações e dos acessos.

Do Conteúdo

Art. 9º. Os conteúdos do sítio do Senado Federal devem estar adstritos a assuntos de interesse público.

§ 1º O Senado Federal somente hospedará sob seus domínios conteúdo relativo às suas próprias atividades, bem como às atividades parlamentares de Senadores.

§ 2º A critério do Comitê Gestor, em caráter excepcional, poderão ser publicados outros conteúdos de relevante interesse público, em especial aqueles que guardem relação com o Senado Federal.

§ 3º O conteúdo publicado e sua adequada atualização serão de responsabilidade dos provedores do respectivo conteúdo;

§ 4º As informações relativas ao cidadão, quando cadastrado no sítio do Senado Federal, somente poderão ser utilizadas para fins institucionais.

§ 5º As informações de interesse exclusivo da comunidade dos servidores e colaboradores do Senado Federal ficarão restritas ao ambiente da Intranet.

Art. 10º. É vedada a publicação nas páginas que compõem o sítio do Senado Federal de qualquer conteúdo que tenha como objetivo a divulgação e promoção pessoal de servidor público ou de qualquer outra pessoa, mesmo que desvinculada dos quadros do Senado Federal, divulgação de conteúdo eleitoral ou comercial, uso de linguagem ofensiva ou que viole a legislação de direitos autorais.

§ 1º O Senado Federal somente hospedará sob seus domínios conteúdo relativo às suas próprias atividades, bem como às atividades parlamentares de Senadores.

Das Prerrogativas dos Senadores

Art. 11º. As páginas destinadas à divulgação das atividades parlamentares dos Senadores e das lideranças partidárias obedecerão a padrões institucionais de apresentação e conteúdo, a serem definidos pelo Comitê Gestor da Internet no Senado Federal.

§ 1º É facultado ao parlamentar a opção de hospedar no domínio do Senado Federal sua página de divulgação parlamentar, sendo o seu desenvolvimento e manutenção responsabilidade exclusiva do Prodasen;

§ 2º Não caberá ao Prodasen responsabilidade técnica na manutenção dos programas ou atualização dos dados que integrem as páginas parlamentares que não sejam desenvolvidas pelo Prodasen ou não estejam hospedadas no domínio do Senado Federal.

§ 3º A página parlamentar dos Senadores poderá ser utilizada para a divulgação de sua biografia, atividades parlamentares e legislativas, posicionamento, opiniões sobre assuntos de interesse público e relacionamento com a sociedade;

§ 4º A página parlamentar das lideranças partidárias poderá ser utilizada para a divulgação de informações relativas à história do partido, programa partidário, composição da bancada no Senado Federal, atividades parlamentares e legislativas de seus membros, posicionamento e opinião da Liderança no Senado sobre assuntos de interesse político e relacionamento com a sociedade;

§ 5º O conteúdo das páginas de divulgação parlamentar hospedadas no domínio do Senado Federal é de inteira responsabilidade de cada Senador (ou líder partidário), estando essa informação disponível na própria página.

Disposições Finais

Art. 12º. Este ato é aplicável, naquilo que couber, ao tratamento e divulgação das atividades legislativas no âmbito do Congresso Nacional, em atendimento ao disposto no art. 150 da Resolução nº 1, de 1970, do Congresso Nacional.

Art. 13º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Ficam revogados os Atos da Comissão Diretora nºs 1, de 1996, e 11, de 2004.

Senado Federal, em 10 de junho de 2010.

José Lewy
Patricia Saboga
e
Liam Braga
FALLU (Liam Braga)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 19 DE 2010

Institui, no âmbito do órgão Senado Federal, o Regulamento de Compras e Contratações a ser observado nas licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações.

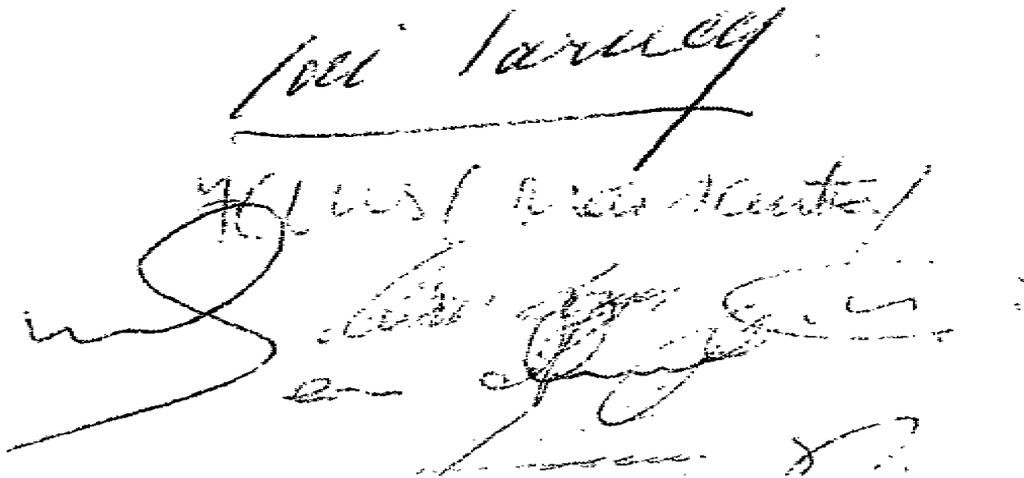
A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e considerando o disposto nos artigos 115 e 117 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e decisão deste Colegiado de 21 de julho de 2001, **RESOLVE**:

Art. 1º Ficam aprovadas, no âmbito do órgão Senado Federal, as normas e procedimentos a serem observados nas licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações, em conformidade com o disposto no Regulamento, em anexo.

Art. 2º Revogam-se os Atos nº 13 de 1994, 15 e 17 de 1997, 26 de 1998, 29 de 2003, 10 e 21 de 2004, da Comissão Diretora e Ato nº 91 de 2004, do Primeiro Secretário.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 10 de junho de 2010,

The image shows several handwritten signatures in black ink. The most prominent one at the top is 'Vai Lamele'. Below it, there are several other signatures, some of which are partially obscured or less legible. The signatures appear to be those of the members of the Commission Director mentioned in the text.

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As licitações e os contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações, no âmbito do órgão Senado Federal, reger-se-ão pelas normas e procedimentos instituídos por este Regulamento, pela Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas alterações, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, no que couber, pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e alterações posteriores.

Art. 2º As licitações para a contratação de obras e a aquisição de bens e serviços de interesse do órgão Senado Federal ficarão sujeitas ao planejamento e à programação orçamentária anual ou o produto delas esperado deverá estar contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal, quando for o caso.

Art. 3º As aquisições de bens e serviços comuns serão preferencialmente promovidas na modalidade de licitação denominada pregão eletrônico.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no art. 17 deste Regulamento, o Senado Federal deverá utilizar preferencialmente Sistema de Registro de Preços - SRP.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

- I – Projeto Básico – PB** - conjunto de elementos necessários e suficientes, a ser adotado nas modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

- II – Termo de Referência – TR** - documento com elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, a ser adotado na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

- III – Acordo de Nível de Serviço – ANS** – ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação de serviço e respectivas adequações de pagamento;

- IV – Mercado Relevante** - conjunto de fornecedores de determinado produto, obra ou serviço aptos a participarem de contratações diretas e licitações perante o Senado;

- V – Contratação Direta** - contratação de fornecedores de determinado produto, obra ou serviço consubstanciada nos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93;

- VI – Sistema de Registro de Preços – SRP** - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e fornecimento de bens para contratações futuras;

VII – Ata(s) de Registro de Preços - ARP - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futuras contratações, na qual se registram os preços, fornecedores e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

VIII – Órgão Técnico – unidade em cuja área ou sob cuja fiscalização e gestão serão utilizados os bens e serviços decorrentes das contratações originadas do SRP;

IX - Material ocioso - material que não estiver sendo aproveitado e/ou utilizado, embora em perfeitas condições de uso;

X – Material antieconômico – material cuja manutenção ou recuperação for onerosa, ou, ainda, tenha seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; e

XI – Material inservível - material que não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina, em razão da inviabilidade de recuperação.

CAPÍTULO III DO PROJETO BÁSICO OU TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 5º Na instauração de procedimento administrativo que importe despesa, a unidade administrativa requisitante, observado o prazo previsto no Calendário de Compras, de que trata o artigo 142, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme redação definida na Resolução nº 9, de 1997, instruirá a solicitação do seguinte modo:

I – No caso de obras e serviços de engenharia, com PB ou TR que, além dos elementos descritos nas alíneas do inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93, terá:

a) comprovante, se for o caso, de que as obras constam do Plano de Edificações tratado no art. 19 da Resolução nº 9 de 1997, aprovado pelo Plenário; e

b) assinatura do responsável pela sua elaboração.

II – Nos demais serviços, com PB ou TR, contendo as seguintes informações:

a) objeto, perfeitamente definido, com características, quantidades, descrição circunstanciada da situação atual e previsão da situação futura;

- b) justificativa;
- c) forma e local de execução dos serviços;
- d) prazo para início dos serviços;
- e) condições de recebimento do serviço, inclusive com Acordo de Níveis de Serviço;
- f) formalização e prazo de vigência do contrato;
- g) prazo de garantia;
- h) previsão dos materiais, instalações ou equipamentos necessários;
- i) indicação de pessoal técnico adequado;
- j) capacidade técnica necessária;
- k) planilha de composição de custos;
- l) vistoria técnica e regras pertinentes;
- m) obrigações da contratada e do contratante;
- n) condições de pagamento;
- o) acompanhamento e fiscalização do contrato;
- p) estimativa de custo;
- q) previsão orçamentária;
- r) subcontratação, se permitida;
- s) participação de consórcio, se for o caso; e
- t) assinatura do responsável pela sua elaboração.

III – No caso de compras:

- a) especificação detalhada do objeto a ser contratado ou adquirido; e

b) definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas, em função do consumo e da utilização prováveis, estimados em conformidade com as técnicas adequadas.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o PB ou TR deverá estar acompanhado de:

I – orçamento detalhado em planilhas e demais dados compreendidos nas exigências dos artigos 7º a 12 da Lei nº 8.666/93; e

II – demonstrativo de que a despesa se vincula aos resultados, aos objetivos e às metas de planejamento do órgão, conforme Proposta Orçamentária.

§ 2º O ANS, sempre que possível, deverá conter:

I) os procedimentos de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço, especificando-se os indicadores e instrumentos de medição que serão adotados pelo órgão ou entidade contratante;

II) os registros, controles e informações que deverão ser prestados pela contratada; e

III) as respectivas adequações de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas.

§ 3º Os PB's ou TR's deverão ser elaborados e assinados pelo Diretor da Secretaria de Engenharia, para as obras e os serviços de engenharia, inclusive os das Secretarias Especiais, e pelos Diretores de Secretaria, para os demais serviços, no âmbito de suas responsabilidades e competências, após o que serão aprovados pelo Diretor Geral até o limite estabelecido para a modalidade de Tomada de Preços e, pelo Primeiro Secretário, no limite de Concorrência.

§ 4º O Diretor Geral ou Primeiro Secretário poderá, previamente à aprovação dos projetos básicos ou termos de referência, por iniciativa própria ou sugestão dos órgãos envolvidos, submetê-los à análise da Secretaria de Controle Interno – SCINT.

§ 5º Qualquer alteração posterior à aprovação do PB ou TR deverá ser devidamente justificada e submetida à nova aprovação da autoridade competente.

CAPÍTULO IV DA PESQUISA DE PREÇOS

Art. 6º As contratações de bens e serviços deverão ser precedidas de ampla pesquisa de preços no mercado relevante e balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, por intermédio de consultas:

I – a empresas do ramo de atividades pretendido;

II - ao Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI;

III – aos Sistemas de Registro de Preços – SRP adotados por outros órgãos da Administração Pública;

IV – a extratos publicados no Diário Oficial da União – DOU;

V – a contratos de outros órgãos públicos com objetos de natureza semelhante;

VI – a associações e sindicatos de cada categoria profissional;

VII – aos demais meios disponíveis eletrônicos ou não (sistemas de informação de outros poderes, e-mail, telefone, fax, cartas e outros).

§ 1º Na formação da estimativa de preço de mercado, a utilização de 3 (três) ou menos cotações somente será admitida se inexisterem opções nas fontes referidas nos incisos do *caput* deste artigo.

§ 2º As solicitações de cotações de preços ao mercado relevante terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta.

§ 3º No caso de objetos de maior complexidade, o prazo previsto no parágrafo anterior deverá ser dilatado pelo tempo julgado razoável para reunir o maior número possível de estimativas de preços.

§ 4º Se as empresas do ramo consultadas não se manifestarem no prazo estipulado no § 2º, a solicitação deverá ser reiterada, com novo prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 5º A falta de manifestação formal da empresa, nos prazos concedidos, será considerada desinteresse na apresentação de orçamento e na participação da futura licitação, podendo ser utilizada como subsídio na análise de eventuais questionamentos, impugnações, recursos e mandados de segurança interpostos pela empresa, nos termos do art. 40 da Lei nº 8.078/1990.

§ 6º Em nenhuma hipótese a participação em licitações de empresa que não apresentou orçamento em resposta à consulta de preços poderá ser dificultada ou impedida.

§ 7º As pesquisas de preço, atendendo a conveniência e o interesse do serviço, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, podendo ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS

Seção I Da Autorização da Despesa

Art. 7º Não serão realizadas despesas:

I - sem prévio empenho; e

II - sem prévia e expressa autorização do Diretor Geral do Senado Federal.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo implicará a nulidade do ato e a apuração de responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Seção II Da Autorização para a Realização de Procedimentos Licitatórios

Art. 8º A realização de procedimentos licitatórios será objeto de autorização:

I - para serviços e demais aquisições:

a) do Diretor Geral, até o valor limite para tomada de preços; e

b) do Primeiro Secretário, a partir do valor estabelecido para concorrência.

II - para obras e serviços de engenharia:

a) do Diretor Geral, até o valor limite para convite; e

b) do Primeiro Secretário, a partir do valor estabelecido para tomada de preços.

Seção III Da Adjudicação e da Homologação dos Procedimentos Licitatórios

Art. 9º Nos procedimentos licitatórios, são competentes para:

I - adjudicá-los, o Diretor Geral Adjunto;

II - homologá-los, anulá-los ou revogá-los, o Diretor Geral.

§ 1º A adjudicação do objeto do pregão caberá ao pregoeiro, que encaminhará o processo devidamente instruído ao Diretor Geral, e em sua ausência, ao Diretor Geral Adjunto, visando a homologação e a contratação.

§ 2º No caso de pregão eletrônico, o Diretor Geral Adjunto é competente para adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso.

Seção IV Da apreciação dos Recursos

Art. 10. Os recursos interpostos em procedimentos licitatórios, quando não reconsiderada a decisão, serão apreciados, em instância única:

- I – pelo Diretor Geral Adjunto até o limite para convite, bem como pregão eletrônico de qualquer valor; e
- II – pelo Diretor Geral, nos demais casos.

Seção V Do Reconhecimento e da Ratificação das Compras Diretas

Art. 11. É competente para reconhecer as situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 23 de junho 1993:

- I - o Diretor Geral Adjunto, até o limite de convite;
- II - o Diretor Geral, nos demais casos.

Parágrafo único. Observado o disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a ratificação dos atos de que trata este artigo será realizada pela autoridade imediatamente superior.

Seção VI Da Assinatura de Termos de Contrato e de outros Ajustes Congêneres

Art. 12. O termo de contrato e o aditamento respectivo, os convênios e qualquer outra forma de ajuste, acordo ou protocolo, serão assinados pelo representante legal da contratada e pelo Diretor Geral representando o Senado Federal.

Parágrafo único. Todo contrato, convênio, ajuste e protocolo terá um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada e designados pelo Diretor Geral do Senado Federal.

Seção VII

Da Aplicação de Sanções Administrativas

Art. 13. As sanções administrativas por atraso injustificado ou por inexecução total ou parcial de contratos e quaisquer outros ajustes serão aplicadas pelo Diretor Geral Adjunto.

Parágrafo único. Os recursos interpostos contra as decisões do Diretor Geral Adjunto, sobre sanções administrativas, serão apreciados pelo Diretor Geral.

Seção VIII

Da Alienação de Material Ocioso, Antieconômico e Inservível

Art. 14. Será objeto de alienação o material ocioso, antieconômico ou inservível, assim considerado pelo órgão técnico competente ou por comissão especialmente designada.

Art. 15. Cabe, exclusivamente, à Comissão Diretora autorizar a alienação de bens do Senado Federal.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

Seção I

Das Atribuições dos Órgãos

Art. 16. O Sistema de Registro de Preços será efetuado pelos seguintes órgãos:

I – À Secretaria de Administração de Contratações - SADCON, por intermédio de suas Subsecretarias e da Comissão Permanente de Licitação - COPELI, e de sua secretaria, cabe:

- a) gerenciar, administrar, executar e controlar o Sistema de Registro de Preços - SRP e as Atas de Registro de Preços - ARP;
- b) promover pesquisas de mercado sobre preços de bens e serviços de interesse do Senado Federal e consolidar as informações fornecidas pelos órgãos técnicos;
- c) manter atualizado quadro geral de preços;
- d) elaborar as minutas de instrumentos convocatórios e de ARP;
- e) coordenar as formalidades de assinatura das ARP;

- f) prestar apoio administrativo aos certames do SRP;
- g) elaborar as minutas de contratos decorrentes do SRP;
- h) coordenar as formalidades para suas assinaturas; e
- i) manter arquivadas as ARP;

II – Ao Órgão Técnico cabe:

- a) auxiliar a SADCON nas pesquisas de mercado sobre preços de bens e serviços de interesse do Senado Federal;
- b) elaborar estimativas de consumo, cronogramas de contratação e respectivas especificações ou PB's ou TR's, nos termos dos Atos da Comissão Diretora, em relação aos bens e serviços necessários ao Senado Federal; e
- c) participar, como órgão interveniente, da elaboração das minutas de ARP e minutas de contratos decorrentes do SRP.

Parágrafo único. O órgão técnico responsável ou o gestor contratual designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato decorrente do registro de preços, na forma do disposto nas normas inerentes à gestão e fiscalização contratual.

Seção II **Das Hipóteses de Utilização**

Art. 17. Será adotado o SRP, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

- I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II – quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao Senado Federal, previstos no Anexo Único deste Regulamento; e
- III – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Senado Federal.

Parágrafo único. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida à legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

Seção III

Das Modalidades de Licitação para o SRP

Art. 18. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, ou de pregão para bens e serviços comuns relacionados no Anexo Único deste Regulamento e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º A classificação de bens e serviços comuns constantes do Anexo Único poderá ser alterada, por sugestão de qualquer órgão do Senado, mediante Ato do Diretor Geral.

§ 2º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, devidamente fundamentado pelo órgão técnico.

Seção IV

Do Edital de Licitação do SRP

Art. 19. O edital de licitação para registro de preços contemplará, além do previsto no art. 5º:

- I – o prazo de validade do registro de preço; e
- II - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das regras estabelecidas, observadas as disposições das normas internas do Senado.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado.

§ 2º O edital poderá prever a subdivisão da quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Seção V

Do Registro dos Preços

Art. 20. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

- I – o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial da União e na página do Senado Federal na Internet e ficarão disponibilizados durante a vigência da ARP;
- II – quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ARP.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando a quantidade ofertada pelo primeiro colocado do procedimento licitatório não for suficiente para o atendimento da demanda estimada, poderão ser registrados outros preços na ARP, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho similar, devidamente comprovado, ofertados em valor inferior ao máximo admitido.

Art. 21. A existência de preços registrados não obriga o Senado Federal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Seção VI Da Utilização de ARP de Outros Órgãos

Art. 22. O Senado Federal, observada a conveniência do serviço e o interesse da Administração, poderá utilizar as ARP, durante sua vigência, lavradas por qualquer outro órgão da Administração Pública desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º A adesão de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á mediante solicitação do órgão interessado, acompanhada da justificativa, do PB ou TR com as especificações técnicas pertinentes e de cópia da ARP que pretende aderir, dirigida à SADCON.

§ 2º As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder aos quantitativos registrados nas ARP dos órgãos da Administração Pública.

Seção VII Da Homologação e Validade da ARP

Art. 23. Homologado o resultado da licitação, os proponentes vencedores serão convocados para a assinatura da ARP que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 24. O prazo de validade da ARP não poderá ser superior a um ano.

Parágrafo único. No caso de serviços de prestação continuada, excepcionalmente, é admitida a prorrogação do prazo previsto no *caput* por até um ano.

Seção VIII Da Contratação

Art. 25. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pela SADCON, por intermédio de termo de contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro documento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

Seção IX Das Alterações da ARP

Art. 26. A ARP poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, devendo ser promovidas as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, dever-se-á:

I – convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, devendo, em seguida, ser convocados os demais fornecedores, visando conceder-lhes igual oportunidade de negociação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Senado Federal poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento.

II – convocar os demais fornecedores, visando conceder-lhes igual oportunidade de negociação.

§ 4º Não havendo êxito nas negociações, proceder-se-á à revogação do registro na ARP.

Seção X Do Cancelamento do Registro

Art. 27. O fornecedor terá seu registro cancelado em qualquer destas situações:

I – descumprimento das condições da ARP;

II – não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Senado Federal, sem justificativa aceitável; e

III – não redução do seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Diretor Geral.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, devidamente justificado e aceito pelo Senado Federal.

CAPÍTULO VII DAS MINUTAS-PADRÃO

Art. 28. Serão adotadas minutas-padrão de editais, atas de registro de preços, contratos, acordos, convênios ou ajustes, devidamente examinadas pela Advocacia do Senado e aprovadas pelo Diretor Geral.

Parágrafo único. A minuta de edital, ata de registro de preços, contrato, acordo, convênio ou qualquer outra forma de ajuste que divergir do texto da minuta-padrão, será submetida ao exame da Advocacia do Senado e à aprovação do Diretor Geral.

CAPÍTULO VIII DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DE CONCURSO E DOS PREGOEIROS E DA EQUIPE DE APOIO

Seção I

Da indicação dos Membros da Comissão Permanente de Licitação e de Concurso

Art. 29. Para receber, examinar, processar e julgar os documentos, as propostas e os procedimentos relativos às licitações, bem como as inscrições no Cadastro de Fornecedores, do órgão Senado Federal, o Presidente do Senado Federal designará única Comissão Permanente de Licitações, composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) servidores qualificados pertencentes ao quadro permanente do Senado Federal.

§ 1º Compete ao Presidente da Comissão de Licitações designar um dos membros como Vice-Presidente e nomear os Secretários.

§ 2º Os servidores designados para compor a Comissão de Licitações terão dedicação integral e exclusiva aos trabalhos licitatórios ficando dispensados das atividades então desenvolvidas nos órgãos de origem.

§ 3º A nomeação da Comissão de Licitações não excederá um ano, vedada a recondução da totalidade destes servidores para o período subsequente.

Art. 30. No caso de concurso será designada Comissão Especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Seção II Da Indicação dos Pregoeiros

Art. 31. O Presidente do Senado Federal designará, dentre servidores qualificados pertencentes ao quadro permanente do Senado Federal, os pregoeiros do Senado Federal e as respectivas equipes de apoio.

Parágrafo único. Compete ao Diretor-Geral distribuir os processos licitatórios entre os pregoeiros designados na forma do *caput* deste artigo ou à Comissão Permanente de Licitação, atuando, neste caso, o Presidente da Comissão como pregoeiro e os demais membros como equipe de apoio.

Seção II Das Atribuições

Subseção I Da Comissão Permanente de Licitações

Art. 32. Compete à Comissão Permanente de Licitações:

- I - decidir sobre a inscrição e reinscrição no registro cadastral;
- II - habilitar interessados nas licitações;
- III - proceder à abertura, à apuração e à análise das propostas dos licitantes;
- IV - solicitar, quando julgar necessário, pareceres e laudos técnicos sobre propostas e documentação apresentadas pelos concorrentes;
- V - julgar e classificar as propostas dos licitantes, encaminhando o processo, instruído com mapas e demonstrativos, relatório e parecer, para adjudicação pela autoridade competente;
- VI - receber e instruir, para decisão da autoridade competente, as impugnações e recursos interpostos pelos licitantes, decidindo aqueles que forem de sua competência;

VII - fundamentar suas decisões sobre inabilitação de licitantes ou desclassificação das respectivas propostas;

VIII - justificar, quando da classificação, a preferência por determinada proposta sempre que não for a de menor preço;

IX - manter a guarda das propostas e, até a fase de abertura, garantir o sigilo correspondente;

X - prestar esclarecimento aos interessados;

XI - elaborar relatórios e atas de suas reuniões e atividades;

XII - exercer outras atribuições correlatas que lhes sejam cometidas; e

XIII - promover diligências necessárias à instrução do processo.

Subseção II Do Pregoeiro no Pregão Presencial

Art. 33. Compete ao Pregoeiro, no pregão presencial:

I - credenciar os interessados;

II - receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - abrir dos envelopes das propostas de preços;

IV - examinar as propostas e classificar os proponentes;

V - conduzir os procedimentos relativos aos lances e escolher a proposta ou do lance de menor preço;

VI - adjudicar a proposta de menor preço;

VII - elaborar as atas;

VIII - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

IX - receber, examinar e decidir sobre recursos; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Subseção III

Do Pregoeiro no Pregão Eletrônico

Art. 34. Caberá ao pregoeiro, no pregão eletrônico:

- I - coordenar o processo licitatório;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- III - conduzir a sessão pública na internet;
- IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- V - dirigir a etapa de lances;
- VI - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Subseção IV

Da Equipe de Apoio

Art. 35. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Seção III

Da Retribuição Pecuniária

Art. 36. Os membros da Comissão Permanente de Licitações, seus secretários, os pregoeiros e suas equipes de apoio terão direito à retribuição pecuniária integral de valor equivalente a da gratificação da função comissionada FC-6, desde que participem, de um mínimo de 15 (quinze) reuniões ao mês.

Parágrafo único. A retribuição referida no *caput* deste artigo será paga, proporcionalmente, ao servidor que participar, no mês, de um número de reuniões inferior ao previsto no *caput*.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 37. As despesas decorrentes da prestação de assistência médica e social aos senadores, servidores e respectivos dependentes regem-se por normas e procedimentos próprios.

Parágrafo único. No credenciamento de entidades e de profissionais de saúde, são competentes, sucessivamente, para reconhecer e ratificar a inexigibilidade de licitação, o Diretor Geral e o Presidente do Conselho de Supervisão do SIS.

Art. 38. Em qualquer hipótese, a celebração de contrato fica condicionada à efetiva disponibilidade de recursos.

Art. 39. Na celebração de aditivos e na renovação de contrato, acordo, protocolo, convênio e qualquer outra forma de ajuste, serão respeitadas as competências definidas neste ato.

Art. 40. Quando da celebração de qualquer contratação emergencial, fundamentada no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666 de 23 de junho de 1993, a unidade interessada deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do contrato ou ajuste de qualquer forma, tomar as medidas necessárias à abertura do procedimento licitatório, sob pena de instauração do procedimento disciplinar.

Art. 41. Nas alterações de cláusulas econômico-financeiras, cláusulas regulamentares, formas de pagamento, nos reajustes, nas repactuações de preços e nas prorrogações de contrato, acordo, protocolo, convênio e qualquer outra forma de ajuste, serão respeitadas as competências estabelecidas no Ato nº 24/98 da Comissão Diretora e alterações posteriores.

Art. 42. Em observância ao art. 170 da Constituição Federal, o Senado Federal, nas suas contratações, estabelecerá critérios sócio-ambientais compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável, conferindo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços, assim como de seus processos de elaboração e prestação, por meio de programa específico, sob a coordenação do Primeiro Secretário.

Art. 43. O Senado Federal utilizará em suas compras e contratações eletrônicas o Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET.

Art. 44. O Diretor Geral designará Comissão Especial para, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação deste Regulamento, elaborar plano de capacitação de servidores e de gestores que atuam nas áreas de compras e contratações públicas do Senado Federal.

Parágrafo único. Cabe ao Instituto Legislativo Brasileiro – ILB executar o plano de capacitação de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 45. O Primeiro Secretário estabelecerá instruções complementares ao disposto neste Regulamento.

Art. 46. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA FINS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE BENS COMUNS, DE QUE TRATA O ART. 18 DESTE REGULAMENTO

- 1. Bens de Consumo**
 - 1.1 Água mineral**
 - 1.2 Combustível e lubrificante**
 - 1.3 Gás**
 - 1.4 Gênero alimentício**
 - 1.5 Material de expediente**
 - 1.6 Material hospitalar, médico e de laboratório**
 - 1.7 Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos**
 - 1.8 Material de limpeza e conservação**
 - 1.9 Oxigênio**
 - 1.10 Uniforme**
- 2. Bens Permanentes**
 - 2.1 Mobiliário**
 - 2.2 Equipamentos em geral**
 - 2.3 Utensílios de uso geral**

2.4 Veículos automotivos em geral

2.5 Microcomputador e outros equipamentos e insumos de informática

SERVIÇOS COMUNS

1. Serviços de Apoio Administrativo

2. Serviços de Apoio à Atividade de Informática

2.1 Digitação

2.2 Manutenção

3. Serviços de Assinaturas

3.1 Jornal

3.2 Periódico

3.3 Revista

3.4 Televisão via satélite

3.5 Televisão a cabo

4. Serviços de Assistência

4.1 Hospitalar

4.2 Médica

4.3 Odontológica

5. Serviços de Atividades Auxiliares

6. Serviços de Confecção de Uniformes

7. Serviços de Copeiragem

8. Serviços de Eventos

9. Serviços de Filmagem

10. Serviços de Fotografia

11. Serviços de Gás Natural

12. Serviços de Gás Liquefeito de Petróleo

13. Serviços Gráficos
14. Serviços de Hotelaria
15. Serviços de Jardinagem
16. Serviços de Lavanderia
17. Serviços de Limpeza e Conservação
18. Serviços de Locação de Bens Móveis
19. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis
20. Serviços de Manutenção de Bens Móveis
21. Serviços de Remoção de Bens Móveis
22. Serviços de Microfilmagem
23. Serviços de Reprografia
24. Serviços de Seguro Saúde
25. Serviços de Degravação
26. Serviços de Tradução
27. Serviços de Telecomunicações de Dados
28. Serviços de Telecomunicações de Imagem
29. Serviços de Telecomunicações de Voz
30. Serviços de Telefonia Fixa
31. Serviços de Telefonia Móvel
32. Serviços de Transporte
33. Serviços de Vale Refeição
34. Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva
35. Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica
36. Serviço de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento
37. Serviço de Fornecimento de Passagens Aéreas

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 11, DE 2010

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares:

CONSIDERANDO que, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2005, o Senado Federal regulamentou o pagamento de valores atrasados, referentes a até dois períodos de férias não gozados por servidores que se aposentaram;

CONSIDERANDO que, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2008, o Senado Federal aprovou vários enunciados, entre os quais o de nº 5 da Advocacia do Senado Federal, que reconhece aos servidores o direito de percepção dos períodos de licença-prêmio adquiridos e não usufruídos em atividade;

CONSIDERANDO que o Senado tem por praxe promover o pagamento de valores atrasados em parcelas mensais de R\$15.000,00 (quinze mil reais);

CONSIDERANDO que tal procedimento (pagamento parcelado de valores atrasados) tem causado certo receio aos servidores que querem aposentar-se, visto que a demora no recebimento funciona justamente como um desestímulo à aposentadoria;

R E S O L V E :

Art. 1º Os pagamentos de valores atrasados relativos à conversão em pecúnia de férias ou de licença-prêmio de servidores aposentados passarão a ser realizados em uma única parcela, desde que verificada a disponibilidade orçamentária.

Art. 2º Esse Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 10 de junho de 2010.

[Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page, including names like 'Iaci Tarantini' and 'Leticia Soboye', along with various official stamps and dates.]

Ofício nº 272 /2010-DGER

Brasília, 10 de junho de 2010.

Assunto: Encaminha documento para publicação.

Senhora Diretora,

Cumprimentando-a, solicito os préstimos de Vossa Senhoria no sentido de publicar no veículo oficial da Casa, como Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2010, a Decisão da Comissão Diretora desta data, que segue em anexo.

Atenciosamente,


Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral

A Sua Senhoria a Senhora
DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
Diretora da Secretaria de Recursos Humanos
SENADO FEDERAL

DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas prerrogativas regimentais e regulamentares,

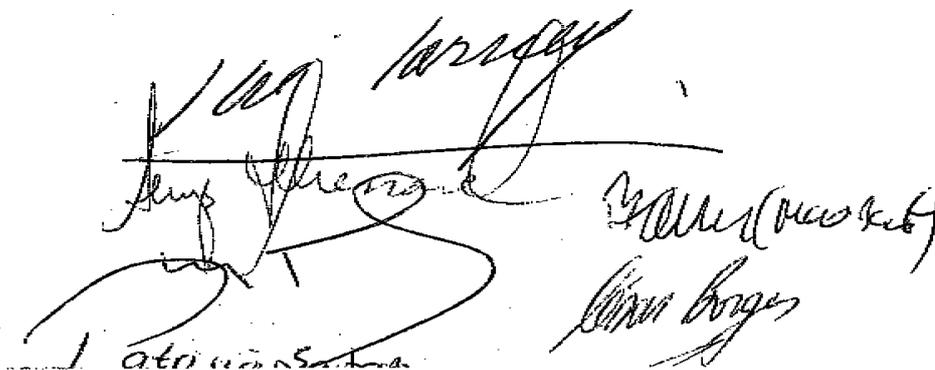
CONSIDERANDO a necessidade de aplicação, no âmbito do Senado Federal, da Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, relativa à vedação do nepotismo na Administração Pública;

CONSIDERANDO que o texto da Súmula Vinculante em questão não traz qualquer disposição a respeito de empregados terceirizados e

CONSIDERANDO a recente contratação de empresas para execução de serviços terceirizados,

DECIDE estender, aos empregados das empresas contratadas pelo Senado Federal para a prestação de serviços terceirizados, a vedação de contratação de cônjuges, companheiros e parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção de nível equivalente a FC-08 ou superior, devendo os respectivos contratos serem aditivados para que deles conste cláusula nesse sentido.

Sala de reuniões da Comissão Diretora, 10 de junho de 2010.

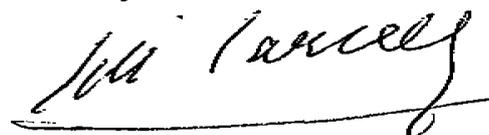


PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 008 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 000448/10-9-PD,

RESOLVE autorizar, para o exercício de 2010, a prorrogação de cessão do servidor desta Casa Legislativa **JOSÉ EDUARDO ALMEIDA DE CASTRO**, matrícula n.º 102705, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, à Câmara dos Deputados, para continuar exercendo o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo CD-CC-SP-08, no Gabinete do Deputado Bilac Pinto, com ônus para o órgão cedente.

Senado Federal, 11 de junho de 2010



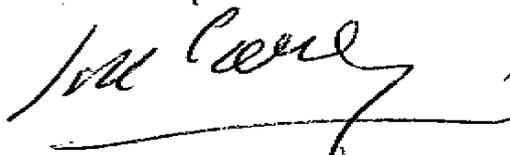
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO PRESIDENTE
N.º 009 , DE 2010

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 003982/09-2,

RESOLVE autorizar, para o exercício de 2010, a prorrogação de cessão do servidor desta Casa Legislativa **LUIZ BEZZI PASQUARELLI**, matrícula n.º 33380, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade Policial Legislativo, para continuar exercendo o cargo de Chefe do Departamento da Administração Regional dos Morros da Secretaria Municipal de Governo de Santos - SP, com ônus para o órgão cedente, mediante ressarcimento mensal ao Senado Federal.

Senado Federal, em 11 de junho de 2010



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jorge Yanai* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,29,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,18)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,19)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
32. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

* Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

** Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

*** Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

**** Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. VAGO (8)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO
SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁶⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,97)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,96,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,95,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,60)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Jorge Yanai (DEM) ^(43,102,103)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
97. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Leomar Quintanilha (PMDB) (48,80,101)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Alvaro Dias (PSDB) (20,66,100)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
Paulo Duque ⁽⁸⁾	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽¹¹⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ^(6,17,19)	2. VAGO ^(2,8,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,7)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(9,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁵⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
6. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
10. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (32,72,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,70)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
Tião Viana (PT) (30,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Almeida Lima (PMDB) (60,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,67,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,64,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,64)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,68,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,59,69,101,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (52,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,74,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,75,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya ⁽²⁾	1. VAGO ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (93,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. VAGO (1,31,108)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,109)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
VAGO (56,110)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. VAGO (61,107)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Jorge Yanai (DEM) (41,113,114)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
109. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
110. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).

112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).

113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,19)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (20)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,17)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,18)	1. VAGO (18)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).

5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).

10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).

11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (23)	1. Fátima Cleide (PT) (20)
Marina Silva (PV) (7,23,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (26,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	4. Delcídio Amaral (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (39,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Hélio Costa (PMDB) (39,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (35,61,62)	1. Adelmir Santana (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (29)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,30)
Eliseu Resende (DEM) (28)	4. Jayme Campos (DEM) (9,34,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,18)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (19)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,31)	1. Sérgio Zambiasi (31)
PDT	
Jefferson Praia (8,12,37,42)	1. Cristovam Buarque (13,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(11,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jorge Yanai (DEM) ^(13,14)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 11. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(2,11)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,8)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

** Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,74)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,73)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,71,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,72)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
72. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
73. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
74. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,81,84)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,82,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (34,87,88)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
81. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
82. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,25)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (36,43,55,57)	1. VAGO (42,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,41)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (47)
Almeida Lima (PMDB) (46)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33)	1. Jorge Yanai (DEM) (30,63,64)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (31,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (29)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,35)
Adelmir Santana (DEM) (38)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,34)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (37)	1. Mozarildo Cavalcanti (37)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
30. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
36. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
37. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanaí é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
VAGO (23,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Shessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,38,41,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (39,42)
Neuto De Conto (PMDB) (36,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (43,48)
Gerson Camata (PMDB) (40,45)	3. Renan Calheiros (PMDB) (37,47)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (35,44)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM) (26,77,79)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,55,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,56)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfilição do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Shessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jorge Yanai (DEM)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. Romeu Tuma

Notas:

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²²⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁰⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) ^(18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) ^(19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) ^(34,64,66)	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁵⁾
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(38,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁹⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) ^(40,46)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(2,53,56,58,61,73)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Jorge Yanai (DEM) ^(28,69,71)
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁷⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²⁶⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) ^(17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) ^(16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,14,47)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽³¹⁾	1. Fernando Collor ⁽³¹⁾
PDT	
Acir Gurgacz ^(13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque ⁽³³⁾

Notas:

- Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
- Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
- Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) ⁽¹⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁹⁾	4. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 24/04/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁸ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 22.03.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

²Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/II nº 12, de 28.01.2009.

¹¹Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/II nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹²Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49



Edição de hoje: 216 páginas

OS: 2010/13290